

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

CAIQUE SOUZA ALVES

MODELO COGNITIVO IDEALIZADO NA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA
“MASCULINIDADE HOMOSSEXUAL” NO APLICATIVO DE
RELACIONAMENTO GRINDR

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2023

CAIQUE SOUZA ALVES

**MODELO COGNITIVO IDEALIZADO NA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA
“MASCULINIDADE HOMOSSEXUAL” NO APLICATIVO DE
RELACIONAMENTO GRINDR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso.

Orientadora: Maíra Avelar Miranda

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2023

A478m	Alves, Caique Souza. Modelo cognitivo idealizado na construção da categoria “masculinidade homossexual” no aplicativo de relacionamento GRINDR. / Caique Souza Alves; orientadora: Maíra Avelar Miranda. – Vitória da Conquista, 2023. 160f. Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023. Inclui referência F. 158 – 160. 1. Modelos Cognitivos Idealizados. 2. Masculinidade homossexual. 3. Performatividade de gênero. I. Miranda, Maíra Avelar. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III CDD: 370.1523
-------	---

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – *Campus* Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Idealized cognitive model in the construction of the category "homosexual masculinity" in the Grindr relationship application.

Palavras-chave em inglês: 1. Gender Performativity. 2. Grindr. 3. Homosexual Masculinity. 3. Idealized Cognitive Model.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof^a. Dr^a. Maíra Avelar Miranda (Presidente-Orientadora); Prof^a. Dr^a. Elisângela Gonçalves da Silva (UESB); Prof^a. Dr^a. Lilian Vieira Ferrari (UFRJ).

Data da defesa: 31/03/2023.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6616-0363>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4411493930629005>

CAIQUE SOUZA ALVES

**MODELO COGNITIVO IDEALIZADO NA CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA DE
“MASCULINIDADE HOMOSSEXUAL” NO APLICATIVO DE
RELACIONAMENTO GRINDR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 31 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Máira Avelar Miranda
(Presidente-Orientadora)
Instituição: UESB

Ass.: Máira Avelar Miranda

Profa. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva
Instituição: UESB

Ass.: Elisângela

Profa. Dra. Lilian Vieira Ferrari
Instituição: UFRJ

Ass.: Lilian Vieira Ferrari

À minha mãe Ana Paula de Souza que sempre me incentivou a estudar e me amou em todas as minhas versões subversivas, sempre aberta a aprender sobre gêneros e identidades não-padrões.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e financiamento das atividades do PPGLin da UESB.

À minha orientadora Máira Avelar pela paciência e cuidado, e à toda a equipe do laboratório, especialmente Victor e Beatriz.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, por fazerem parte da minha formação desde a graduação, principalmente a Máira Avelar, Sueid Fuaze, Cristiane Namiuti e Fatima Baía.

Aos funcionários do PPGLin por sempre estarem disponíveis para sanar dúvidas e orientar-nos.

Agradeço a todos os meus grandes amigos que me ajudaram com discussões sobre a temática. Agradeço imensamente as figuras de Cleiton Oliveira que esteve desde o início do meu lado e contribuindo para meu crescimento, e Anderson Alves que mais que um companheiro de laboratório e de curso é um confidente.

Aos meus familiares pelo suporte emocional, nos nomes de minha mãe Ana Paula, minha prima Gleiciane e minhas avós Creuza e Maria.

Agradeço, por fim, a todos que deixaram grandes marcas na construção experiencialista da minha identidade: Washinton, Karol, Rosangela, Bianca, Sara Hellen, Cordula, Nauan, Itana, Bruna, Vagner e Iandra.

RESUMO

É no âmbito da interface entre a Linguística Cognitiva (LC) e os Estudos de Gênero, especialmente da Teoria Queer, que a proposta deste trabalho se insere. Objetivamos identificar, analisar e discutir o Modelo Cognitivo Idealizado (MCI) de masculinidade veiculado nos discursos verbais e não verbais e analisar perfis de usuários do aplicativo de relacionamento *Grindr*, voltado para a comunidade gay e *queer*. Partimos da hipótese de que o modelo prototípico de masculinidade heterossexual é o mais valorizado e procurado pelos usuários. Também construímos uma hipótese secundária, que funciona como um desdobramento da principal, de que haveria duas categorias periféricas: a de contestação do estereótipo de masculinidade pautada pela heteronorma e os perfis desviantes, que adotariam a subversão de gênero como estratégia de afirmação de masculinidades plurais. A fim de testar e discutir as nossas hipóteses, montamos um banco de dados com 100 perfis públicos de usuários do *Grindr* na cidade de Vitória da Conquista-BA e, destes, selecionamos 20 perfis para compor o nosso *corpus* de análise. A coleta dos dados e constituição do *corpus* foram realizadas com base em uma metodologia de coleta proposta pela Linguística Cultural, a partir da busca por palavras-chave relacionadas ao tema. Na análise e discussão comparativa dos dados, observamos as características verbais e visuais a partir de três eixos: as *tags*, os *emojis* e a descrição pessoal aberta. A afiliação teórica, que fundamentou o nosso trabalho, assim como serviu de subsídio para as nossas análises, está dividida em duas frentes: a primeira abarca teóricos da Linguística Cognitiva que discutem o fenômeno da categorização, sobretudo, as considerações de Lakoff sobre os MCI's. A segunda frente diz respeito ao estabelecimento de um diálogo entre a LC e a Teoria Queer, em que enfocamos diferentes conceitos estabelecidos por Butler em suas obras, sobretudo o conceito de performatividade de gênero. Os resultados mostram que é possível identificar duas categorias: o centro prototípico, que, tal como formulado em nossa hipótese, é pautado pelo modelo heteronormativo: a masculinidade associa-se à virilidade, à performance sexual do ativo e, além disso, rechaça os afeminados. Quanto às categorias periféricas, foi possível encontrar, apenas, dados mais recorrentes que contestam o modelo estereotipado de masculinidade pautado na heteronorma. Apesar disso, os usuários demonstram tolerância e condescendência com o sigilo, categoria pervasiva em ambas as categorias.

PALAVRAS-CHAVE

Modelos Cognitivos Idealizados. Masculinidade homossexual. Performatividade de gênero.

ABSTRACT

It is within the scope of the interface between Cognitive Linguistics (LC) and Gender Studies, especially queer theory, that the proposal of this work is part. We aimed to identify, analyze and discuss the Idealized Cognitive Model (ICM) of masculinity conveyed in verbal and nonverbal discourses and analyze user profiles of the Grindr relationship application, aimed at the gay and queer community. We hypothesized that the prototypical model of heterosexual masculinity is the most valued and sought by users. We also constructed a secondary hypothesis, which functions as an unfolding of the main one, that there would be two peripheral categories: the contestation of the stereotype of masculinity based on heteronorm and the deviable profiles, which would adopt gender subversion as a strategy for affirming plural masculinities. In order to test and discuss our hypotheses, we set up a database with 100 public profiles of Grindr users in the city of Vitória da Conquista-BA and, of these we selected 20 profiles to make up our corpus of analysis. Data collection and corpus constitution were based on a collection methodology proposed by Cultural Linguistics, based on the search for keywords related to the theme. In the comparative analysis and discussion of the data, we observed the verbal and visual characteristics from three axes: tags, emojis and open personal description. The theoretical affiliation, which founded our work, as well as served as a support for our analyses, is divided into two fronts: the first includes cognitive linguistics theorists who discuss the phenomenon of categorization, especially Lakoff's considerations about ICM's. The second front concerns the establishment of a dialogue between CL and Queer Theory, in which we focus on different concepts established by Butler in his works, especially the concept of gender performativity. The results show that it is possible to identify two categories: the prototypical center, which, as formulated in our hypothesis, is guided by the heteronormative model: masculinity is associated with virility, the sexual performance of the asset and, in addition, rejects the effeminate. As for peripheral categories, it was possible to find only more recurrent data that challenge the stereotyped model of masculinity based on the heteronorm. Nevertheless, users demonstrate tolerance and condescension with secrecy, a pervasive category in both categories.

KEYWORDS

Gender Performativity. Grindr. Homosexual Masculinity. Idealized Cognitive Model.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Logo do Grindr	90
Figura 2: Edição de perfil: informações básicas.....	90
Figura 3: Edição de perfil 2: informações adicionais	91
Figura 4: Perfis disponíveis	92
Figura 5: Exemplo de perfil do Grindr	95
Figura 6: captura de tela do dado 1.....	100
Figura 7: captura de tela do dado 2.....	102
Figura 8: captura de tela do dado 3.....	109
Figura 9: captura de tela do dado 4.....	111
Figura 10: Exemplo de chat do Grindr.	114
Figura 11: captura de tela do dado 5.....	117
Figura 12: captura de tela do dado 6.....	119
Figura 13: captura de tela do dado 7.....	120
Figura 14: captura de tela do dado 8.....	122
Figura 15: captura de tela do dado 10.....	124
Figura 16: captura de tela do dado 11.....	128
Figura 17: captura de tela do dado 12.....	130
Figura 18: captura de tela do dado 13.....	133
Figura 19: captura de tela do dado 14.....	135
Figura 20: captura de tela do dado 15.....	139
Figura 21: captura de tela do dado 16.....	140
Figura 22: captura de tela do dado 17.....	143
Figura 23: captura de tela do dado 18.....	144
Figura 24: captura de tela do dado 19.....	146
Figura 25: captura de tela do dado 20.....	148

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: <i>Porcentagem de emojis usados nos perfis que fazem menção à masculinidade-padrão.....</i>	101
Gráfico 2: <i>Recorrência de tags nos perfis que fazem menção à masculinidade-padrão</i>	104
Gráfico 3: <i>Recorrência de palavras-chave nas descrições abertas dos perfis que fazem menção à masculinidade-padrão.</i>	105
Gráfico 4: <i>Recorrência das tags nos perfis que contestam a masculinidade-padrão</i>	137
Gráfico 5: <i>Recorrência de palavras nos perfis que contestam a masculinidade-padrão.</i>	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: <i>Emojis dos perfis que fazem menção à masculinidade-padrão e seus significados.</i>	99
Quadro 2: <i>Os emojis dos perfis que contestam a masculinidade-padrão e seus significados.</i>	127
Quadro 3: <i>Tags recorrentes em ambas as categorias de análise.</i>	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LC	Linguística Cognitiva.
LQ	Linguística Queer.
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Panssexuais/Polissexuais, e mais.
MCI	Modelo Cognitivo Idealizado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONTRIBUIÇÕES DA LINGÜÍSTICA COGNITIVA: CATEGORIZAÇÃO, MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS, EFEITOS PROTOTÍPICOS E ESTEREOTÍPICOS.....	16
2.1 A categorização como processo mental essencial da humanidade.....	17
2.1.1 O modelo clássico de categorização e as críticas de Eleanor Rosch	20
2.1.2 O modelo prototípico de categorização e a teoria dos protótipos.....	24
2.2 Domínios, Frames e Modelos Cognitivos Idealizados (MCI).....	28
2.2.1 Frame.....	29
2.2.2 Modelos Cognitivos Idealizados.....	31
2.2.3 Tipos de Modelos Cognitivos Idealizados.....	34
2.2.4 Os Modelos Cognitivos Idealizados metonímicos e os estereótipos.....	37
2.3 O estereótipo na teoria dos protótipos: as contribuições de Geeraerts e Putnam para a compreensão das disputas semânticas	40
3 CATEGORIZAÇÃO, CORPO(RIFICAÇÃO) E EXPERIÊNCIA(ÇÃO): UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO ENTRE A LINGÜÍSTICA COGNITIVA E A TEORIA QUEER	45
3.1 A Teoria Queer.....	49
3.1.1 O conceito de gênero na obra de Butler: breves considerações.....	51
3.1.2 A mente hétero e a heterossexualidade compulsória como norma	56
3.1.3 Identidade, subversão e paródias de gênero	60
3.2 Performatividade: dos atos performativos de Austin à performatividade de gênero de Butler	64
3.3 Diálogos entre categorização cognitiva e a Teoria Queer: uma masculinidade estereotipada versus masculinidades no plural.....	71
3.3.1 “Não sou, não curto”: a masculinidade homoerótica entre preferências e violências no Grindr.....	77
4 METODOLOGIA.....	84
4.1 Procedimentos de coleta dos dados e construção do corpus	88
4.2 Procedimentos de análise dos dados	96
5 ANÁLISE DOS DADOS	98
5.1 Perfis que fazem menção à masculinidade-padrão: os emojis.....	98

5.2 Perfis que fazem menção à masculinidade-padrão: as <i>tags</i> e as descrições abertas	103
5.3 Perfis que contestam a masculinidade-padrão: os <i>emojis</i>	126
5.3.1 <i>Perfis que contestam a masculinidade-padrão: As tags</i>	136
5.3.2 <i>Perfis que contestam a masculinidade-padrão: as descrições abertas</i>	141
5.4 Discussão Comparativa dos Dados	149
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS	158

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre gênero e sexualidade demoraram muito tempo para despertar os interesses dos estudos linguísticos. Essa demora, conforme explica Melo (2019), foi resultado das abordagens iniciais da Linguística, que tinham foco em tratamentos, ora positivistas, ora privilegiados por visões da língua como muito pouco associada a seus falantes e como atrelada à vida social. Somente a partir da década de 1960, essa visão começou a mudar com os estudos, respectivamente, de sociolinguística – cujo primeiro congresso data de 1960 – e de antropologia linguística. A partir de abordagens de cunho menos formalista e mais funcionalista (CASTILHO, 2010), as abordagens de cunho funcional objetivam “investigar como linguagem, sociedade e cultura se constituem mutuamente” (BORBA, 2014, p. 457-461).

Dentre essas abordagens que rompem com o paradigma formalista, podemos destacar o recente surgimento da Linguística *Queer* (MELO, 2019), que contribui para um estudo de como nossa performance de gênero, criada por meio da construção discursiva, reflete a organização do binarismo presente nas sociedades ocidentais. Essa abordagem subversiva da linguística vem se apoiar nos Estudos de Gênero – sobretudo na teoria *Queer*. Outra área da Linguística que rompe com o paradigma formalista é a Linguística Cognitiva (LC), uma vez que questiona uma visão modular da linguagem, em favor de uma visão experiencialista (LAKOFF; JOHNSON, 1980; FERRARI, 2005). A LC reconhece a importância da relação entre corpo, mente e mundo – incluindo, nesta última categoria, a cultura, as ideologias, as questões sociais –, construídas e mediadas pelo nosso sistema cognitivo.

Neste trabalho propomos uma interdisciplinaridade entre essas duas áreas, uma vez que se trata de uma proposta que, até então, não encontramos nos estudos da linguagem. Percebe-se que pouca atenção tem sido dada para como entendemos o processo de categorização cognitiva de sexualidade e, consequentemente, como conhecimentos linguísticos que podem ser analisados por meio de conceitos como, por exemplo, o de modelos cognitivos idealizados, um fator essencial no estudo da linguagem e da sexualidade para entender a nossa.

Nesse sentido, as teorias *Queer* têm instigado nossa curiosidade sobre como as categorias de homossexualidade e heterossexualidade são formadas, construídas e representadas. Os questionamentos das teorias *Queer* tentam, segundo Borba (2015), mostrar a limitação das categorias sexuais estanques e hegemônicas na sociedade, como homem/masculinidade e mulher/feminilidade. Assim, para Borba (2015, p. 95) essas limitações “castram as potencialidades identitárias de alguns indivíduos que essas categorias não contemplam”.

Assim, faz-se necessário estudar as categorias também com um olhar social e pelo prisma dos representantes da comunidade. Logo, essa pesquisa se interessa pela categorização da masculinidade homossexual no aplicativo de relacionamento *Grindr*. Brito (2018) informa que os estudos sobre a categoria masculinidade/masculino/homem adentraram a academia após críticas que pesquisadores fizeram sobre os estudos feministas contemporâneos; essas críticas propunham reconhecer a existência da categoria masculinidade como plural e a sua desconstrução como norma. Portanto, estudar a categorização da masculinidade no âmbito da Linguística Cognitiva com interface com as teorias *Queer*, pelo olhar das relações homoeróticas, nos faz entender a norma binária em que a sociedade é construída e refletir sobre os modelos cognitivos de masculinidade que compartilhamos.

O texto desta dissertação divide-se em quatro capítulos. O capítulo 1 corresponde à presente introdução. No capítulo 2, são abordados conceitos da Linguística Cognitiva, caros à nossa pesquisa, tais como: a Categorização, os Modelos Cognitivos Idealizados e os efeitos de prototipicidade e estereotipia. Por sua vez, no capítulo 3, é focalizada a apresentação de conceitos essenciais da Teoria *Queer*, sobretudo o de performatividade de gênero, cunhado pela filósofa Judith Butler. O capítulo finaliza com a discussão dos estudos da categoria “masculinidade” e a problematização dessa categoria na contemporaneidade, assim como sua veiculação no aplicativo *Grindr*.

No capítulo 4, apresentamos nossa pergunta de pesquisa, nossa hipótese e os nossos objetivos de trabalho, caracterizamos a pesquisa e descrevemos os procedimentos metodológicos de coleta e análise dos dados. Já no capítulo 5, apresentamos as análises de 20 perfis do aplicativo *Grindr*, tendo dividido as análises em duas categorias de perfil – perfis que fazem menção à masculinidade-padrão e perfis que contestam a masculinidade-padrão – e tendo adotado como critério de análise três componentes de linguagem: as descrições abertas, os emojis e as tags. Nas considerações finais, avaliamos a sustentação das hipóteses e o cumprimento dos objetivos, a partir dos resultados fornecidos pela descrição e interpretação dos dados.

2 CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA COGNITIVA: CATEGORIZAÇÃO, MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS, EFEITOS PROTOTÍPICOS E ESTEREOTÍPICOS

Somente a partir da década de 60, fenômenos sociais começaram a ganhar a atenção de pesquisadores de diversas áreas de entremeio com a Linguística, como a Sociolinguística, a Psicolinguística e a Linguística Cognitiva. Esta última, de acordo com Silva (2009), surgiu por volta da década de 80 como uma oposição direta ao Gerativismo, paradigma anterior, que não tinha como foco questões extralinguísticas e, segundo Silva (2009), algumas concepções acerca de questões cognitivas relativas à linguagem eram utilizadas para corroborar a hipótese do dispositivo biológico de aquisição da linguagem.

A Linguística Cognitiva propôs uma visão mais ampla da linguagem e da sua relação com a cognição. Entre os postulados, ressaltamos as experiências sociais dos falantes e a organização mental dessas experiências, porque, para a LC, a linguagem é vista “de um ponto de vista psicológico, como parte da organização do conhecimento na mente individual” (SILVA, 2009, p. 515). Segundo esse princípio, o que falamos e como falamos é resultado da organização mental do nosso conhecimento. Assim, discursos preconceituosos, ideologias e ideais são, no fundo, resultados de conhecimentos adquiridos e compartilhados entre os falantes. Essas questões mais sociais acabam sendo ativadas nos nossos discursos, pois estão ancoradas no nosso conhecimento enciclopédico do mundo.

A experiencição cognitiva é um fator essencial para entender a individualidade do falante e sua inter-relação com a cognição socialmente situada. Para Silva (2009), nenhuma comunidade linguística é totalmente homogênea. Dessa forma, as experiências coletiva, social e cultural influenciam o pensamento e a linguagem de um determinado grupo. Por isso, é possível afirmar que nosso conhecimento armazenado na mente e expresso pela linguagem é um resultado das experiências sociais individuais e coletivas, ou seja, de um compartilhamento de informações com leves modificações pessoais.

Além da experiencição, deve-se considerar também o contexto situacional da interação. O ambiente da língua e o contexto social somam-se às bases cognitivas e às experiências do falante para o constituírem como sujeito, além de moldarem a forma como ele observa o mundo. Nossa identidade, então, está embasada no contexto das nossas vivências. Silva (2009) explica que o social e a variação linguística tiveram atenção em estudos da LC desde o início, com trabalhos de Holland & Quinn (1987 *apud* SILVA, 2009), até estudos mais recentes, desenvolvidos por Dirven, Frank & Pütz (2003 *apud* SILVA, 2009), resultando em

teorias diversas como os “modelos culturais”, “teorias populares” e os “modelos cognitivos culturais”, todos caminhando na lógica de que teríamos representações individuais e interindividuais partilhadas e cognitivamente situadas sobre a construção da realidade e de categorias como o casamento, a linguagem, as raças, gênero e sexo.

Especificamente em relação ao gênero e à sexualidade, os estudos pós-estruturalistas também abraçaram questões socialmente situadas, de forma a contribuir com os estudos da relação linguagem-sexualidade, em diversas vertentes da Linguística, tomando como ponto de partida discussões de movimentos sociais como o feminismo. Segundo Borba (2015, p. 93), os Estudos de Gênero, mais especificamente a Teoria *Queer* adentraram a Linguística, objetivando “fazer uma crítica sociocultural e sociolinguística às práticas excludentes da heteronormatividade”. O autor aponta para o valor do social nos estudos sobre como *Queers* utilizam a linguagem, pois eles contribuíram para enfatizar o poder da linguagem na construção das identidades.

Dito isso, percebemos que a Linguística tem se voltado para questões sociais que abordam a relação entre gênero, sexualidade, identidade e linguagem. Além disso, as contribuições de pesquisas em Linguística Cognitiva, segundo Silva (2009), sobre a cognição e a sua relação com a linguagem em uso social, têm enriquecido a Linguística como ciência e possibilitado interdisciplinaridades com diversas áreas essenciais para compreendermos as relações entre a forma como entendemos o mundo ao nosso redor e as individualidades das pessoas, por meio da linguagem. Propomos, então, ao longo deste trabalho, um diálogo entre a Linguística Cognitiva e a Teoria *Queer*, objetivando discutir a categorização de “masculinidade homoerótica” no contexto específico do aplicativo de relacionamentos *Grindr*.

2.1 A categorização como processo mental essencial da humanidade

A maneira como nosso conhecimento de mundo é armazenado na nossa mente e a forma como entendemos coisas novas por meio de informações anteriores são questionamentos presentes em alguns conceitos da Linguística Cognitiva. Frames, Categorização, Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) e Domínios são alguns destes conceitos que centralizam vários métodos de análise com características específicas. Cienki (2007) afirma que cada um desses conceitos teóricos contribui para compreendermos a estrutura do conhecimento enciclopédico e suas conexões com o conhecimento linguístico, na relação cognição-linguagem. Tais conceitos estão instanciados por uma abordagem de língua como um sistema comunicativo que reflete o

mundo tal como ele é construído pelos humanos, isto é, reflete a experiência do indivíduo com o mundo.

Em muitos casos, esses conceitos podem ser confundidos, pois, como informa Cienki (2007), eles não apresentam fronteiras muito claras, visto que, por se tratarem de processos cognitivos, são difíceis de dividir e de esclarecer o que realmente ocorre em cada caso, separadamente. O que fica claro é que todos esses conceitos estão imbricados na nossa experiência com o mundo. Para este trabalho, vale conhecer, especificamente, os conceitos de categorização e frames, inicialmente, porque ambos estão presentes na formulação do conceito de Modelos Cognitivos Idealizados, tomado como eixo teórico nesta dissertação. teoria utilizada neste estudo.

A definição comum de categorização, segundo Lima (2007), refere-se ao ato de agrupar elementos semelhantes em categorias específicas. O autor complementa essa definição com a concepção da ciência da informação, de que este é um processo mental primordial da humanidade, pois classificamos coisas e conceitos a todo instante para compreendermos e conhecermos nossa realidade. Com a intenção de mostrar com mais clareza esta definição de categorização em voga nas nossas ações cotidianas, Ferrari (2011) incita o leitor a pensar em objetos como um guarda-roupa, uma geladeira ou uma carteira, para que ele perceba como todos esses objetos possuem compartimentos específicos para coisas diferentes. Em suma, a autora deseja mostrar como a categorização está presente na nossa organização de itens cotidianos.

Tanto Lima (2007) quanto Ferrari (2011) apontam para a importância da categorização no nosso dia a dia e enfatizam o seu papel essencial, também, na linguagem. É por entender o ato de categorizar como primordial para a humanidade que Lakoff (1987, p. 6) explica que não funcionamos sem a capacidade de categorizar, logo, “a compreensão de como categorizamos é [...] central para uma compreensão do que nos torna humanos”.¹ A categorização é descrita pelo autor como desempenhando uma função primordial da vida humana, sem a qual seria impossível entender e se relacionar com o mundo. Ela faz parte da nossa percepção, pensamento, ação e fala.

Quanto à relação da categorização com a linguagem, especificamente, Ferrari (2011, p. 31) informa que “na verdade, para falarmos do mundo, agrupamos um conjunto de objetos,

¹ “Without the ability to categorize, we could not function at all, either in the physical world or in our social and intellectual lives. An understanding of how we categorize is central to any understanding of how we think and how we function, and therefore central to an understanding of what makes us human” (LAKOFF, 1987, p. 6).

atividades ou qualidades em classes específicas”. A autora exemplifica o fenômeno com o fato de nomearmos um conjunto de objetos semelhantes, mas não idênticos, com o termo “árvore”, e com a capacidade de distinguirmos ações como inclusas no âmbito do trabalho ou da brincadeira, baseada em características específicas dos dois eventos. Além disso, assim como explica Lakoff (1987), quando realizamos alguma ação, estamos também categorizando movimentos motores. Já quando falamos, estamos categorizando diversas categorias do discurso; em outras palavras, categorizamos cognitivamente em vários âmbitos da nossa vida, inclusive no âmbito linguístico.

Voltando ao exemplo da nomeação de objetos como “árvore”, Lima (2007) ressalta que podemos não saber qual espécie de árvore se trata, mas nos valem da categorização para facilitar nossa memorização do conhecimento do que seja uma árvore. Isso acontece porque, segundo Ferrari (2011), a nossa capacidade de categorizar está intimamente ligada à nossa capacidade de memorização, uma vez que não poderíamos criar um número infinito de categorias, pois não as lembraríamos; logo, categorizamos para facilitar o armazenamento de informações.

Vale ressaltar que categorização não ocorre de forma arbitrária; muito pelo contrário: as categorias possuem princípios regentes. Isso fica visível com a explicação de Lakoff (1987) do nome do seu livro “Mulheres, fogo e coisas perigosas: o que categorias revelam sobre a mente²”. Em uma primeira leitura do título, não entendemos a relação entre mulheres, fogo e coisas perigosas, ao mesmo tempo que inferimos que deve haver alguma relação entre os termos e, como exemplifica Lakoff (1987), podemos até interpretar que mulheres são fogosas e/ou perigosas, mas, na verdade, o autor explica que os três elementos formam uma categoria na língua aborígene australiana, o Dyirbal, em que existe a categoria *balan* formada por mulheres, fogo, coisas perigosas. Existe, nessa categoria, princípios próprios e não-arbitrários da língua e da cultura Dyirbal que regem a categoria.

Mesmo quando conhecemos os princípios regentes da categorização, fica uma pergunta, apresentada por Ferrari (2011), a saber: como elegemos os atributos relevantes para a inclusão de um elemento em determinada categoria? Esta pergunta é primordial para a compreensão de como nós pensamos “e, conseqüentemente, um ponto central para a compreensão daquilo que nos faz humanos” (1987, p. 5 *apud* LIMA, 2007, p. 158). Por isso, não se pode estudar superficialmente esse fenômeno, conforme ressalta Lima (2007), pois ele constitui a base do pensamento, da percepção, da ação e do discurso. A pergunta apresentada por Ferrari (2011),

² Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind.

por mais que possa parecer uma pergunta simples, tem sido discutida e estudada em demasia na história do pensamento ocidental, principiando nas reflexões de Aristóteles, passando pela Psicologia Cognitiva e chegando nas contribuições da Linguística Cognitiva, nos séculos XX e XXI.

O interesse pela nomeação, classificação, definição e categorização pode ter se iniciado na época de Aristóteles, tal explica Lima (2007). Entretanto, foi com o desenvolvimento da ciência cognitiva que a categorização recebeu status de investigação empírica. Após estudos da psicologia do pensamento, a categorização passou a ser entendida como um processo sociocultural de representação da realidade, pois não podemos excluir o mundo que pertencemos e como reagimos frente às interações com ele. Lima (2007) conclui ainda essa ideia ao afirmar que “o ambiente influencia muito no modo como categorizamos a informação” (LIMA, 2007, p. 158).

Porém, antes dos estudos psicológicos serem desenvolvidos, a categorização era entendida pela visão de senso-comum. Essa visão da categorização como resultado das propriedades comuns entre os seus elementos, ressaltada também por Lima (2007) e Ferrari (2011) anteriormente, não é, como informa Lakoff (1987), totalmente equivocada e foi tida como uma verdade irrefutável por dois mil anos. De acordo com o autor, desde as considerações de Aristóteles até aos estudos de Wittgenstein, a categorização era tida como bem explicada nesta definição popular. Todavia, Lakoff (1987) explica que esta asserção não foi resultado de um estudo empírico, tampouco de um debate, pois estava mais para uma especulação.

Com o tempo, a categorização ganhou a atenção de várias áreas do conhecimento. Na psicologia cognitiva, o fenômeno ganhou um grande campo de estudo, segundo Lakoff (1987), graças aos estudos pioneiros de Eleanor Rosch (1973, 1975, 1978). Para entender melhor a discussão e as contribuições que os estudos de Rosch (1973, 1975, 1978) trouxeram para o fenômeno, cabe conhecermos as principais afirmações do modelo clássico de categorização.

2.1.1 O modelo clássico de categorização e as críticas de Eleanor Rosch

O modelo clássico de categorização foi influenciado pelas reflexões de Aristóteles, segundo as quais “para que um elemento pertença à determinada categoria deve possuir todos os atributos definidores da mesma” (FERRARI, 2011, p. 33), atributos estes divididos entre características necessárias e suficientes. Este modelo foi retomado pela Semântica Estruturalista, em que o sistema de traços foi utilizado para definir a semântica dos itens lexicais. Segundo Ferrari (2011), esse modelo criou limitações rígidas às categorias, uma vez

que os objetos precisavam compartilhar todos os traços para ser eleito um elemento de uma categoria x.

Se aplicássemos esta concepção clássica de categorização ao nosso objeto de pesquisa, surgiriam questionamentos referentes à quantidade de atributos que um indivíduo deve ter para ser categorizado, por exemplo, como masculino. Em outras palavras, o que faz um indivíduo ser considerado como masculino e outro como feminino? O modelo de traços exageradamente simplificaria esse impasse, que é bem mais complexo e exige mais do que a diferenciação por traço positivo de masculinidade, visto a abrangência da categoria “masculinidade”, assim como outras categorias.

Outra problemática deste modelo é enfatizada por Lima (2007), na afirmação de que o modelo clássico se configura como uma proposta de representação e não de processo, o que cria diversas implicações na compreensão das categorias. O que Lima (2007) critica é o fato de esse modelo ser apenas de representação das características dos elementos. Em outras palavras, não se considera a percepção dos indivíduos, suas experiências e formas diferentes de categorizar dependendo da cultura; nesse modelo, as categorias têm fronteiras claras e bem definidas e com propriedades inerentes aos elementos, “neste modelo, está claramente demarcado o que constitui ou não um exemplar de uma categoria, cujas fronteiras estão claramente definidas” (LIMA, 2007, p. 160-161).

Em conformidade com as críticas ressaltadas por Lima (2007), Lakoff (1987) expõe os trabalhos de Rosch (1973, 1975, 1978) como um contraponto do modelo clássico. Para Lakoff (1987), as discussões e estudos de Eleanor Rosch foram pioneiros para uma nova compreensão de como os humanos categorizam. O autor enfatiza, especificamente, duas implicações, apresentadas por Rosch (1973, 1975), do modelo clássico, que são as mesmas apontadas por Lima (2007) a respeito da não existência de melhores exemplares das categorias e da não consideração das relações neurológicas, físicas e experienciais dos indivíduos que categorizam. Rosch (1978), entretanto, aponta para o fato de que, nesta concepção clássica, não haveria aprendizado da categoria, logo, não seria possível ocorrer extensão de categorias. Lima (2007), por outro lado, cita também outros pontos problemáticos no modelo clássico, como a existência de casos confusos, a insuficiência para especificar características definidoras para a maioria dos conceitos, o uso de características não necessárias, a existência de correlação entre semelhança de tipicidade e de família, entre outros problemas.

As críticas diversas ao modelo clássico levaram a hipóteses importantes para a criação de um novo modelo mais abrangente criado por Rosch (1978). Ela “observou que [...] as categorias, em geral, têm melhores exemplos (chamados de ‘protótipos’) e que todas as

capacidades especificamente humanas [...] apenas desempenham um papel na categorização”³ (LAKOFF, 1987, p. 7). Em conformidade com a primeira crítica ao modelo clássico, isto é, a consequência de que todos os elementos de uma categoria seriam exemplos igualmente compatíveis com a categoria, Rosch (1978) observa e demonstra o oposto. Segundo a autora e seus colaboradores, as categorias, em geral, possuem exemplos melhores que outros, os chamados protótipos.

Já em relação ao segundo ponto da crítica, relativo às características inerentes dos elementos, a autora explica que as capacidades humanas teriam, ao contrário do que se assumia, um papel na categorização. Lakoff (1987) acrescenta ainda a cultura, a imaginação e outros aspectos importantes para o processo; nas palavras do autor: “a categorização humana é essencialmente uma questão de experiência humana e imaginação - de percepção, atividade motora e cultura, por um lado, e de metáfora, metonímia e imagens mentais por outro”⁴ (LAKOFF, 1987, p.8). Nessa passagem, o autor pontua o papel da imaginação, da metáfora, da metonímia e das imagens mentais no processo de categorização, pontos essenciais para sua teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, que possui forte relação com as proposições de Rosch (1987).

O modelo clássico sofreu diversas críticas, também, de Fillmore (1975 *apud* FERRARI, 2011), como aponta Ferrari (2011). Fillmore (1975 *apud* FERRARI, 2011), com seu estudo da palavra “solteirão”⁵, explica que os traços [+ macho], [+ adulto] e [- casado] não são suficientes para descrever o termo e, conseqüentemente, poderia classificar, erroneamente, seres que não poderiam ser considerados solteirões, como o papa ou o Tarzan. Para Fillmore (1975 *apud* FERRARI, 2011), o termo “solteirão” requer um domínio cognitivo específico, um frame, ou seja, uma situação e um conhecimento de mundo compartilhado que se relaciona às expectativas socioculturais referentes a idade certa para o casamento, em outras palavras, a percepção, cultura e experiência de vida ressaltadas por Lakoff (1987), em um processo contínuo e regido por princípios.

Pensar em quais atributos elegemos para categorizar um indivíduo como “homem” ou como “mulher”, por exemplo, não pode ser arbitrário e apenas refletir o mundo, em um processo do externo para a linguagem. Além desses princípios internos no âmbito da inclusão de

³ “Observed that [...] categories, in general, have best examples (called ‘prototypes’) and that all of the specifically human capacities just mentioned do play a role in categorization” (LAKOFF, 1987, p.7).

⁴ “Human categorization is essentially a matter of both human experience and imagination - of perception, motor activity, and culture on the one hand, and of metaphor, metonymy, and mental imagery on the other” (LAKOFF, 1987, p. 8).

⁵ Do inglês *bachelor*.

elementos numa determinada categoria, existem dois princípios fundamentais da categorização propostos por Eleanor Rosch (1978), quais sejam: 1) a função do sistema de categorias de prover o máximo de informações sobre o mundo com o mínimo de esforço cognitivo; e 2) a estrutura da informação não arbitrária que deve ser o mais próxima possível do mundo real, do ambiente. Este último princípio pode ser alcançado, conforme explica a autora (1978), pela comunicação entre categorias ou pela definição e redefinição de atributos para um conjunto estruturado de categorias.

Rosch (1978) explica que, no primeiro princípio, está em voga a economia cognitiva, ou seja, o fato de armazenarmos muitos estímulos necessários para categorizar coisas com diferentes atributos sem muito esforço. Dessa forma, um número finito de estímulos possibilitaria a criação de um número enorme de categorias. Por outro lado, o segundo princípio organiza as informações do mundo, pois os objetos não são naturalmente classificados no ambiente físico. O exemplo que a autora apresenta é a percepção de objetos com a aparência de uma cadeira corresponderem a uma organização mental para entender que objetos com esse formato são melhores para se sentar do que objetos com o formato de um gato, por exemplo.

Além disso, os atributos são atribuídos pelo sujeito e, portanto, dependem de muitos fatores, desde a sua intenção, a influência dos atributos até a interação do sujeito com o mundo físico. Portanto, estes princípios demonstram a extensão cultural da categorização, visto que a economia cognitiva e a estruturação do mundo percebido influenciarão o nível de abstração das categorias formadas culturalmente. Assim como os estudos de Rosch (1982), o estudo de Berlin e Kay (1969 *apud* ROSCH, 1982) sobre nomeação das cores de diferentes línguas mostrou que a categorização não é arbitrária. Elegemos os atributos por meio de esforços socioculturais do que um homem deve ter, ou seja, dependemos de *frames* criados social e politicamente.

A não-arbitrariedade é apenas uma de três características essenciais do novo modelo, que fora se estabelecendo a partir das conclusões dos trabalhos de Rosch (1973, 1978) e também dos de Labov (1973, 1978 *apud* FERRARI, 2011). A segunda característica, já aludida anteriormente, é o fato de entendermos as categorias a partir dos elementos prototípicos. Já a terceira e última nos informa que não há limites rígidos nas fronteiras das categorias cognitivas, existe uma relação fluida entre as categorias. Assim, relacionando os achados com o tema da nossa pesquisa, percebemos que a intersecção entre as categorias “masculino” e “feminino” não é tão estanque. Além disso, segundo Ferrari (2011), a categorização possui níveis diversos que regem os elementos prototípicos e periféricos, ou seja, há níveis de masculinidade, baseados no centro prototípico da categoria.

Vale ressaltar, ainda, o fato de a categorização funcionar como um processo automático e inconsciente. Não percebemos esse processo como um esforço de representação mental do mundo e acabamos acreditando que as coisas do mundo já são categorizadas naturalmente, tal como explica Lakoff (1987). Entretanto, existem categorizações de entidades abstratas, como as relações sociais, emoções, eventos, entre outras que demonstram que as categorias não refletem “o mundo como ele é”.

2.1.2 O modelo prototípico de categorização e a teoria dos protótipos

De acordo com Lakoff (1987), as primeiras contestações empíricas contra o modelo clássico de categorização foram feitas por Wittgenstein (1953 *apud* LAKOFF, 1987). As discussões que Wittgenstein (1953 *apud* LAKOFF, 1987) propôs acerca da palavra “jogo” foram essenciais para questionar a ideia clássica de que as categorias tinham fronteiras claras e eram definidas por propriedades comuns, tal como explica Lakoff (1987). De acordo com os estudos de Wittgenstein (1953 *apud* LAKOFF, 1987), não haveria características comuns que pudessem categorizar um jogo, pois há uma grande variedade de jogos, com diferentes características: alguns envolvem sorte, outros envolvem habilidades, alguns possuem um vencedor, outros não. Logo, o que reuniria todos os jogos na categoria “jogo”, de acordo com o autor, seria a ideia de semelhança de família⁶. Em uma família, os membros são diferentes, porém, compartilham algumas características internas, mas não todas.

Lakoff (1987) resume a ideia do autor, ao afirmar que “jogos, como membros da família, são semelhantes uns aos outros em uma grande variedade de maneiras. Isso, e não uma única coleção bem definida de propriedades comuns, é o que faz do jogo uma categoria”⁷ (LAKOFF, 1987. p.16). A ideia de que os membros de uma categoria possuem semelhanças entre si, de formas diferentes, assim como os membros de uma família, é um ponto-chave para a ideia de efeitos prototípicos. Ainda na sua discussão acerca da palavra “jogo”, Wittgenstein (1953 *apud* LAKOFF, 1987) observou que a categoria poderia ser estendida e novos jogos acrescentados. O surgimento do vídeo game, em 1970, é um exemplo de um novo elemento acrescentado à categoria. Lakoff (1987) explica que esse ponto é essencial, pois comprova que as categorias não são fixas e podem ser estendidas, sendo que essa adição de novos elementos pode ocorrer

⁶ *Family resemblance.*

⁷ “Games, like family members, are similar to one another in a wide variety of ways. That, and not a single, well-defined collection of common properties, is what makes game a category” (LAKOFF, 1987. p.16).

de maneiras diferentes, dependendo da intenção das pessoas, utilizando da falta de fronteiras claras entre as categorias para limitar, de diferentes formas, as definições de cada categoria.

Como, para esse modelo, as categorias não possuem fronteiras precisas, as pessoas podem limitar as definições das categorias e, com isso, acrescentar elementos e excluir outros. Entretanto, existem membros que dificilmente são retirados em qualquer definição, como é o caso dos números reais. Essa ideia de que existem membros mais centrais e membros mais periféricos, entre as outras ideias de Wittgenstein (1953 *apud* LAKOFF, 1987), encontra-se nas discussões posteriores de Rosch (1973, 1978). É ela, então, quem vai sistematizar a noção de membros centrais e não centrais na teoria de efeitos prototípicos; entretanto, todos os outros estudos anteriores, como o de Wittgenstein (1953 *apud* LAKOFF, 1987), foram essenciais para a teoria da Rosch (1973, 1976, 1978).

A esse respeito Lakoff (1987, p. 39) explica que, com a teoria dos protótipos, Eleanor Rosch rompeu com a teoria clássica e fez da categorização uma subárea da psicologia cognitiva. Rosch e seus colegas apresentaram uma sequência de experimentos que reuniram diversos estudos anteriores sobre categorização. A partir dos estudos de Berlin e Kay (1969 *apud* LAKOFF, 1987) sobre cores focais como elementos mais centralizados da categoria “cores”, ela introduziu a ideia de efeitos prototípicos e, seguindo as observações de Brawn (1958, 1965 *apud* LAKOFF, 1987) sobre categorias de nível básico, considerou os efeitos de nível básico em sua teoria.

Sobre a organização das categorias nesse modelo prototípico, Ferrari (2011) explica que existe o protótipo, aquele que representa o núcleo da categoria, e os representantes periféricos, aqueles que, embora se afastem do núcleo, ou seja, não possuam as características prototípicas, ainda mantêm características familiares da categoria. Todavia, existem também os membros intermediários e diferentes níveis de prototipicidade. Ferrari (2011), no entanto, enfatiza que, nem sempre, a avaliação de similaridade parte do protótipo, pois existem outros contextos que exigem outros recursos categoriais. Ainda segundo a autora, os indivíduos de uma categoria podem apresentar propriedades categoriais diferentes para contextos divergentes.

Além disso, como aponta Lima (2007), os elementos apresentam características acidentais, aquelas que não são importantes para a categorização, como a cor dos pássaros ou o tamanho; e propriedades essenciais, fundamentais para a categoria, o fato das aves terem asas, por exemplo. Seria a combinação das propriedades o fator primordial para a representação coerente do mundo, encerrando, assim, tal como explica Lima (2007), a ideia de que a mente reflete a estrutura prévia do mundo.

Outro postulado do modelo prototípico de categorização, apontado por Lima (2007), é que os membros das categorias compartilham um grande número de características, sendo que quase nenhuma propriedade é compartilhada com outras categorias. Assim, como exemplifica Lima (2007), um pintarroxo é uma ave mais prototípica do que uma galinha ou um pinguim, o que o faz ser mais facilmente considerado uma ave e menos erroneamente classificado como um mamífero, por exemplo. Vale lembrar, entretanto, que, como nesse modelo, as fronteiras das categorias não são estanques, há uma comunicação maior entre categorias distintas e subcategorias, podendo ser possível que um elemento possa pertencer a mais de uma categoria, como é o caso do tomate, classificado ora como fruta, ora como vegetal, tal como conclui o autor (2007).

A classificação do pintarroxo como ave prototípica e do pinguim como ave mais periférica é verificada culturalmente através de experimentos diversos. Um deles, conforme explica Lakoff (1987), ocorre quando os sujeitos são requisitados a listarem elementos em ordem ou responder verdadeiro ou falso para elementos e suas respectivas categorias. Tais sujeitos, normalmente, consideraram um elemento como sendo mais representativo de uma categoria. Para Rosch (1978), já é uma verdade empírica e documentada que sujeitos tendem a convergir ao classificar elementos como melhores representantes de uma categoria, mesmo que estes sujeitos não concordem entre si com os limites/fronteiras das categorias.

A autora (1978) confirma, com dados de seus próprios estudos, que esses julgamentos de bons representantes continuam intactos, mesmo quando o pesquisador muda as instruções, isto é, esse conhecimento abstrato não se limita às fronteiras das categorias: ele está ancorado em efeitos prototípicos mentalmente apreendidos. O que fica sem resposta ainda, nas pesquisas da autora, diz respeito ao nível de prototipicidade. Rosch (1978) explica que as pesquisas devem focar em responder quais princípios determinam os elementos que serão julgados como mais prototípicos que outros e quais variáveis podem ser afetadas pela prototipicidade.

Rosch (1978) também utiliza o conceito de nível básico para explicar mais detalhadamente as categorias intermediárias e a relação de prototipicidade, também abordadas por Ferrari (2011), como explicamos anteriormente. Lakoff (1987) descreve alguns pontos sobre o nível básico: a) é uma imagem mental única que representa a categoria; b) é o nível com identificação mais rápida; c) é o primeiro nível nomeado e aprendido pelas crianças; d) é o nível em que os termos são usados de forma neutra; e e) é o nível em que nosso conhecimento

é organizado. Esse nível, tal como ressalta Lakoff (1987), é onde ocorre a representação do todo pela parte e a compreensão psicológica baseada em *gestalts*⁸, percepção, imaginação, etc.

Para Rosch (1978), portanto, as categorias possuem três níveis: o superordenado, nível que possui o membro geral da categoria (ex.: fruta, animal); o nível básico/ intermediário (ex.: laranja, cachorro), nível entre o membro geral e o membro específico e que é o primeiro nível a ser aprendido pelas crianças e o mais utilizado em contextos neutros; e o nível subordinado, em que são agrupados os elementos mais específicos da categoria, a extremidade da categoria (ex.: laranja pera, cachorro labrador). Lima (2007) aponta que esses níveis representam a melhor maneira que utilizamos para categorizar conceitos.

Rosch (1978) ressalta, ainda, o papel do contexto na categorização e nas assimetrias entre os níveis. Segundo a autora, “haverá efeitos de contexto tanto para o nível de abstração no qual um objeto é considerado, quanto para (o nível) em que os itens são nomeados, aprendidos, listados ou esperados em uma categoria”⁹ (ROSCH, 1978, p.18), ou seja, embora não seja possível identificar como o contexto afeta totalmente as variáveis da categoria, a autora afirma que há influência do contexto tanto no nível básico quanto nos efeitos prototípicos; como exemplificação dos efeitos contextuais, Rosch (1978) explica que, se perguntássemos qual é o animal africano mais comum, teríamos respostas diversas, sendo que o mesmo ocorreria se perguntássemos pelo animal de estimação americano mais comum.

Quanto ao contexto, Ferrari (2011) aponta para o fato de elementos de uma categoria possuírem propriedades categoriais diferentes para contextos divergentes e que essa reestruturação categorial também diverge de cultura para cultura, uma vez que cada cultura possui seus modelos categoriais.

Uma ressalva sobre o fator prototipicidade deve ser considerada: segundo Rosch (1978), ele não constitui uma teoria cognitiva de representação das categorias ou modelos processuais. Todavia, o fenômeno afeta estes âmbitos cognitivos da psicologia. Assim, Rosch (1978, p. 40) conclui que “protótipos devem ter algum espaço nas teorias psicológicas de representação,

⁸ De acordo com Cienki (2007), o termo MCI surgiu a partir de estudos de aplicação de *Gestalts* na Linguística, proposta por Lakoff (1987). *Gestalts* constituem estruturas que organizam pensamento, percepção, emoções, processos cognitivos, atividade motora e língua, como explica Cienki (2007). O termo Gestalt apareceu primeiramente na psicologia, como uma nova forma de entender a percepção dos indivíduos e sua compreensão do mundo, conforme aponta Evans (2007). Ainda segundo o autor, em termos de percepção, os estudiosos de Gestalt acreditavam que o todo é maior que a soma das partes e que as Gestalts organizam nossa experiência. A psicologia da Gestalt influenciou a Linguística Cognitiva, pois apresentou evidências de que processos mentais inconscientes formam a nossa experiência.

⁹ “There will be context effects for both the level of abstraction at which an object is considered and for which items are named, learned, listed, or expected in a category” (ROSCH, 1978, p.18).

processamento e aprendizado. No entanto, os protótipos em si não constituem nenhum modelo específico de processos, representações ou aprendizado”¹⁰.

Neste ponto, Rosch (1976, 1978) reformula algumas concepções sobre a teoria de protótipos, negando a ela o fator representativo-cognitivo. Lakoff (1987) é quem acrescenta os efeitos prototípicos à teoria cognitiva de representação. Segundo Lakoff (1987), os Modelos Cognitivos Idealizados são tentativas de fazer sentido a todos os pontos abordados nos estudos de efeitos prototípicos. Algumas necessidades dos modelos são: a necessidade de entender qual tipo de efeitos prototípicos existe em um modelo e qual é a fonte; a necessidade de tratar de categorias diversas, não apenas objetos físicos; e a necessidade de mais estudos empíricos para a teoria dos protótipos.

2.2 Domínios, *Frames* e Modelos Cognitivos Idealizados (MCI)

Há muita complexidade por trás da compreensão de fenômenos do mundo. Construímos significados e codificamos informações de forma tão rápida que chega a nos parecer simples; somos capazes de entender conceitos de forma inconsciente, pois acessamos as informações em nossas estruturas de conhecimento de mundo, armazenadas em nossa memória de longo prazo.

O nosso conhecimento culturalmente compartilhado e a sua relação com as nossas estruturas cognitivas permanentes e estáveis são o foco de diversas teorias, conceitos e métodos em Linguística Cognitiva; é o caso do conceito de Modelos Cognitivos Idealizados, doravante MCI, assim como dos conceitos de *Frame* e de Domínio.

Na tentativa de dividir as instâncias dos conceitos, Cienki (2007) explica que o termo “domínio” está relacionado à teoria da metáfora conceptual e da gramática cognitiva. Logo, apenas os conceitos de *Frame* e *Gestalt* fazem parte da construção da Teoria de Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), juntamente como as estruturas e efeitos prototípicos. Como postulado por Lakoff (1987), os modelos cognitivos idealizados são estruturas por meio das quais organizamos nosso conhecimento. Segundo Cienki (2007), a categorização e os efeitos prototípicos são subprodutos desta organização complexa que foi resultado de quatro fontes principais: a semântica de frames de Fillmore (1982 *apud* CIENKI, 2007), a teoria de metáfora e metonímia de Lakoff e Johnson (1980 *apud* CIENKI, 2007), a gramática cognitiva de

¹⁰ “Prototypes must have some place in psychological theories of representation, processing, and learning. However, prototypes themselves do not constitute any particular model of processes, representations, or learning” (ROSCH, 1978, p. 40).

Langacker (1986 *apud* CIENKI, 2007) e a Teoria dos Espaços Mentais de Fauconnier (1985 *apud* CIENKI, 2007).

Com base nestas fontes, Lakoff (1987) explica que cada MCI é, portanto, um todo complexamente estruturado que utiliza quatro princípios estruturantes: a estrutura proposicional, como proposto nos *frames* de Fillmore (1982 *apud* CIENKI, 2007); as estruturas de esquemas imagéticos, como propostos em Langacker (1986 *apud* CIENKI, 2007); o mapeamento metafórico, como descrito em Lakoff e Johnson (1980 *apud* CIENKI, 2007); e o mapeamento metonímico também descrito pelos dois últimos autores. Além disso, como consequência dos estudos de Fauconnier (1985 *apud* CIENKI, 2007), cada MCI estrutura um espaço mental. Para conceitos mais abstratos como o objeto deste estudo, cabe maior atenção para o conceito de frames e de modelos cognitivos idealizados. Apresentaremos, então, esses conceitos e desdobramentos deles que entendemos como relevantes ao nosso trabalho.

2.2.1 *Frame*

Os estudos desenvolvidos por Charles Fillmore (1975, 1977, 1982, 1985 *apud* CIENKI, 2007) contribuíram para entendermos o *frame* como um fenômeno amplo, em que o nosso conhecimento é ativado para entendermos contextos, conceitos e até palavras isoladas. Os *frames* correspondem a um sistema estruturado do conhecimento, responsáveis por esquematizar nossa experiência. Nesse sentido, as cenas da experiência, as bases físicas e culturais são ativadas automaticamente. Podemos assim definir um *frame* como “um sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência” (FERRARI, 2011, p.50).

Os trabalhos de Fillmore, segundo Cienki (2007), possuíam, inicialmente foco em palavras e verbos e, posteriormente, se estenderam para o nível sintático. A partir das descobertas do pesquisador, outros intelectuais expandiram o conceito para entender o processo de armazenamento do conhecimento na nossa memória de longo prazo, que nos ajuda a interpretar a realidade por meio de esquemas e conexões contextuais.

Para exemplificação, Cienki (2007) apresenta a análise de Fillmore do frame “evento comercial”. Fillmore (1977 *apud* CIENKI, 2007) mostrou que o grupo de verbos comprar, vender, gastar e custar estão inter-relacionados por um evento/frame/cena, de formas diferentes. Os verbos citados evocam um entendimento dos papéis relevantes na cena (comprador e vendedor) e dos elementos em jogo (produto, dinheiro); é, portanto, a partir desse conhecimento que os verbos de ação são construídos. Ao discutir o mesmo exemplo, Ferrari (2011) apresenta

as seguintes frases: a) Maria pagou R\$ 30,00 pelo livro; b) O livro custou R\$ 30,00 (a Maria) e c) Aquela loja cobra R\$30,00 (pelo livro). Em seguida, a autora explica que todas estas sentenças requerem acesso ao *frame* “evento comercial” para serem interpretadas, mesmo que cada uma enfatize aspectos diversos.

Ferrari (2011) acrescenta ainda que, para Fillmore (1982 *apud* CIENKI, 2007), o significado de uma palavra, ou um conjunto de palavras, é subordinado ao *frame*, logo, esta interpretação do todo “requer o acesso a estruturas de conhecimento que relacionam elementos e entidades associados a cenas da experiência humana, considerando-se as bases físicas e culturais dessa experiência” (FERRARI, 2011, p.50). Cienki (2007), utilizando as palavras do próprio Fillmore (1987 *apud* CIENKI, 2007), ressalta a influência dessa experiência para entender não só verbos de eventos comerciais, mas vários outros que envolvem instituições sociais e relações interpessoais. Fica claro, com o estudo dos verbos relacionados ao *frame* “evento comercial”, que o significado não é inerente ao termo, e não é suficiente apenas conhecer o domínio dos verbos. É primordial, para entender a cena, ter uma experiência cultural com a ação de compra e venda, e entender as instituições sociais por trás das ações dos verbos. Em outras palavras, existe um fator sociocultural e experiencialista envolvido no *frame*.

Para propósito de exemplificação mais relacionada ao tema da nossa pesquisa, peguemos a palavra “casal”. Ela ativa um *frame* de relacionamento com domínio, majoritariamente, heterossexual, isso ocorre porque a nossa experiência social e cultural nos apresentou uma imagem de casal mais frequente e mais adequada socialmente, composta por pessoas cisgênero de sexos opostos. Da mesma forma, o conceito de masculinidade é associado a um *frame* especificamente heteronormativo, pois resulta de uma experiência culturalmente tradicionalista de expectativas de como um homem deve se comportar.

Todavia, o *frame* não é estático, pois não há um movimento binário de relacionar-se ou não se relacionar ao termo: há um certo nível e simetrias semelhantes a teoria de categorização prototípica. Segundo Cienki (2007), justamente para abranger esta e outras questões teóricas, a semântica de *frames* conectou com outros estudos e com outras áreas. Fillmore (1975 *apud* CIENKI, 2007) percebeu que, em alguns casos, o *frame* de algumas palavras envolve um protótipo esquematizado, atualizando o seu conceito a partir dos estudos de Rosch (1978).

Fillmore (1975 *apud* CIENKI, 2007) utiliza o termo “órfão” para exemplificar a contribuição da teoria de protótipo à ideia de *frame*. Segundo ele, podemos entender, inicialmente, que a palavra “órfão” se refere a uma criança cujos pais não mais vivem. Entretanto, a palavra não informa, no seu domínio, nenhuma especificação da idade limite para se considerar alguém órfão, porque esta informação está no protótipo de cada cultura. Cienki

(2007) ressalta que essa junção de *frames* e protótipos se parece muito com a proposta que Lakoff (1987), futuramente, nomearia como MCI. Como Explica Ferrari (2011) não se trata apenas de uma semelhança de coincidência, visto que a definição de Modelo Cognitivo Idealizado Proposta por Lakoff (1987) e abordada por Ferrari (2011) em muito se parece com a noção de *frame*. Porém, a autora afirma que os MCIs são mais complexos e podem ser compreendidos como um conjunto de frames distintos ou modelos individuais.

2.2.2 Modelos Cognitivos Idealizados

Na definição da terminologia MCI, Evans (2007) explica que um MCI é uma estrutura estável sobre os aspectos do mundo e sua relação com o conhecimento linguístico e cultural. Todavia, o autor ressalta que a terminologia de Lakoff (1987) é mais detalhada e apresenta o fator de os modelos serem “idealizados”, ou seja, serem abstrações baseadas nas experiências, e não as representarem de forma específica e completa. Em conformidade com a definição de MCI de Evans (2007), Cienki (2007, p. 176), afirma que:

Os MCIs são propostos como uma forma de organizar o conhecimento, não como reflexo direto de um estado objetivo de coisas no mundo, mas de acordo com certos princípios cognitivos estruturantes. Os modelos são idealizados, pois envolvem uma abstração, através de processos perceptivos e conceituais, a partir das complexidades do mundo físico. Ao mesmo tempo, esses processos transmitem estrutura organizadora — por exemplo, na forma de categorias conceituais.¹¹

Para o autor, compreende-se os MCIs como a forma de organizar nosso conhecimento sobre o mundo, porém, eles não se ajustam perfeitamente à realidade. Eles são idealizados porque selecionam os pontos eficazes e significativos, dependendo da cultura ou até mesmo do indivíduo, e sua experiência pessoal com o objeto, fenômeno, conceito etc. No sentido psicológico, o autor explica que os MCIs representam uma evolução neurobiológica das interações humanas. Essa questão evolutiva está presente também na explicação de Evans (2007) da concepção do próprio Lakoff (1987) de que os MCI fazem parte das atividades

¹¹ “ICMs are proposed as a way in which we organize knowledge, not as a direct reflection of an objective state of affairs in the world, but according to certain cognitive structuring principles. The models are idealized, in that they involve an abstraction, through perceptual and conceptual processes, from the complexities of the physical world. At the same time, these processes impart organizing structure—for example, in the form of conceptual categories” (CIENKI, 2007, p. 176).

cognitivas do dia a dia tanto quanto o processo de categorização, pois eles representam corpos de conhecimento representativos e necessários para a criação de novos conhecimentos.

Para Lakoff (1987), a melhor forma de entender o funcionamento de um MCI é por meio de exemplos. Para tanto, o autor apresenta o termo “terça-feira”. Segundo sua explicação, o termo só pode ser definido por sua relação com um modelo cognitivo que inclui o movimento cíclico do sol, que determina o fim e o início de um dia, e o calendário de sete dias, correspondente a um ciclo de uma semana. Nesse modelo idealizado de semana com dias lineares e sequenciais, cada parte é um dia e o terceiro dia corresponde, então, à terça-feira. O exemplo do termo terça-feira também é utilizado tanto por Evans (2007) quanto por Ferrari (2011) para explicar a organização dos MCI, nos processos cognitivos. Segundo os autores, os MCI podem se dar de diversas formas, incluindo a organização via metáfora, metonímia ou esquemas imagéticos.

Os MCI's podem se estruturar por meio de metáfora ou de metonímia (a parte pelo todo); no exemplo de Lakoff (1987), o MCI de tempo costuma ser metaforicamente estruturado em termos de espaço. Já sobre os esquemas imagéticos, Ferrari (2011) explica que eles fundamentam a estrutura conceptual dos MCIs, nesse sentido, por exemplo, nossa experiência de espaço é estruturada com base em esquemas imagéticos de contêiner, parte-todo, frente-trás, cima-baixo, origem-trajeto-destino. Estas estruturas/tipos de MCIs e mais alguns não citados ainda serão abordados no próximo tópico.

Outro exemplo apontado por Lakoff (1987) é o termo “final de semana”, que requer a noção de cinco dias de trabalho seguidos por um intervalo de dois dias imposto pelo calendário. O autor explica que a semana é um MCI porque ela não existe objetivamente na natureza: ela é apenas uma criação do homem, uma representação da realidade. Além disso, o autor ressalta que nem todas as culturas têm esse mesmo tipo de semana, nesse ponto, o autor aponta para a características imaginativa e representativa dos MCI's e a influência da cultura na construção de modelos.

Ferrari (2011) explica que os MCI's podem ser aplicados às categorias e demonstrar graus de adequação e esta deve seguir o modelo criado mentalmente e não a realidade total do mundo. Ainda sobre essa adequação, ela pode ter efeitos prototípicos simples, quando seleciona apenas um MCI; ou complexos, quando podem se referir a diversos modelos individuais.

Como exemplificação do efeito prototípico simples, temos a célebre análise da palavra “solteirão.” Evans (2007) explica que este conceito lexical é entendido com relação a um MCI de matrimônio que inclui informações esquematizadas relacionadas à idade limite para o casamento, o status e responsabilidades associadas ao casamento.

Por outro lado, Ferrari (2001) explica que, nesse exemplo, está em voga também as expectativas socioculturais do casamento e o sentido negativo do termo. Além disso, há a questão de ser um modelo idealizado, em que algumas questões do mundo real são ignoradas, como a existência de relacionamentos homoafetivos, poliamores e situações de escolha ao celibato, fazendo com que apenas exista uma categoria limitada em que há níveis de correspondência a um só modelo, o mais prototípico de solteirão. Cienki (2007) sumariza essa análise do termo solteirão da seguinte forma:

Lakoff (1987) destaca o ponto que esta palavra é definida em relação a um modelo do mundo em que certas expectativas se mantêm (relacionamentos entre pessoas de sexos opostos, idade típica de casamento, etc.), e esse modelo é idealizado na medida em que ignora muitos aspectos possíveis do mundo real (relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, um papel em uma instituição religiosa que exige um voto de castidade, etc.). Assim, solteirão (e em muitas vezes, a palavra solteiro como usada em contextos paralelos) é definida em relação a um MCI (CIENKI, 2007, p.177).¹²

Alguns MCI's simplificam a realidade, no sentido que ignoram alguns aspectos do mundo real para representar uma informação, segundo Lakoff (1987). O clássico exemplo do estudo da palavra solteirão, proposta por Fillmore (1982 *apud* CIENKI, 2007), é um modelo que representa as expectativas da sociedade para a idade necessária para um homem se casar. Todavia, esse modelo não corresponde perfeitamente à realidade, pois ignora padres, homossexuais ou pessoas que vivem na floresta que não poderiam ser considerados solteirões.

Por outro lado, alguns MCI individuais se combinam e formam um MCI complexo que Lakoff (1987) chama de *cluster model*. O exemplo apresentado pelo autor é da palavra mãe, ele possui vários modelos individuais, como a mãe adotiva, a mãe biológica, etc. Estes modelos se juntam em um *cluster*. Com a mudança constante da sociedade e, conseqüentemente, a mudança na estrutura familiar, surge uma resistência em escolher um modelo de mãe que melhor define o termo, entretanto, uma categoria central de mãe sempre é formada em cada cultura.

Para Lakoff (1987), as expressões compostas como, mãe adotiva, mãe biológica e outras não representam subcategorias de mãe, pois, como explica Ferrari (2011), os modelos para “mãe” não selecionam um protótipo apenas, pois surgem estas outras expressões que descrevem

¹² “Lakoff (1987) highlights the point that this word is defined with respect to a model of the world in which certain expectations hold (such as opposite-sex partnership, typical marriageable age, etc.), and this model is idealized in that it ignores many possible aspects of the real world (same-sex partnerships, a role in a religious institution which requires a vow of chastity, etc.). Thus, bachelor (and in many of the same ways, the word single as used in parallel contexts) is defined with respect to an ICM” (CIENKI, 2007, p. 177).

falta de convergência entre os vários modelos, devido à complexidade sociocultural. Exemplo similar pode ser encontrado nas expressões compostas derivadas do termo “homem”, como é o caso de homem trans, homem gay, homem cis etc. Essas expressões, nessa perspectiva, não poderiam ser subcategorias de homem, ou seja, tipos de homens, apenas, mas sim, uma descrição da falta de convergência do modelo idealizado de homem. Esse exemplo e o exemplo do termo “mãe” comprovam também que o modelo clássico de classificação baseado em propriedades necessárias e suficientes não é eficiente, sendo necessário, então, a entrada de efeitos prototípicos na teoria dos MCI.

A escolha do MCI é individual, conforme explica a Ferrari (2011), e depende do contexto. Pode haver uma pressão para se escolher um modelo que melhor define um conceito, mas existem relações complexas entre os modelos; tais relações dependem do conhecimento cultural de cada indivíduo e de grupos.

Os exemplos ilustrativos deste tópico para compreender o conceito de MCI possuem apenas alguns aspectos que podem construir um MCI. Todavia, Cienki (2007) descreve cinco tipos de MCI, a saber: o proposicional, o imagético, o metafórico, o metonímico e o simbólico.

2.2.3 Tipos de Modelos Cognitivos Idealizados

Os modelos proposicionais, primeiro tipo apresentado por Cienki (2007), não representam fielmente a realidade e demonstram a relação de entidades e de categorias com subcategorias. Segundo Cienki (2007, p. 177) “Lakoff (1987, p. 284-287) descreve modelos proposicionais como tendo a ver com entidades, suas propriedades e as relações entre as entidades”¹³ e divide ainda o tipo proposicional em 5 subtipos: proposição simples, *feature bundle*, taxonomia e categoria radial.

Uma proposição simples é constituída de acordo com um cenário e com eventos iniciais e finais que podem ocorrer no cenário. Estes eventos de atividades humanas demonstram as motivações e propósitos das pessoas. Cienki (2007) exemplifica com o cenário restaurante, este cenário possui um *script* de conhecimento específico do que pode ocorrer quando alguém visita um restaurante e os objetos e eventos na ação.

Já o *feature bundle* é um conjunto de propriedades de MCI’s proposicionais que formam uma “categoria clássica”, ou seja, uma categoria com fronteiras claras entre os membros.

¹³ “Lakoff (1987: 284–87) describes propositional models as having to do with entities, their properties, and the relations between the entities” (CIENKI, 2007, p. 177).

Explicações categoriais que utilizam afirmações uniformes sobre membros de uma categoria são exemplos de uso diário desse subtipo de MCI. Este termo é caracterizado com um conjunto de propriedades que um elemento deve ter para ser incluído em uma categoria. Lakoff (1987) informa, entretanto, que esse subtipo/teoria não se encaixa em muitos aspectos apresentados sobre efeitos prototípicos.

Semelhante a esse subtipo, os MCI's taxonômicos consistem em uma hierarquia entre a categoria clássica e as categorias baixas imediatas que a compõem. Como a categoria clássica é formada por um *feature bundle*, estas categorias superiores precisam ter todos os traços das categorias inferiores. Um exemplo de MCI taxonômicos são as categorias naturais: animais, plantas, minerais etc.

Por outro lado, o modelo radial, enfatizado por Lakoff (1987) como o mais ideal para estudos de categorias com efeitos estereotípicos, descreve uma categoria que tem as subcategorias como recipientes, esse modelo se diferencia dos anteriores porque nele uma categoria está no centro e as outras categorias se ligam a ela, em uma estrutura centro-periferia. Por outro lado, categorias não centrais podem formar subcentros menores e se aglutinar com outras periferias.

Lakoff (1987) introduz a definição de categorias radiais ainda com o exemplo do conceito de “mãe”, termo utilizado com frequência ao decorrer da sua obra por representar uma convergência de modelos complexos, estereótipos e extensões de categorias:

A categoria mãe, como vimos acima, é estruturada radialmente em relação a uma série de subcategorias: há uma subcategoria central, definida por um conjunto de modelos cognitivos convergentes (o modelo de nascimento, o modelo de nutrição, etc.); além disso, existem extensões não centrais que não são instâncias especializadas da subcategoria central, mas sim variantes dela (mãe adotiva, mãe biológica, mãe de criação, mãe substituta, etc.). Essas variantes não são geradas a partir do modelo central por regras gerais; em vez disso, elas são estendidas por convenção e devem ser aprendidas uma por uma. Mas as extensões não são aleatórias. O modelo central determina as possibilidades de extensões, juntamente com as possíveis relações entre o modelo central e os modelos de extensão (LAKOFF, 1987, p. 91).¹⁴

¹⁴ “The category mother, as we saw above, is structured radially with respect to a number of its subcategories: there is a central subcategory, defined by a cluster of converging cognitive models (the birth model, the nurturance model, etc.); in addition, there are noncentral extensions which are not specialized instances of the central subcategory, but rather are variants of it (adoptive mother, birth mother, foster mother, surrogate mother, etc.). These variants are not generated from the central model by general rules; instead, they are extended by convention and must be learned one by one. But the extensions are by no means random. The central model determines the possibilities for extensions, together with the possible relations between the central model and the extension models” (LAKOFF, 1987, p. 91).

A categoria “mãe” é estruturada por categorias radiais relacionadas a subcategorias: a subcategoria central, em que se encontra o *cluster* de modelos cognitivos convergentes (o modelo do nascimento, modelo de criação, etc.); e as extensões não centrais, que são tidas como variantes do *cluster* central (mãe adotiva, mãe de aluguel, etc.). Lakoff (1987) explica que estas extensões não são geradas a partir do modelo central, por meio de regras: elas são, ao contrário, acrescentadas por convenção e são aprendidas. Entretanto, o modelo central determina as possibilidades das extensões; afinal, termos como “mãe adotiva” não podem ser compreendidos por si mesmos, sem a relação com o modelo prototípico central de mãe; nesse caso, temos efeitos prototípicos. Além disso, Lakoff (1987) enfatiza que a metonímia e os esquemas imagéticos também são responsáveis pela extensão de categorias. Essas categorias radiais representam desafios para o próprio modelo da categorização de Rosch (1978), pois, segundo Lakoff (1987, p. 96), “a teoria da categorização faz previsões sobre como os sistemas de categorização humana podem ou não ser. Ela não prevê exatamente o que estará em uma determinada categoria em uma determinada cultura ou idioma”¹⁵.

Lakoff (1987) apresenta alguns princípios gerais para o sistema de categorização humana, que ligam os elementos de categorias distintas, quais sejam: centralidade, em que alguns membros são mais centrais que outros; encadeamento de membros de categorias complexas; domínios experimentais, que correspondem a domínios de experiências culturais específicos que podem caracterizar os links no encadeamento de categorias; modelos culturais, isto é, mitos, crenças sobre o mundo; conhecimento específico sobre o tema da categoria; propriedades comuns entre membros de diversas categorias, o que pode fazer com que um elemento seja classificado com membro de uma categoria diferente do que o restante dos membros com suas características comuns; e, por fim, a motivação, princípio ao qual Lakoff (1987) dedica maior atenção pois, a partir dele, os sujeitos escolhem quais domínios de experiência importam para a classificação, assim como os mitos e as crenças predominantes.

Dando prosseguimento à descrição dos tipos de MCI, Cienki (2007), apresenta os esquemas imagéticos, elementos construtivos de alguns MCI's e que simplificam abstrações padrões de nossas experiências, para podermos usá-las para conceptualizar outros aspectos da nossa vida. Todavia, é necessário haver uma metáfora para fazer a ligação dos esquemas imagéticos, conforme ressalta o autor. A metáfora é o link que demonstra a origem e o destino

¹⁵ “The theory of categorization makes predictions about what human category systems can and cannot be like. It does not predict exactly what will be in a given category in a given culture or language” (LAKOFF, 1987, p. 96).

de um esquema para possibilitar a compreensão da realidade. Outro tipo de MCI é o simbólico, utilizado para entender a conexão entre forma linguística e significado. É usado, por exemplo, para compreender o que é um substantivo. Este não será abordado no nosso estudo, daremos maior atenção para os MCI metonímicos e radiais pois são formadores de estereótipos em categorias sociais.

Cienki (2007, p. 179), explica que “Lakoff (1987: 78) usa o termo modelo metonímico para se referir a um MCI que contém relação(s) em que uma coisa representa outra”¹⁶. De acordo com Lakoff (1987), a metonímia é um fenômeno cognitivo frequente, pois é comum tomarmos um aspecto de algo para nos referir ao todo. Como exemplo, o autor apresenta a frase de uma garçonete falando para a outra que o sanduíche derramou toda a bebida nele; no exemplo, o sanduíche é a característica usada para se referir ao homem que comia um sanduíche.

Ainda segundo o autor, exemplos como esses se fundamentam em princípios gerais que divergem de cultura para cultura e de caso para caso, afinal, uma coisa qualquer não pode ser tida como uma metonímia de qualquer informação. Estes princípios tomam como forma principalmente os modelos cognitivos idealizados, que são o background para a relação de um elemento A que pode ser tomado como elemento B. Existem muitos modelos metonímicos no sistema conceitual, todavia, Lakoff (1987) se debruça especialmente sobre aqueles em que um elemento ou subcategoria pode ser tido como metonímia para toda a categoria para fazer inferências ou juízo, principalmente de pessoas. São essa característica, segundo Cienki (2007), que formam os estereótipos sociais; eles mostram como alguns membros salientes de uma categoria podem ser usados para representar uma categoria interna, ou seja, entende-se o todo pela parte, alguns indivíduos como representantes de toda uma categoria.

2.2.4 Os Modelos Cognitivos Idealizados metonímicos e os estereótipos

Devido à característica própria dos modelos metonímicos, de tomar um elemento ou subcategoria para significar toda a categoria, surge a implicação da estereotipia: “Estereótipos sociais são casos de metonímia - onde uma subcategoria tem um status socialmente reconhecido por ser tida para a categoria como um todo, geralmente com o propósito de fazer julgamentos

¹⁶ “Lakoff (1987: 78) uses the term metonymic model to refer to an ICM which contains relation(s) in which one thing stands for another” (CIENKI, 2007, p. 179)

rápidos sobre as pessoas” (LAKOFF, 1987, p. 79)¹⁷. Quando uma subcategoria tem um status social reconhecível, para entender uma determinada categoria de forma rápida, surgem os estereótipos. Lakoff (1987) explica, ainda, que isso ocorre normalmente para fazer julgamentos sobre pessoas. Vale ressaltar que a metonímia carrega também efeitos prototípicos.

O exemplo dado por Lakoff (1987), de modelo metonímico de mãe dona de casa e, consequentemente, estereotípico, surge das expectativas sociais do bom comportamento da mãe como dona de casa e influencia o modelo de mãe. Essa visão estereotipada da mãe como dona de casa carrega também o modelo estereotipado de cuidado dos filhos, em que se entende que a mãe que fica em casa, sem trabalhar fora, cuida melhor dos filhos e, logo, é uma melhor mãe do que as outras que trabalham fora.

Para o autor, os estereótipos são importantes porque, primeiro, demonstram a existência de subcategorias e suas relações, algo não considerado no modelo clássico e, segundo, porque eles definem as expectativas dos falantes e influenciam a caracterização de algumas categorias e modelos. Alguns modelos metonímicos se baseiam na ideia de exemplos típicos de uma categoria, ou em estereótipos sociais, todavia, há também conhecimentos culturais organizados em termos de ideais. Para Lakoff (1987, p. 87) “Muitas categorias são entendidas em termos de casos ideais abstratos - que podem não ser típicos nem estereotipados”¹⁸. Segundo o autor, o ideal representa as expectativas dos sujeitos em determinado conceito. Por exemplo, a ideia do casamento ideal carrega características de tempo de duração, comportamento dos parceiros e suas funções etc.

Para Lakoff (1987), temos conhecimentos culturais sobre o homem ideal, o trabalho ideal, entre outros âmbitos sociais. Esses ideais levam a efeitos prototípicos e metonímicos. Os casos ideais possuem todas as qualidades que os casos não ideais precisam. Segundo o autor, “também compreendemos categorias em termos de membros individuais que representam um ideal ou seu oposto” (LAKOFF, 1987, p. 87)¹⁹; membros individuais também podem ser focalizados por se oporem aos ideais culturalmente aprendidos, o que leva à construção de um outro modelo metonímico, que Lakoff denomina de *paragons*.

¹⁷ “Social stereotypes are cases of metonymy- where a subcategory has a socially recognized status as standing for the category as a whole, usually for the purpose of making quick judgments about people” (LAKOFF, 1987, p. 79).

¹⁸ “Many categories are understood in terms of abstract ideal cases-which may be neither typical nor stereotypical” (LAKOFF, 1987, p. 87).

¹⁹ “We also comprehend categories in terms of individual members who represent either an ideal or its opposite” (LAKOFF, 1987, p. 87).

Um parêntese sobre a nossa pesquisa é interessante ser feito, sobretudo em relação aos ideais referentes a homem – parceiro -namorado, pois eles são aprendidos culturalmente e estão presentes em muitos aplicativos de relacionamento, o que também influencia a maneira de homens gays se relacionarem e organizarem modelos metonímicos de masculinidade.

Por fim, outras formas de compreender categorias via metonímia é por meio de submodelos e por exemplos salientes. O primeiro se refere aos pontos cognitivos de referência e sua abrangência para outros modelos. O segundo é referente ao nosso constante uso de modelos que estão próximos a nós para significar uma categoria.

Para sumarizar os modelos metonímicos, Lakoff (1987, p. 90) afirma que:

Resumindo, temos visto os seguintes tipos de modelos metonímicos: estereótipos sociais, exemplos típicos, casos ideais, *paragons*, geradores, submodelos e exemplos salientes. Eles têm um status cognitivo, ou seja, eles são usados no raciocínio. E todos eles produzem efeitos prototípicos de algum tipo.²⁰

Os estereótipos sociais, os casos ideais, os submodelos e os exemplos salientes, todos carregam expectativas socioculturais conscientes ou inconscientes e possuem efeitos prototípicos de alguma forma. Muitos destes conceitos estão presentes nos modelos de masculinidade em relações homodesejantes em meio virtual, seja pela reafirmação dos ideais de homem masculino, seja pela aversão, por meio de julgamentos estereotipados, aos gays afeminados. Em relação, ainda, à delimitação do termo “estereótipo”, vale considerar a definição do termo por outros autores. De acordo com Lakoff (1987), outros autores fora da Linguística também se dedicaram a pensar sobre os estereótipos sociais. Putnam (1975) é um deles: ele utiliza o termo “estereótipo” com o mesmo valor que Minsky (1975 *apud* LAKOFF, 1987) utilizou para explicar frames com valores padrão, tal como afirma Lakoff (1987).

Segundo Putnam (1975 *apud* LAKOFF, 1987), um estereótipo é uma representação mental não muito acurada da realidade, o que os pesquisadores da cognição, como Lakoff (1987) têm chamado de estereótipos sociais. Os estereótipos sociais constituiriam representação influenciada pela cultura e pela interação dos sujeitos com o ambiente, ignorando situações que não se encaixam no estereótipo. No exemplo de Putnam (1975 *apud* LAKOFF, 1987), um tigre

²⁰ “To summarize, we have seen the following kinds of metonymic models: social stereotypes, typical examples, ideal cases, paragons, generators, submodels, and salient examples. They have a cognitive status, that is, they are used in reasoning. And they all yield prototype effects of some sort” (LAKOFF, 1987, p. 90).

é representado pelo estereótipo do tigre listrado e o ouro por ser amarelo, mesmo que no mundo exista tigres sem listra e ouro branco.

Para Lakoff (1987) a proposta Minsky-Putnam pode ser utilizada com o efeito prototípico simples (mas nem em todos os efeitos discutidos por Lakoff) de modelos proposicionais e poderia, ainda, ser elaborado para contribuir com a análise da palavra “solteirão”, feita por Fillmore (1982 *apud* LAKOFF, 1987). O modelo Minsky-Putnam, porém, tem algumas inadequações para análises metonímicas e para categorias radiais, pois apresenta uma concepção restrita de modelo cognitivo. Apesar disso, deve ser reconhecido por sua antecipação nesta discussão e pode, segundo Geeraerts (2008), ser produtivo para estudos que tomem o conceito de estereótipo como um *link* para os efeitos prototípicos.

2.3 O estereótipo na teoria dos protótipos: as contribuições de Geeraerts e Putnam para a compreensão das disputas semânticas

A abordagem composta pelos estudos dos efeitos prototípicos e dos estereótipos, de acordo com Geeraerts (2008), é um ponto não muito explorado na LC, entretanto, é algo essencial a ser debatido, uma vez que o modelo prototípico de Eleanor Rosch (1978) possui semelhanças com o modelo de estereótipo proposto por Geeraerts (2008), assim como as considerações sobre estereótipo propostas por de Hilary Putnam (1975).

Segundo Geeraerts (2008, p. 26), “[u]m estereótipo é um conjunto mínimo de dados socialmente determinado em relação à extensão de uma categoria²¹”. Estereótipos possuem uma relação forte com o conceito de protótipo, visto que ambos carregam informações semânticas que definem os limites entre as categorias, embora não limitem a extensão da categoria. Entretanto, segundo o autor (2008), protótipos são concepções psicológicas e estereótipos são concepções sociais. Esses fenômenos podem variar de cultura para cultura e até mesmo entre indivíduos de uma mesma comunidade.

Assim, a comunidade gay, por exemplo, pode entender termos como “masculinidade”, “gênero” e outras relacionadas às identidades sexuais de forma diferente, de acordo com suas experiências e aprendizados sobre esses assuntos. Nesse sentido, indivíduos dessa comunidade podem dar prioridades a determinadas características como formadoras da masculinidade e da expressão de gênero que estejam vinculadas a uma norma social que carrega estereótipos de

²¹ “A stereotype is a socially determined minimum set of data with regard to the extension of a category” (GEERAERTS, 2008, p. 26).

homem e mulher, o que leva ao interesse semântico por modelos culturais (GEERAERTS, 2008).

Nesse sentido, efeito prototípico possui uma diversidade de sentidos, pois, além de depender de cada cultura, pode ser gerenciado pelos interesses dos falantes, o que contribui com a flexibilidade comunicativa. Todavia, essa flexibilidade pode levar a dúvidas de interpretação de palavras, sobre a correta interpretação das palavras. Para Geeraerts (2008, p. 23) “O reconhecimento de que os usuários da língua podem definir palavras de forma diferente implica não apenas que não há ninguém correto, mas também que conflitos possam surgir”²². No caso da nossa pesquisa, a interpretação de termos relacionados à masculinidade e às exigências de perfis de relacionamentos podem ter conflitos de interpretação, especificamente em termos como “afeminado” e “homem de verdade” que podem, a depender dos interlocutores dos leitores, ser entendido de uma forma mais abrangente ou por meio de um protótipo central. Sendo assim, o próprio nível de feminilidade aceita é conflitante nessas relações homodesejantes e podem ser interpretadas de forma diferente pelos usuários, justamente porque, como explica Geeraerts (2008), não haveria uma definição unívoca de conceitos, visto que há conflito de interesses na dinâmica social do significado.

Para Geeraerts (2008) é a teoria de Hilary Putnam (1975, 1979, 1999 *apud* LAKOFF, 1987) que propõe discussões a respeito destes e outros conflitos socialmente normativos do sentido. A teoria abarca o fenômeno do estereótipo que tem uma vaga semelhança com a noção de protótipo. Segundo o autor (2008), Putnam (1975 *apud* LAKOFF, 1987) vai de encontro com a visão intencionalista do significado. Para ele, pode haver indivíduos com o mesmo estado cognitivo (possuem as mesmas crenças e convicções), porém, com extensões diferentes para o mesmo termo. Putnam, então, sugere que “não é a intenção, mas a essência interna de uma categoria que determina o uso da expressão referente a essa categoria”²³ (GEERAERTS, 2008, p. 25). Seguindo essa ideia, existiriam os chamados “designadores rígidos”, que são os termos naturais que podem ser entendidos com mais facilidades pelos falantes por possuem uma estrutura rígida, como a água seria entendida pela sua estrutura H₂O. Entretanto, nem todos os membros de uma comunidade linguística necessitam conhecer essa estrutura interna das entidades. Isso cria o que Putnam denomina como “divisão do trabalho linguístico”, em que existe os que sabem que a água é H₂O e o restante da comunidade que entende a entidade por

²² “The recognition that language users may define words differently implies not just that there is no one correct definition, but also that conflicts may arise” (GEERAERTS, 2008, p. 23).

²³ “it is not the intension, but the internal essence of a category that determines the use of the expression referring to that category” (GEERAERTS, 2008, p. 25).

meio de estereótipos. Geeraerts (2008) define estereótipos da seguinte forma: “um estereótipo é um conjunto mínimo de dados socialmente determinado no que diz respeito à extensão de uma categoria” (GEERAERTS, 2008, p. 26)²⁴.

De acordo com a ideia de que o sentido vem do exterior das entidades e não do interior dos falantes, Putnam (1975 *apud* LAKOFF, 1987) demonstra que as pessoas entendem as entidades por meio de estereótipos que são construídos a partir das características exteriores das entidades, como o caso do tigre, que é entendido pela sua cor, pela semelhança com um gato e pelo seu comportamento perigoso. Esse conceito de estereótipo está mais próximo do conceito de protótipo, tal como explica Geeraerts (2008), e é esta semelhança que faz com que a discussão de Putnam seja uma contribuição para a LC, pois “Estereótipos e protótipos envolvem informações semânticas que são salientes dentro de uma categoria, mas que não são suficientes para caracterizar adequadamente a categoria como um todo”²⁵ (GEERAERTS, 2008, p. 26-27).

Os protótipos abarcam o mais central dos membros das categorias, mas eles não limitam a total abrangência de possibilidades de uso de uma categoria. É por causa disso que, em muitos casos, as características de um estereótipo são as mesmas características de um protótipo. Geeraerts (2008) apresenta o exemplo do estereótipo de água como líquido transparente e sem gosto e afirma que o protótipo de água seria entendido por essas mesmas características. Assim, as características pelas quais entendemos as categorias homem e mulher podem ser as mesmas presentes em estereótipos do que é ser homem, e o que não é ser homem acaba abarcando características da categoria mulher.

Vale ressaltar que essa visão dos estereótipos proposta por Putnam não deve ser entendida como estereótipos sociais apresentados por Lakoff (1987), em que preconceitos e concepções rígidas de grupos de categorias são mais aplicadas; aqui o conceito surge da exterioridade das entidades e não dos julgamentos sociais. Mesmo assim, o conceito de Putnam possui um pouco do social, embora de forma diferente. Segundo Geeraerts (2008), podemos entender que

²⁴ “A stereotype is a socially determined minimum set of data with regard to the extension of a category. For the category water (H₂O), the stereotype includes the information that it refers to a natural kind that is a colorless, transparent, tasteless, thirst-quenching liquid that boils at 100⁰ Celsius and that freezes when the temperature drops below 0⁰ Celsius. For the natural kind tiger (*Felis tigris*), the stereotype includes the information that it is a yellowish, black-striped, catlike, dangerous predatory animal” (GEERAERTS, 2008, p. 26).

²⁵ “Stereotypes and prototypes alike involve semantic information that is salient within a category but that is not sufficient to adequately characterize the category as a whole” (GEERAERTS, 2008, p. 26-27).

Estereótipos, em outras palavras, parecem encontrar um lugar natural em uma categoria prototipicamente estruturada: se o tipo de informação conceitual que constitui o protótipo é essencialmente o mesmo que a informação que entra no estereótipo, estereótipos são protótipos vistos de um ângulo social. Protótipos são principalmente noções psicológicas com status individual. Estereótipos, por outro lado, são entidades sociais; indicam o que o cidadão adulto deve saber sobre os referenciais das categorias que utiliza, dado o princípio da divisão do trabalho linguístico (GEERAERTS, 2008, p. 27).²⁶

O estereótipo formaria a essência do social e os protótipos a parte psicológica da organização do conhecimento. Entretanto, como explica Geeraerts (2008), eles podem coincidir, pois constituem este link entre a organização social e psicológica do conhecimento semântico.

Existe ainda, de acordo com Geeraerts (2008), uma outra diferença entre os dois conceitos: a implicação da divisão do trabalho linguístico de que as comunidades linguísticas não são homogêneas, ou seja, o conhecimento semântico é distribuído diferentemente dentro da comunidade. Para o autor (2008), estudos de prototipicidade ignora a questão de quanto da estrutura das categorias é compartilhada pelos falantes, como também sua interpretação social. Se tomarmos as comunidades como heterogêneas, podemos observar as variações individuais e sociais das interpretações das categorias, mostrando que algumas combinações são diferentes entre indivíduos ou grupos. As regras de combinações dependem da história e da experiência do falante, assim como da relevância do contexto.

Os estudos de Putnam possibilitam essa variação na estereotipia, uma vez que, para ele, pode haver “variação idioletal” na construção de estereótipos. Como exemplo, Geeraerts (2008) explica que alguns falantes podem considerar opcional a informação das listras para categorizar tigres, mas consideram o fato de viverem na selva uma informação obrigatória. Estas distribuições de diferentes elementos de uma categoria organizada prototipicamente são heterogêneas dentro da comunidade e implicam, segundo o autor (2008), a necessidade de estudos que considerem o social e analisem a força que forma a distribuição dessas leituras diversas.

As interpretações diversas são possíveis e representam a flexibilidade da comunicação, bem como um ponto importante para uma sociossemântica: o fato de que as categorias

²⁶ Stereotypes, in other words, seem to find a natural place in a prototypically structured category: if the kind of conceptual information that constitutes the prototype is essentially the same as the information that goes into the stereotype, stereotypes are prototypes seen from a social angle. Prototypes are primarily psychological notions with an individual status. Stereotypes, on the other hand, are social entities; they indicate what the adult citizen is supposed to know about the referents of the categories he uses, given the principle of the division of linguistic labor (GEERAERTS, 2008, p. 27).

prototípicas precisam ter certa qualidade de vagueza pois a comunicação pode exigir um uso fora do típico (BARTSCHIAN, 1987, p. 215 *apud* GEERAERTS, 2008, p. 36). Todavia, segundo Geeraerts (2008), as forças semânticas presentes nessas relações sociossemânticas de modelo prototípico possui relações de cooperação, poder e disputa; o autor compara esse movimento com outras estruturas sociais como socialismo e capitalismo. E em outras palavras, a relação entre as forças sociossemânticas direcionam as categorias para diversas direções e envolvem atitudes de harmonia ou discordância entre ouvinte e falante.

Após apontar essa particularidade social da organização semântica do conhecimento do mundo, Geeraerts (2008) lança uma pergunta categórica: “como, exatamente, a Linguística Cognitiva lida com os aspectos sociais da linguagem?”, sendo este a pergunta que movimentou o início da nossa subseção. Dentre trabalhos diversos, alguns mais focados na variação linguística, Geeraerts (2008) apresenta trabalhos com interesse empírico pelos modelos culturais e pela forma como eles competem em uma determinada comunidade, como é o caso da nossa pesquisa, em que a vagueza do protótipo de masculinidade/homem gera estereótipos com características que podem ser discordadas como especificadores da entidade. Esta é uma tendência crescente de enfatizar a natureza social da linguagem, em que aspectos culturais do ambiente, aspectos físicos e psicológicos e da interação são reconhecidos pela abordagem cognitiva (GEERAERTS, 2008). Entretanto, para que essa abordagem se fortaleça, é preciso esquecer a ideia de que as comunidades são homogêneas e que não há forças sociais em conflito; em resumo, “nós só começamos a arranhar a superfície da dinâmica social do significado”²⁷ (GEERAERTS, 2008, p. 40).

Para entender a construção de categorias e os modelos relacionados à sexualidade, especificamente, é preciso tomar o social como ponto de partida, porque, segundo Barrett (2001), categorias relacionadas à identidade não devem ser aceitas como entidades existentes *a priori*: devem ser entendidas como construtos ideológicos produzidos pelo discurso social de forma não homogênea. É nesse sentido que a Teoria *Queer* possui papel essencial, visto que pretende demonstrar como concepções heteronormativas relacionadas a categorias identitárias são parte de um discurso dominante (BARRETT, 2001). Esta e outras discussões propostas pela Teoria *Queer* para os estudos sociais e linguísticos serão discutidos mais adiante.

²⁷ “We have only started to scratch the surface of the social dynamics of meaning” (GEERAERTS, 2008, p. 40).

3 CATEGORIZAÇÃO, CORPO(RIFICAÇÃO) E EXPERIÊNCIA(ÇÃO): UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO ENTRE A LINGUÍSTICA COGNITIVA E A TEORIA QUEER

O diálogo da Linguística com os Estudos de Gênero – sobretudo à Teoria *Queer* – se faz necessário, para um amadurecimento conjunto do debate. Melo (2019) acredita que o termo *Queer*, advindo das teorias e discussões *Queer*, poderia se aplicar a uma Linguística mais “indisciplinar”, isto é, seriam questionadas visões universalizantes e normativas da Linguística clássica e colocar-se-iam em foco as possibilidades de manutenção e mudança sociais que a linguagem permite para grupos marginalizados. A Linguística Cognitiva, ao estabelecer-se como uma área da Linguística que faz oposição a teorias universalistas, especialmente ao Gerativismo, também busca quebrar essas barreiras de uma visão formalista da linguagem, como discutido no capítulo anterior.

Assim como os teóricos da Linguística Cognitiva trabalham a partir de um viés experiencialista e corporificado da cognição, como discutimos no capítulo 2, os estudiosos de gênero e sexualidade, em sua grande maioria, acreditam que cada indivíduo experiencia sua sexualidade de forma particular e que categorias identitárias sexualmente definidas variam histórica e culturalmente. Cameron e Kulick (2003) defendem que o nosso comportamento não é uma questão de natureza e instinto, pois muitos significados estão envolvidos nos mais simples rituais sexuais, tomados como impulsos sexuais naturais, mas que variam no tempo e no espaço.

Em relação à identificação a determinado grupo, “as pessoas variam muito na importância que atribuem à sexualidade, em sua compreensão de quem são e a que grupo pertencem²⁸” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 8). Isso implica entender que, mesmo dentro de subgrupos, a importância dada à sexualidade para a identidade pode variar. Nesse sentido, homens que se relacionam com homens podem divergir na forma de identificação com termos como gay, bissexual, hétero, curioso etc. Essa variação também está relacionada com a forma como essas identidades são vistas socialmente, especialmente as identidades fora da norma reprodutiva heterossexual.

Para os autores (2003), essa é uma das implicações para que os estudos de sexualidade e gênero não se reduzam apenas a questões de orientação sexual: “Em vez disso, o estudo da

²⁸ “Even in contemporary Western societies where there has been a proliferation of possible sexual identities, people vary a good deal in the importance they accord sexuality in their understanding of who they are and what group they belong to”(CAMERON; KULICK, 2003, p. 8).

sexualidade deve se preocupar com o desejo em um sentido mais amplo; isso incluiria não apenas quem se deseja, mas também o que se deseja fazer (seja ou não com outra pessoa)²⁹” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 8). Logo, a nossa compreensão do que é sexual, do que é atraente e das formas diferentes de ser sexual depende do discurso difundido socialmente em determinado tempo e lugar, constituindo uma das importantes relações entre linguagem e sexualidade (CAMERON; KULICK, 2003).

Ainda sobre essa relação entre linguagem e categorias sexuais, Cameron e Kulick (2003) enfatizam que as características atribuídas a sexo e à sexualidade, e, acrescentamos, a gênero, a partir das quais construímos cognitivamente tais conceitos e categorizamos pessoas, não são dadas naturalmente: segundo eles “a ‘realidade’ do sexo não existe antes da linguagem em que é expressa; em vez disso, a linguagem produz as categorias por meio das quais organizamos nossos desejos, identidades e práticas sexuais³⁰” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 19). É possível interpretar que este seria um olhar experiencialista para as categorias sexuais, pois toma a sexualidade moldada pela linguagem em uso e mediada pela cognição socialmente situada.

Uma Linguística *Queer* não seria exatamente uma subárea delimitada, mas mais uma abordagem teórico-metodológica que consideraria mais atentamente as relações entre linguagem e sexualidade, e entre gênero e sociedade. O termo *Queer* é traduzido como “estranho”, “esquisito”, “ridículo” e todo sinônimo capaz de transmitir a ideia de algo ou alguém que “foge da curva”, isto é, não segue o convencional. Nos países de língua inglesa, o termo era constantemente usado para humilhar homens e mulheres homossexuais até que em 1980 o termo foi apropriado pelos grupos de minorias e ressignificado como empoderamento visível no slogan do próprio movimento “We’re Queer, we’re here, get used to it” (somos Queer e estamos aqui, superem). Logo em seguida, os estudos gays e feministas também se apropriaram do termo como um guarda-chuva para todos os “esquitos” da sociedade e para essa área de estudo sobre esses grupos e sobre a heteronorma e a sexualidade em geral (BORBA, 2015).

Entretanto, com a publicação de *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*, ou, na edição brasileira, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*”

²⁹ “Rather the study of sexuality should concern itself with desire in a broader sense; this would include not only whom one desires but also what one desires to do (whether or not with another person)” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 8).

³⁰ “The ‘reality’ of sex does not pre-exist the language in which it is expressed; rather, language produces the categories through which we organize our sexual desires, identities and practices” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 19).

por Judith Butler (1990/2003), o significado de *queer* tornou-se a expandir, passando também a representar a transgressão da norma. Essa visão crítica dos estudos gays e lésbicos, segundo Melo (2019), se propõe a discutir as categorias não-normativas sob um prisma mais libertador, como também a influenciar outras áreas, ao questionar as perspectivas tradicionais para sexualidade e gênero, incluindo a Linguística e a Psicologia. Para o autor (2019, p. 6), “[e]sses questionamentos, em última análise, referem-se às limitações impostas por categorias estanques e hegemônicas – como homem e mulher – que castram as potencialidades identitárias de alguns indivíduos que dessas categorias não participam”. Nesse sentido, uma visão para os grupos marginalizados ajudaria a entender o funcionamento da própria norma, as hierarquias e as opressões presentes nos discursos cotidianos.

A linguagem, por fazer parte dos mecanismos que utilizamos para atribuir sentido ao corpo, é muito importante para a Teoria *Queer*. “Nessa perspectiva, todas as teorias *queer* são, em menor ou maior grau, estudos sobre a linguagem” (MELO, 2019, p.8), uma vez que demonstram as formas que “pressuposições heteronormativas relacionadas a categorias identitárias pré-definidas são parte de um discurso social de dominação” (MELO, 2019, p.8). Esses estudos se importam com a construção dessas categorias como forma de poder e de estigmatização e descrevem as normas do que devemos fazer para sermos o que somos na constituição pelo discurso, ou seja, performativamente, visto que tais normas são também práticas discursivas, de acordo com Melo (2019).

Quanto ao tratamento cognitivo dessas categorias, ao tomar a masculinidade homossexual como categoria cognitiva, ou qualquer outro termo relacionado à sexualidade, estamos propondo uma abordagem cognitivista sobre o tema, visto que pretendemos analisar as formas de categorização radial da masculinidade homossexual, assim como o modelo central dessa categoria e seus estereótipos. De acordo com Teixeira (2019), qualquer trabalho cognitivista precisa ter sua atenção voltada para as discussões sobre categorização, isto é, a forma cognitiva como organizamos os conhecimentos no mundo, e o que o estudioso nomeia com “conceito” – e que nomearíamos com “conceptualização” –, ou seja, a construção cognitiva e socialmente compartilhada que temos sobre algum ser, ideia ou evento.

Segundo o autor (2019), esses dois fenômenos seriam primários para o pensamento e entendimento humanos e, a partir deles, poderíamos ter acesso às crenças, aos estereótipos e aos preconceitos de uma determinada comunidade. Para Teixeira (2019, p. 137), as crenças sobre a sexualidade, a masculinidade, a feminilidade e outros termos seriam compartilhadas socioculturalmente e seriam instanciadas pelo nosso sistema cognitivo, por meio do nosso sistema linguístico. Esses julgamentos partiriam de experiências individuais passadas, porém

coletivamente construídas e cognitivamente compartilhadas, para entender o presente, por meio de concepções culturalmente convencionalizadas. Essas experiências acabam constituindo uma diversidade de conceptualizações a respeito de uma mesma categoria, conforme explica Geeraerts (2008), assim como a definição de palavras pode ser diferente entre os usuários de uma língua; isso demonstra que, linguisticamente, não há uma definição ou categorização correta, e conflitos podem surgir. Os conflitos de interpretação costumam ser resolvidos pela adoção de convenções de características basilares das categorias, os estereótipos (c.f. discutido na subseção 2.2.4).

Essa preocupação com conceitos que ressaltam colaboração, poder e competição entre comunidades culturais e dentro de uma mesma comunidade linguística tem levado estudiosos da Linguística Cognitiva a adotarem uma abordagem sociolinguística, visto que, segundo Geeraerts (2008), a natureza social da linguagem tem influenciado como pensamos e agimos no mundo; a linguagem seria, para o autor (2008), um aglomerado de sublinguagens, com suas próprias condições de poder. Assim, estudar categorias e como as pessoas as descrevem e as limitam pode nos mostrar as estruturas de poder e de prescrição socialmente veiculadas por meio da linguagem.

Segundo Borba (2015), ao estudar categorias sexuais polimorfas, especificamente, é possível compreender as categorias inertes e as estruturas estereotípicas constituintes do binarismo de gênero que organizam a sociedade. Nesse viés, estudar os desviantes, por exemplo, nos faz entender a norma social, sua estrutura e suas implicações culturais e cognitivas. Dessa forma, fica mais fácil entender como pessoas *queer*, para usar um termo amplo para todos aqueles que são desviantes, constroem e negociam suas identidades em sociedades que impõem uma heteronorma e como essa mesma norma influencia o discurso e o pensamento dos próprios membros de grupos periféricos.

Nesse contexto, não objetivamos seguir uma abordagem teórico-metodológica de uma Linguística *Queer per se*, mas partir das reflexões dessa proposta para construir um diálogo mais efetivo entre Linguística Cognitiva e a Teoria *Queer*. Questões importantes para a interface entre áreas ou subáreas da Linguística e Teorias *Queer* mais interessadas pela performatividade, como a ideologia, as questões de poder e de hierarquia, a organização social e a identidade também aparecem, em algum grau, na inter-relação entre áreas que este trabalho propõe. Portanto, faz-se necessário nos debruçarmos um pouco mais sobre discussões teóricas da Teoria *Queer* ou, como vêm costumeiramente sendo chamados no Brasil, estudos transviados, a fim de construir a intersecção possível entre as duas áreas nas análises e suas

contribuições para as discussões acerca da relação entre linguagem, cognição, gênero e sexualidade.

3.1 A Teoria *Queer*

A obra da filósofa norte-americana Judith Butler é repleta de influências teóricas diversas, como a teoria psicanalítica, a teoria feminista e a teoria marxista, para citar algumas. Para Salih (2019), Butler não é freudiana, nem foucaultiana, tampouco pós-estruturalista, feminista ou marxista. Muito pelo contrário, “ela tem afinidades com essas teorias [...] não se identificando com nenhuma delas em particular, mas utiliza uma série de paradigmas teóricos [...] sobre as mais variadas, e por vezes inesperadas, combinações” que enriquecem as discussões das teorias *Queer* (SALIH, 2019, p. 16). Salih (2019) descreve a obra de Butler como um processo aberto, pois, para ela, Butler (2011) não pretende resolver as questões que levanta em suas análises, mas despertar o debate acerca das categorias identitárias de gênero.

Tomando como base esse viés interdisciplinar e subversivo da apropriação de teorias, a Teoria *Queer* se consolidou como uma teoria crítica pós-estruturalista que nasceu em 1990, a partir das discussões feministas de 1980, como também pelos estudos dos ativismos gays e lésbicos norteamericanos, após os acontecimentos de Stonewall, em junho de 1969. Entretanto, tanto o ativismo gay quanto o feminismo com pretensões universais sobre a categoria “mulher” ignoravam as intersecções sociais que influenciam a sexualidade; o primeiro, na tentativa de “normalizar” o homoerotismo, colocava como foco o homem gay branco, masculinizado e de classe média, ou seja, aqueles gays que pouco desafiam os padrões impostos pela matriz heterossexual. Já o feminismo, em suas fases iniciais, na mesma tentativa de delimitar e viabilizar a causa, reduziu a categoria “mulher” às mulheres brancas, heterossexuais, cis e de classe média. Butler (2011 [1990]) questiona essas categorias limitadas de ambos os campos de ativismo e propõe uma teoria que ultrapassa as limitações de categorias identitárias, em direção a um ativismo amplo e subversivo (BAYDOUN, 2017).

Portanto, para Baydoun (2017), a teoria *Queer* surge quando Butler (1990) propõe discutir a norma heterossexual e as exigências impostas pela matriz heterofalocêntrica. De acordo com o autor (2017), Butler (2011 [1990] / 1993) foi uma pioneira dos estudos *Queer*, ao argumentar, a partir de uma afiliação teórica da dialética hegeliana, da Psicanálise neolacaniana e do pós-estruturalismo foucaultiano, que gênero e sexo são discursivos e não hegemônicos, ou seja, que as categorias de gênero e de sexo como homem e mulher, macho e fêmea, heterossexual e homossexual não são naturais e biológicas, mas passam a receber *status*

de naturalidade a partir da penetração na linguagem. Para o autor (2017), o mesmo ocorre com categorias interseccionais, como branco e negro, masculino e feminino, másculo e afeminado.

Conforme explica Adam (2002), a teoria *Queer* surge, então, com o intuito de desestabilizar as normas binárias linguísticas como heterossexual-homossexual, branco-preto, homem-mulher e, diferentemente dos estudos anteriores sobre homossexualidade, tem como foco primeiro a heterossexualidade e sua capacidade normativa na formação de identidades e desejos. Para Adam (2002, p. 19), “[u]ma boa quantidade de trabalhos perspicazes sobre as maneiras pelas quais a masculinidade heterossexual se constrói ao explorar e negar seu impulso homoerótico emergiu dessa perspectiva³¹”.

No Brasil, autores como Borba (2015) preferem utilizar o termo no plural, teorias *Queer*, tendo em vista a diversidade de abordagens metodológicas, de áreas e paradigmas que estão surgindo. Baydoun (2017) também propõe a tradução “viado” para o termo *Queer* e passa a chamar a Teoria *Queer* de “teoria viada/estudos viados” com o argumento que, culturalmente, no Brasil, o termo “viado” tem o sentido pejorativo e desviante que o termo *Queer* tem para países de língua inglesa. O termo, além do contexto de uso mais próximo para nós brasileiros, também desafia os defensores de uma masculinidade normativa. Para Baydoun (2017), o termo “viado” não é apenas uma forma de difamar aqueles que têm relações homoeróticas, mas todo aquele que foge dos requisitos esperados socialmente em diversos contextos de uso, até mesmo com pouco grau de relação com gênero ou sexualidade.

Nesse sentido, o adjetivo “viado” e o seu substantivo derivado “viadagem” ou “viadice” são também pontos de discussão importantes para o tema dessa dissertação, visto que, no aplicativo *Grindr*, esses termos são usados como critério de descrição por parte de homens que se relacionam com outros que têm características específicas de desvio da norma. Muitas vezes, os homens que não se consideram gays/viados exigem um parceiro que não seja “viado” e que não pratique “viadagem” ou “frescura”, na hora do sexo.

Ainda segundo Baydoun (2017), a dicotomia heterossexual-homossexual não tem caráter de igualdade, muito pelo contrário: o primeiro termo sempre é tido como superior e original, enquanto o segundo é inferior e derivado. Nesse contexto, a homossexualidade foi historicamente vista “pelo negativismo, atribuição de estereótipos e a estigmatização que se tornaram mais hostis com o advento da Síndrome de Imunodeficiência Humana (AIDS)” (BAYDOUN, 2017, p. 42). Segundo Salih (2013), nos anos de 1980 e 1990, o vírus da AIDS e

³¹ “A good deal of insightful work into the ways in which heterossexual masculinity constructs itself by simultaneously exploiting and denying its homoerotic impulse has emerged from this perspective” (SIMPSON, 1999 *apud* ADAM, 2002).

as reações contra gays e contra o que na época foi tida erroneamente como “praga gay”, foi um contexto definidor para o estabelecimento da teoria *Queer*.

A teoria *Queer* busca, portanto, discutir a hierarquia entre as dicotomias, principalmente o dualismo normal-anormal, e tratar do poder como regulador das identidades. Nas palavras de Baydoun (2017, p. 43-44): “a teoria viada se compromete com o confronto, a desconstrução e a superação das dicotomias e dos alinhamentos socialmente impostos entre gênero e sexualidade (BUTLER, 2003; LOURO, 2016)”. A partir desse confronto, vários questionamentos surgem, a fim de entender as relações de poder que sistematizam essa norma binária, baseada em partes do corpo, como naturais e biológicas e que determinam sexo e gênero, uma vez que gênero também acaba seguindo essa suposta dicotomia do sexo entre ser masculino ou feminino. “Enquanto paira no imaginário social a convicção de que “meninos nascem meninos” e “meninas nascem meninas”, os estudos viados criticam a biologização das identidades e expressões de gênero e a redução binária destas à esfera genital” (BAYDOUN, 2017, p. 44).

3.1.1 O conceito de gênero na obra de Butler: breves considerações

Para Baydoun (2017), em consonância com Butler (1988, 1990, 1993), um resumo/slogan para a teoria *Queer* seria algo que considere que se trata de uma teoria crítica que afirma que nascemos corpos e que, a partir da linguagem e da inserção desses corpos na cultura, tornamo-nos corpos generificados que carregam identidades e expressões de gênero compartilhadas em cada cultura, o que confere a eles um caráter performativo. Nesse contexto, para Butler (2003), o gênero é uma repetição estilizada do corpo durante o tempo, “uma série de ações repetidas dentro de um quadro amplamente rígido e regulatório que se congela ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância natural” (BAYDOUN, 2017, p. 45). Logo, comportamento, cultura e linguagem definem o gênero, assim como a expressão de gênero e suas identidades são construções culturais que obrigam o corpo a performar os comportamentos adequados ao seu gênero designado no nascimento.

A categorização do senso comum relacionada a gênero cria fantasias sociais de um sexo natural e dado biologicamente, assim como de um homem e de uma mulher “de verdade”. Essas categorias de gênero são construídas a partir de características e comportamentos dificilmente incorporados por todos e claramente impossíveis de representar as diversidades de expressão e vivência de gênero e de sexualidade de grupos distintos, uma vez que são cultural e historicamente normatizados. É no sentido de colocar em foco o caráter histórico e cultural do

gênero que Butler (2011) discute a categoria “mulher” como sujeito do feminismo, de forma a mostrar como as primeiras concepções de gênero do feminismo eram conflitantes com a realidade plural daquelas que o movimento buscava atender e representar, uma vez que excluía outras questões sociais que também caracterizam a opressão imposta pela matriz heterossexual.

Para a autora (2011), essa representação da categoria “mulher” como ser feminino, branco, heterossexual e de classe média teria duas consequências; por um lado, promoveria a visibilidade necessária para as mulheres; por outro lado, acabaria distorcendo o que seria a categoria “mulher”, limitando-a. Essa questão de representação e entendimento de categorias foi discutida no primeiro capítulo desta dissertação. Na ocasião, discutimos essa visão tradicional de olhar para membros de categorias como seres com características naturais existentes no mundo, o que prejudica um olhar amplo para grupos sociais e poderia prejudicar a compreensão de informações do mundo.

Podemos dizer que essa visão naturalizante também esteve no cerne inicial das discussões feministas e em ativismos gays, em que a necessidade de delimitação era urgente, mas que acabou por colocar em discussão o que seria, de fato, ser mulher: seria nascer com vagina e útero? Seria a mulher cis branca de classe média? Essa delimitação também levantou questões como: lésbicas são mulheres? Como contrarresposta, vertentes contemporâneas trabalham no sentido de interseccionalizar gênero com outras categorias sociais, como raça, classe social, sexualidade etc. Para Butler (2011, p. 2), “O próprio sujeito mulher não é mais entendido em termos estáveis ou permanentes³²”, visto que atualmente existe pouco consenso sobre quais características seriam constitutivas da categoria “mulher”. Tal categoria seria abrangente pois “O termo não é exaustivo, não porque uma “pessoa” pré-gênero transcende a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre é constituído de forma coerente” (BUTLER, 2011, p. 4) em vários contextos diversos de intersecção com outras categorias como raça, condição social e contexto histórico.

Logo, seria impossível dissociar gênero de política e da cultura em que é construído e entendido. Segundo a filósofa (2011), o sujeito não seria anterior à lei e tampouco à linguagem, o que significa dizer que são as leis jurídicas e sociais que delimitam as identidades e os sujeitos por meio da linguagem. Butler (2011) reconhece a dificuldade de escapar desse sistema político e social; entretanto, sugere uma visão crítica para as categorias de identidade que essas estruturas naturalizam, imobilizam e engendram. Em suma, Butler (2011) sugere repensar as

³² “The very subject of women is no longer understood in stable or abiding terms” (BUTLER, 2011, p. 2).

construções ontológicas de categorias de gênero. A noção de gênero como um fenômeno mutável e passível de reconstrução é a base da compreensão da autora de que existiria um espectro tanto para a categoria “gênero” quanto para a categoria “sexo”, que permitiria a mudança de gênero e até mesmo de sexo, no decorrer do tempo, ultrapassando as visões naturalizantes.

Embora, até o final dos anos 80, tenha faltado um olhar interseccional para a categoria “mulher”, Butler (1988) explica que a teoria feminista sempre foi crítica a noção de naturalização de gênero, pois, para as teóricas feministas, “gênero” e “sexo” são categorias diferentes. Entretanto, consideravam que “sexo”, a parte até então concebida como física/biológica, também ditava as experiências das mulheres e de qualquer gênero. Em contrapartida, a teoria fenomenológica do corpo sexual também distingue sexo de gênero e aponta para o fator histórico do gênero e para a experiência corporificada dos seres. Ou seja: podemos interpretar que, assim como a base fenomenológica e experiencialista da Linguística Cognitiva, a base fenomenológica do corpo sexual propõe que a interação entre corpo e mundo molda – e são moldados – a mente e a linguagem.

Beauvoir (1949 *apud* BUTLER, 2011 [1990]) também assume essa visão fenomenológica da historicidade do gênero; para ela, qualquer gênero é decorrente de uma situação histórica, e não um fato natural. Essa visão não ignora a parte física do corpo, mas vai além, ao considerar as mudanças que o corpo sofre quando começa a adquirir significados culturais. Uma concepção fenomenológica como a de Beauvoir reconhece o corpo como um processo de constante corporificação de aspectos culturais e históricos, moldados pelas convenções sociais. Em uma visão ampla, o gênero carrega possibilidades limitadas e historicamente situadas.

Diferentemente de sexo, que seria uma facticidade física – Butler (2011), inclusive, questiona essa facticidade posta por Beauvoir –, na visão de Butler, gênero seria, para Beauvoir (1949 *apud* BUTLER, 2011 [1990]), totalmente cultural. Logo, ser fêmea não significa muito, mas ser mulher significa ter se tornado mulher; ajustado seu corpo para um modelo histórico de mulher; induzido seu corpo a se tornar um sinal cultural; e corporificar uma possibilidade convencionalizada de gênero, a partir da sustentação de atos repetidos e corpóreos de um projeto de gênero. De acordo com Butler (1988), ao se configurar como um projeto, o gênero passa a ser um ato de sobrevivência e, conseqüentemente, que haja ações punitivas e reguladoras das possibilidades limitadas pelo binarismo de gênero; logo, “os gêneros discretos

fazem parte do que 'humaniza' os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, aqueles que não cumprem direito seu gênero são regularmente punidos³³ (BUTLER, 1988, p. 522).

Cabe ainda entendermos o conceito de “sexo” nessa teoria. Em seu segundo livro sobre questões de gênero, Butler (1993 *apud* BORBA, 2014) discute mais detalhadamente a performatividade, inclusive deixando clara a sua apropriação das teorias de performatividade linguística, de forma a tratar a questão da matéria do corpo. Segundo Salih (2003), com base em uma abordagem fenomenológica adotada por Butler, surge a questão da concretude do corpo e do sexo; afinal, como Butler poderia negar que se nasce um sexo e rejeitar a diferença entre sexo e gênero, como ela faz em problemas de gênero, ao afirmar que sexo é gênero, ambos construtos sociais? Todavia, a discussão de Butler faz sentido, de acordo com Salih (2003), porque a autora acredita que o corpo não pode existir fora do discurso generificado e não existe corpo que já não seja desde sempre generificado. Ainda segundo Butler (1993), o corpo também representa nossa ação de assumir um conjunto de interpretações que nos foram transmitidas.

Vale lembrar, conforme explica Salih (2003), que Butler utiliza o termo “sexo” não para aludir ao intercurso sexual, mas sim, à nossa identidade sexual culturalmente binária, masculina ou feminina, atribuída a nós no nosso nascimento, de acordo com nossas genitálias. O próprio uso do termo “atribuição”, demonstra que o sexo não é natural ou dado, é a interpelação, assim nomeada por Butler:

Considere a interpelação médica que, não obstante a emergência recente das ecografias, transforma um bebe “neutro” num 'ela' ou 'ele': nessa nomeação, a menina torna-se menina, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco por meio da interpelação de gênero. Mas esse tornar-se da garota não termina aí; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades e ao longo dos vários intervalos de tempo para reforçar ou contestar este efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma³⁴. (BUTLER, 1993, p. 7-8).

Nesse caso, a interpelação do sexo e do gênero de uma pessoa ocorre quando se anuncia: “é uma menina” ou “é um menino”. Sob esse ponto de vista, a constituição do gênero ocorre,

³³ “Discrete genders are part of what 'humanizes' individuals within contemporary culture; indeed, those who fail to do their gender right are regularly punished” (BUTLER, 1988, p. 522).

³⁴ “Consider the medical interpellation which (the recent emergence of the sonogram notwithstanding) shifts an infant from an ‘it’ to a ‘she’ or a ‘he’, and in that naming the girl is ‘girded’, brought into the domain of language and kinship through the interpellation of gender. But that ‘girling’ of the girl does not end there; on the contrary, that founding interpellation is reiterated by various authorities and throughout the various intervals of time to reinforce or contest this naturalized effect. The naming is at once the setting of a boundary, and also the repeated inculcation of a norm” (BUTLER, 1993, p. 7-8).

de acordo com Butler (1988), por meio de atos performativos, culturalmente percebidos e avaliados, que acabam criando uma sedimentação do gênero em ideais de homem de verdade, mulher de verdade, sexo de verdade, gênero natural e outra série de ficções sociais que constituem o binarismo da norma heterossexual. O que Butler (2011) pretende ressaltar com a crítica à naturalização binária das categorias de “gênero” e “sexo” é o caráter restrito de abordagens essencialistas para questões de gênero.

Em *Problemas de gênero*, Butler (1990/2003) explica que o gênero se cristaliza no corpo, de forma a parecer que estava lá o tempo todo. Entretanto, tanto Butler quanto Beauvoir tomam gênero como um processo sem começo e sem fim, logo, gênero é “fazer”; relativo a ações no mundo, e não “ser”; algo dado. Em outras palavras, gênero, sexo e sexualidade não possuem uma relação mútua, pois gênero é sempre não natural, ou seja, não há, necessariamente, coerência entre o corpo de alguém e seu gênero. Para construir essa ideia, Butler (1988, 1990, 1993) enfatiza que gênero e sexo são produzidos a todo instante, no interior da matriz heterossexual. Sendo assim, a partir do “agir-no-mundo” dos sujeitos – para tomar de empréstimo uma ideia fenomenológico-existencialista – gênero e sexo moldam e são moldadas pelos sujeitos. Essa base fenomenológica, também relacionada à ideia funcionalista-cognitivista de que a língua é um conjunto de usos e está em constante mudança (CASTILHO, 2010), opõe-se à ideia de naturalidade ontológica do gênero.

A partir de uma interpretação da obra de Monique Wittig (1978), para Butler (2011 [1990]), a proposição wittigiana leva em consideração que os recursos físicos do corpo, tomados como parte da ordem natural, formariam o mito do sexo biológico, sendo que esse mito seria formado por meio da linguagem opressora da matriz reprodutiva. Portanto, “sexo” seria discursivo e perceptual uma vez que a linguagem forma as percepções pela pressão das relações a partir das quais corpos físicos são percebidos. Nesse sentido, Butler (2011, p. 151) faz alusão à afirmação de Wittig de que “a linguagem lança feixes de realidade sobre o corpo social”, pois, para Wittig (1992 *apud* BUTLER, 2011), a linguagem seriam uma repetição de atos no tempo, que produzem efeitos de realidade entendidos como fatos sobre sexo, sobre gênero e sobre partes sexuais. Logo, a repetição linguística da divisão sexual pode ter criado a aparência de uma divisão natural entre homem e mulher.

De acordo com Butler (1988), essa “naturalidade” do gênero é, na verdade, um processo de naturalização, visto que a identidade de gênero, segundo a autora, é criada a partir das performances sociais que mascaram o real por meio do fictício, mas, diferentemente do teatro, em que o ator pode facilmente perceber que tudo é um ato, na realidade, “as próprias noções de um sexo essencial, uma masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes, também

são constituídas como parte da estratégia pela qual o aspecto performativo do gênero é ocultado³⁵” (BUTLER, 1988, p. 528). Nesse “palco”, gênero não pode ser verdadeiro ou falso nem real ou aparente, mas o modelo de falsidade e veracidade de gênero proposto pela norma serve como um policiamento, regulação de controle da agência de gênero (BUTLER, 1988).

O primeiro rompimento com a relação de dependência entre sexo e gênero trouxe uma definição de “sexo” como algo biológico e natural, ao passo que entendia gênero como evento culturalmente construído e adquirido. Essa distinção colocou em debate a unidade do sujeito e as possibilidades de expressões de gênero fora do binarismo biológico Butler (2011). Tomando como verdade o binarismo sexual e sua dissociação com gênero, conforme a autora explica que não seria acurado dizer que um corpo sexual de homem seria naturalmente construído como masculino, por exemplo.

Nesse contexto, o gênero se tornaria um artefato flutuante e, consequentemente, “homem” e “masculinidade” poderiam ser categorias dissociadas. Além disso, a autora demonstra como as leis e as estruturas de poder fazem com que essa relação seja forçadamente reconstruída, de modo que gênero e sexo passem também por relações de poder e imposição de normas. Butler (2011) questiona, então, a história do binarismo e a história dos sexos e sugere que a categoria “sexo” seria, na verdade, também culturalmente construída. Assim, a categoria “gênero” teria que ser repensada, de forma a incluir as relações de poder que produzem o efeito pré-discursivo de sexo. Para a estudiosa, a partir desse olhar, descobriríamos, afinal, que “sexo” corresponde a “gênero”. Salih (2003) discute essa afirmação de Butler, para explicar que a coerência entre essas duas categorias identitárias é socialmente instituída e mantida; logo, o argumento de Butler (1993/2011) é de que “sexo” é tão culturalmente produzido quanto “gênero”, de maneira que não há distinção tácita entre essas categorias.

3.1.2 A mente hétero e a heterossexualidade compulsória como norma

Utilizando o conceito de “mente hétero” formulado por Wittig, Butler (2011) utiliza as palavras da autora para descrever como o conceito estrutura nossas vidas e “‘opprime todos nós, lésbicas, mulheres e homens homossexuais’ porque eles ‘consideram que o que funda a

³⁵ “The very notions of an essential sex, a true or abiding masculinity or femininity, are also constituted as part of the strategy by which the performative aspect of gender is concealed” (BUTLER, 1988, p. 528).

sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade’³⁶” (WITTIG 1992 *apud* BUTLER, 2011 [1990], p. 157). Segundo essa ideia, a linguagem é utilizada para oprimir aqueles que estão fora da heterossexualidade, a ponto de que, ao se comunicarem, tenham que se colocar na norma heterossexual, em uma pressão forte para “ser hetero ou ser hetero”. O poder dado à linguagem na dominação e opressão de lésbicas, mulheres e homens gays é explicado na citação de Butler (2011, p. 158): “A linguagem assume e altera seu poder de agir sobre o real por meio de atos locucionários, que, repetidos, tornam-se práticas arraigadas e, em última instância, instituições³⁷”.

A norma heterossexual segue, primordialmente, um objetivo reprodutivo, com papéis de gênero definidos e entre sexos considerados como opostos pelo senso comum. Esse sistema compulsório da heterossexualidade se reproduz pela cultivação de corpos com aparência “natural” de gênero, dada a partir dos órgãos reprodutores, e disposições (desejos) naturalmente heterossexuais do sexo (BUTLER, 1988). Nesse ponto Butler (2011) desconsidera gênero e sexo como substâncias fixas e permanentes, colocando-as como resultado de uma cultura heteronormativa e heterossexista que cria a coerência entre as categorias para perpetuar a heterossexualidade compulsória.

Essa heterossexualidade compulsória seria, então, uma norma dominante, em que homens e mulheres são forçados a serem heterossexuais. Nesse ambiente de compulsoriedade e poder da norma, a escolha de gênero não seria livre, assim como a sua subversão também não o seria, pois, mesmo ao tentar subverter, utilizamos características fantasiosas de um conjunto limitado de características de gênero culturalmente disponibilizadas e descritas. O conceito butleriano de “matriz heterossexual” retoma essa característica de modelação do sujeito por meio de normas socialmente esperadas e aceitas. Em suma, a afirmação de Butler (2011) considera que a categoria “sexo” também é significada em relação a “gênero” e a todas as normas que são impostas ao “ser masculino” e “ser feminino”.

A matriz heterossexual funciona como uma gramática prescritiva, que propõe os papéis e características esperadas dos sujeitos, “determinando o que é possível e delimitando as fronteiras do inclassificável” (BORBA, 2014, p. 446). A partir das prescrições, modelos cognitivos e socioculturais estanques de categorização que tentam criar coerência entre órgãos genitais biológicos, gênero, desejos e subjetividade. Assim, para que uma pessoa com vagina

³⁶ ““Oppress all of us, lesbians, women, and homosexual men’ because they ‘take for granted that what founds society, any society, is heterosexuality’” (WITTIG 1992 *apud* BUTLER, 2011 [1990], p. 157).

³⁷ ““Language assumes and alters its power to act upon the real through locutionary acts, which, repeated, become entrenched practices and, ultimately, institutions” (BUTLER, 2011, p. 158).

se torne inteligível na matriz, ela deve seguir o protocolo vagina-mulher-fragilidade-emoção-passividade-submissão-maternidade-heterossexualidade; em oposição a isso, o corpo com pênis deve necessariamente adquirir traços como pênis-homem-coragem-racionalidade-agressividade-dominação-paternidade-heterossexualidade (BORBA, 2014).

Para ampliar essa discussão, Butler (2011) cita a famosa frase de Simone de Beauvoir (1949 *apud* BUTLER, 2011 [1990], p. 11) “não se nasce mulher, torna-se mulher”, para explicar que, de início, ela pode parecer sem sentido e levantar diversas questões sobre como uma pessoa se torna um gênero, se esse gênero já estava lá; quem tem esse poder de transformação de gênero; e quais mecanismos tornam o corpo um corpo de um determinado gênero. No entanto, a pergunta mais pertinente, segundo a filósofa (2011), seria identificar quando o corpo humano se torna gênero.

Para a autora (2011), a marca de gênero humaniza o corpo, logo, no momento do nascimento de uma criança, a ocasião de responder à pergunta “é menino ou menina?”, é o momento que o corpo se torna humano, por receber sua marca essencial baseada na matriz binária e reprodutiva da heteronormatividade. Como consequência, os corpos que não se encaixam nessas duas opções são desumanizados. Essa constatação parece ir ao encontro da ideia de Beauvoir (1949 *apud* BUTLER, 2011 [1990]) de que gênero não seria dado anteriormente, mas sim, um pós-escrito cultural.

De acordo com Butler, o intuito de Beauvoir, com sua afirmação, é deixar visível que o gênero é adquirido e que a categoria “mulher” é composta por várias instancias culturais. Dessa forma, sexo não determina gênero. Butler (2011) apresenta as consequências utópicas dessa consideração radical de Beauvoir sobre a independência entre sexo e gênero, uma vez que, como debatida anteriormente, se a tomarmos como possível, haveria a possibilidade de uma diversidade de gênero que não estaria relacionada com os corpos sexuais, nem tampouco se restringiria ao binarismo.

Nesse sentido, Butler (2011) faz um paralelo com o trabalho de Monique Wittig (1992 *apud* BUTLER, 2011 [1990]) acerca das concepções de Beauvoir. Para Wittig (1992 *apud* BUTLER, 2011 [1990]), a categoria “sexo” não é invariável, nem muito menos natural, mas sim, uma categoria política naturalizada para o propósito reprodutivo da economia heterossexual. Logo, sem distinção entre as categorias “sexo” e “gênero”, “a categoria ‘sexo’ é em si uma categoria de gênero, totalmente investida politicamente, naturalizada, mas não

natural³⁸” (BUTLER, 2011, p. 153). Butler (2011) discute, ainda, as descrições de Kristeva, Foucault e Wittig sobre o corpo, discordando dos dois primeiros que colocam o corpo como pré-discursivo e concordando com a última, que afirma que a morfologia do corpo é um produto da heterossexualidade, sendo esta a matriz que contorna o corpo.

O corpo recebe essa significação cultural e, dessa forma, a vagina, o pênis, os seios e outras partes e órgãos do corpo são denominados como “partes sexuais”, devido a uma restrição das zonas erógenas, causando, assim, uma fragmentação do corpo; ou seja, a suposta união do corpo sexual por essas partes torna-se uma desunião. Segundo Butler (2011), a nomeação da divisão sexual corresponde a uma dominação compulsória; uma performance institucionalizada que legisla sobre a percepção da construção dos corpos. Em contrapartida, a famosa frase de Beauvoir parece reconhecer que o sujeito tem certo controle de apropriação de gênero e, consequentemente, pode performar outros gêneros no decorrer da vida, como um espectro da vida sexual que carregaria a experiência individual dos seres com os seus desejos e suas consciências de gênero. Entretanto, vale ressaltar que o “tornar-se mulher” de Beauvoir ocorre num contexto de compulsoriedade cultural para se tornar uma e, ainda, com base numa norma heterossexual também compulsória.

Essa complexidade de compreensão do papel do corpo nesse contexto de atribuição de gênero é polarizada por ideias filosóficas de determinismo e de liberdade. Para entender o papel do corpo como mais amplo que um mero instrumento recebedor das leis, é preciso entender que o corpo também é uma construção e que “não se pode dizer que os corpos têm uma existência significativa antes da marca de seu gênero³⁹” (BUTLER, 2011 [1990], p. 12). Ancorando-se nas ideias de Wittig, Butler (2011) afirma que a heterossexualidade é uma instituição compulsória padrão, a partir da qual a homossexualidade se derivaria, inclusive copiando algumas características heterossexuais.

No caso da sexualidade masculina, os orifícios do corpo masculino também passam por uma significação hegemônica heterossexual, que governa posições e possibilidades eróticas. Nesse caso, exigências sobre posições sexuais gays que reneguem as possibilidades do sexo anal gay são pautadas pela norma hegemônica, estabelecida e codificada culturalmente nos corpos, em uma determinação da corporificação de desejos que não perpassem as fronteiras e limites da matriz heterossexual. É como se as relações de poder e de história destruíssem o

³⁸ “The category of “sex” is itself a gendered category, fully politically invested, naturalized but not natural” (BUTLER, 2011, p. 153).

³⁹ “Bodies cannot be said to have a signifiable existence prior to the mark of their gender” (BUTLER, 2011 [1990], p. 12).

corpo, ao fragmentá-lo na significação generificada, para construí-lo à imagem da hegemonia que, por si mesma, é uma ficção de um ego ideal (BUTLER, 2011).

Butler (2011) sugere uma visão mais crítica da suposta norma ou padrão heterossexual. Segundo a estudiosa (2011), a heterossexualidade seria compulsória, por tentar impor comportamentos e restringir as fronteiras de gênero e sexo, mas seria possível haver estruturas psicossociais homossexuais em relacionamentos heterossexuais e vice-versa. Portanto, a filósofa considera a heterossexualidade como compulsória e como uma paródia de si mesma, isto é, uma tentativa caricata de estabelecer comportamentos estanques e fantasiosos, que nem mesmo os heterossexuais conseguem corporificar.

A heterossexualidade é vista por Butler (2011) como melancólica, ou seja, como corporificação do tabu da homossexualidade reprimida que constrói a identificação sexual (SALIH, 2003). Essa apropriação foucaultiana de Butler sobre alguns termos de Freud é um ponto importante nas formulações da autora (2011), visto que para ela, identidade de gênero parece ser uma internalização da proibição da homossexualidade, em uma concepção de que o tabu da homossexualidade precede o tabu do incesto elaborado por Freud. Na visão butleriana, as identidades de gênero são mantidas pela constante proibição de homossexualidade na forma de estilizar o corpo para categorias sexuais e em disposições de desejos sexuais, desejos esses culturalmente estabelecidos pelo ego ideal. Nesse caso, essa incorporação do sexo, por meio da melancolia, faria com que o sexo fosse um processo de identificação e corporificação. A heterossexualidade funcionaria, também, de acordo com essa análise, por meio de violência e imposição pela linguagem, como aponta Wittig (1992), mas também por meio de outros mecanismos socioculturais. Dessa forma, a própria subversão seria possível, embora muitas vezes centrada na norma heterossexual.

3.1.3 Identidade, subversão e paródias de gênero

Outro conceito relacionado a gênero que ganha a atenção de Butler (2011) é o de identidade. A autora apresenta a premissa filosófica básica de que a identidade estaria ancorada em uma personalidade individual fixa e faz diversos questionamentos, a fim de mostrar o que causa a coerência da identidade especificamente relacionada às questões de gênero e sexo. A principal afirmativa da autora é de que existem forças, práticas regulatórias na formação de identidade de gênero, demonstrando que a identidade também pode ser normativa. Esse controle que regula a constituição da identidade também constitui a inteligibilidade do gênero na sociedade, em outras palavras, “a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são

características lógicas ou analíticas da pessoalidade, mas normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas”⁴⁰ (BUTLER, 2011 [1990], p. 23).

Ao mostrar que a identidade também é uma norma, Butler (2011) chama a atenção para o “vigiar” da sua correta continuidade e a repressão àquelas identidades de gênero “incoerentes” e “descontínuas” que parecem ser “pessoas, mas que falham em se conformar às normas de gênero; de inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas”⁴¹ (BUTLER, 2011 [1990], p. 23). Os gêneros tidos como coerentes, conforme explica a autora, são gêneros que, de certa forma, mantêm uma inter-relação considerada como coerente entre sexo, gênero e desejo. É nesse contexto que surge também a ideia de um sexo “de verdade” ou um gênero “de verdade”, ou seja, um gênero condizente socialmente com o sexo biológico, com as obrigações sociais normatizadas a um determinado gênero e a sua expressão manifestada em desejos e práticas heterossexuais. A filósofa explica que a heterossexualização do desejo acaba por designar conexão entre a feminilidade e a masculinidade apenas para mulheres e homens, respectivamente, e que outras identidades sexuais não podem sequer existir.

A partir dessas discussões e considerações, Butler (2011) esboça uma definição de gênero. Segundo ela, “gênero é a estilização repetida do corpo; um conjunto de atos repetidos dentro de um quadro regulatório altamente rígido que se solidifica com o tempo para produzir a aparência de substância, de uma espécie natural de ser” (BUTLER, 2011, p. 45). Nesse trecho, a autora cita os atos performativos repetidos, que são foco da sua teoria de performatividade de gênero e foco de tópico posterior deste trabalho. Mas, se o sistema regulatório de gênero é rígido, como haveria a possibilidade de subverter a norma heterossexual reprodutiva e patriarcal? Para entender a possibilidade de existência de corpos e identidades subversivas, é preciso ter em mente que gênero é a repetição de atos e a imitação de um modelo que imita a ideia de um modelo; ou seja, uma paródia da paródia.

Butler (2011) apresenta a reapropriação de alguns termos na comunidade gay e lésbica, como “caminhoneira”, “boneca”, “boyzinho”, “padrãozinho”, “Queens”, “menininhas”, “queer”, “sapatona” etc. Esses termos, ao invés de serem tidos como resultados de um reflexo da heterossexualidade compulsória, “podem ser entendidos como sintomáticos da ‘mente hetero’, modos de se identificar com a versão do opressor a respeito da identidade do

⁴⁰ “In other words, the “coherence” and “continuity” of “the person” are not logical or analytic features of personhood, but, rather, socially instituted and maintained norms of intelligibility” (BUTLER, 2011 [1990], p. 23).

⁴¹ “Persons but who fail to conform to the gendered norms of cultural intelligibility by which persons are defined” (BUTLER, 2011 [1990], p. 23).

oprimido⁴²” (BUTLER, 2011 [1990], p. 165). Esses termos identitários demonstram também a própria característica paródica da heteronorma e desnaturalizam sexo e gênero, justamente por focar em pontos que caracterizariam gêneros na matriz binária “masculino-feminino” como sendo categorias separadas e opostas. Outro exemplo subversivo é a apropriação do feminino e de pronomes femininos por homens cis gays. Segundo a autora (2011), essa apropriação de uma identidade supostamente associada à categoria “mulher” revela a arbitrariedade entre significante e significado. Ao apresentar exemplos do meio lésbico, Butler (2011) explica que:

Em contextos lésbicos, a “identificação” com a masculinidade que aparece como identidade “açougueiro” não é uma simples assimilação do lesbianismo de volta aos termos da heterossexualidade. Como explicou uma lésbica feminina, ela gosta que seus meninos sejam meninas, o que significa que “ser menina” contextualiza e ressignifica a “masculinidade” em uma identidade masculina. Como resultado, essa masculinidade, se é que pode ser chamada assim, é sempre destacada contra um “corpo feminino” culturalmente inteligível. É precisamente essa justaposição dissonante e a tensão sexual que sua transgressão gera que constituem o objeto de desejo. Em outras palavras, o objeto [e claramente, não há apenas um] do desejo lésbico-feminino não é nem um corpo feminino descontextualizado, nem uma identidade masculina discreta mas sobreposta, mas sim, a destabilização de ambos os termos, na medida em que entram em interação erótica⁴³ (BUTLER, 2011, p. 167).

O desejo aparece, então, a partir da contradição e subversão dos gêneros e dos papéis sexuais, numa desnaturalização da norma. Essa relação complexa dos desejos também aparece em outros relacionamentos, sem necessariamente desestruturar a heterossexualidade. É visível, por exemplo, em alguns relacionamentos entre homens gays, uma paródia da própria heterossexualidade, na tentativa de preservar alguns papéis de relacionamentos hétero-cis. No caso de identidades como “caminhoneira” e “sapatilha” que seriam correspondentes às identidades masculina e feminina, respectivamente, há uma retomada da heterossexualidade e um deslocamento ao mesmo tempo. O que fica claro é a ficção do sexo, ou seja, uma categoria criada, não natural e sem coerência entre a diferença sexual.

⁴² “These terms might be understood as symptomatic of “the straight mind,” modes of identifying with the oppressor’s version of the identity of the oppressed” (BUTLER, 2011 [1990], p. 165).

⁴³ “Within lesbian contexts, the ‘identification’ with masculinity that appears as butch identity is not a simple assimilation of lesbianism back into the terms of heterosexuality. As one lesbian femme explained, she likes her boys to be girls, meaning that ‘being a girl’ contextualizes and resignifies ‘masculinity’ in a butch identity. As a result, that masculinity, if that it can be called, is always brought into relief against a culturally intelligible ‘female body’. It is precisely this dissonant juxtaposition and the sexual tension that its transgression generates that constitute the object of desire. In other words, the object [and clearly, there is not just one] of lesbian-femme desire is neither some decontextualized female body nor a discrete yet superimposed masculine identity, but the destabilization of both terms as they come into erotic interplay” (BUTLER, 2011 [1990], p. 167).

Segundo Butler (2011), essa característica paródica do gênero é também representada pela arte *drag*, que seria uma forma de usar a linguagem para subverter a norma e demonstrar a fantasia do real dos gêneros. Uma vez que *drag* se trata de um artista que interpreta um gênero oposto à sua identidade de gênero, ele parodia comportamentos, gestos e desejos estereotipados do binarismo de gênero. As *drag queens*, em última instância, reafirmam que aparência é uma ilusão, uma vez que performam/atuem um gênero diferente do qual se identificam por baixo da fantasia utilizada na performance artística. Para a autora (2011, p. 187) “A noção de uma identidade de gênero original ou primária é frequentemente parodiada nas práticas culturais de drag, travesti e estilização sexual de identidades *butch / femme*⁴⁴”.

No caso, ainda, da performance *drag*, segundo Butler (2011), temos três dimensões a serem consideradas: a anatomia sexual, a identidade de gênero e a performance de gênero. Nesse caso, *drag queens* e *drag kings* demonstram a distinção entre aspectos de gênero experienciados e a unidade falsificada na ficção da coerência heterossexual: “Ao imitar o gênero, *drags* revelam implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero, bem como sua contingência⁴⁵” (BUTLER, 2011, p. 187). Essa contingência radical da relação entre sexo e gênero corresponde a uma configuração cultural de unidade que assume a naturalidade e necessidade do corpo e sua performance, conforme explica a autora.

O conceito de paródia, segundo Butler (2011), não toma um original que seria imitado, mas uma relação de fantasia da fantasia. A paródia revela o original como uma cópia fracassada, por ser um ideal inalcançável. Poderíamos extrapolar essa afirmação dizendo que todos nós, em algum grau, parodiamos e deslocamos as noções de gênero, pois estamos em constante questionamento do que é agir como masculino ou como feminino; e a própria Butler (2011) considera impossível a completa corporificação dessas normas estereotípicas, até mesmo pelas pessoas mais ao centro prototípico da matriz heterossexual. Em contrapartida, com a evolução de debates sobre “a masculinidade tóxica” e sobre a crise da masculinidade, levantados pelos movimentos gays, diversos comportamentos baseados na diferença sexual binária têm sofrido mudanças.

Atualmente, por exemplo, comportamentos sensíveis e gostos musicais e artísticos, tidos como pertencentes às identidades femininas ou gays, estão cada vez mais sendo normalizadas para homens cis heterossexuais, assim como a normalização dos cuidados com a beleza, da

⁴⁴ “The notion of an original or primary gender identity is often parodied within the cultural practices of drag, cross-dressing, and the sexual stylization of butch/femme identities” (BUTLER, 2011, p. 187).

⁴⁵ “In imitating gender, drag implicitly reveals the imitative structure of gender itself—as well as its contingency” (BUTLER, 2011, p. 187).

expressão dos sentimentos, da quebra de estereótipos de profissões “generificadas”, dentre outros comportamentos tidos como fixos e ontológicos. Essas formas de desnaturalizar os supostos gênero e sexo naturais seriam a melhor forma de subverter a ordem de forma política; Butler (2011) discorda de Wittig (1992 *apud* BUTLER, 2011), que acredita, apenas pelo fato de existir, a identidade lésbica já seria uma forma de subversão, por não ser possível incluí-la em categorias como mulher e homem, o que também acontece com gays.

Entretanto, ao propor tal olhar acrítico, segundo Butler (2011), Wittig assume que a heterossexualidade seria um original ao qual outras identidades se opõem. Ao contrário, para Butler (2011), a heterossexualidade seria uma cópia de uma fantasia social, e a homossexualidade, uma cópia da cópia. Gays e lésbicas não poderiam ser subversivos apenas por estarem em relacionamentos desviantes, pois, dentro dos seus relacionamentos, acabam reproduzindo padrões comportamentais de casais heterossexuais; logo, a única saída seria subverter a norma aos poucos, ao questionar os atos performativos de gênero atribuídos ao nascer.

Baydoun (2017) ressalta a importância de Butler (2011) para os estudos Viados/Queer, principalmente o conceito de “performatividade de gênero” (BUTLER, 2011) para trabalhos que propõem discutir categorias generificadas e performances desviantes e normativas de gênero em relacionamentos, como é o caso deste trabalho. A fim de entender os atos performativos que constituem o gênero, assim como os atos performativos subversivos, como das *drag queens*, é preciso abordar, primeiramente os performativos na Linguística e na Filosofia da Linguagem, visto que Butler (2011) se apropria das teorias de atos performativos, assim como de suas críticas, para elaborar a teoria da performatividade de gênero.

3.2 Performatividade: dos atos performativos de Austin à performatividade de gênero de Butler

Antes de tecer suas próprias considerações sobre a performatividade, Butler (1988) analisa a ideia de performance no meio acadêmico e conclui que, raramente, os filósofos trabalham com a noção de ação na perspectiva teatral de performar. Ainda assim, acabam, em suas teorias, associando questões semânticas com perspectivas de performance e atuação. Como exemplo, Butler (1988) cita a Teoria dos Atos de Fala, proposta por Austin (1962) e posteriormente sistematizada logicamente por John Searle (1969), que, além de remeter a uma relação de fala, discute o estabelecimento de um vínculo moral com os falantes, ou seja, é realizada uma ação performativa concomitante com a fala, que, em geral, possui um caráter de

convenção social. Por muito tempo, os filósofos acreditaram que a função das declarações/frases era tão-somente descrever um estado de coisas ou declarar uma informação que poderia ser falsa ou verdadeira (AUSTIN, 1990/ 1962). Essa ideia é bastante difundida em perspectivas formalistas da linguagem, como a semântica das condições de verdade – abordagem também fortemente criticada pela Linguística Cognitiva.

Mesmo havendo sentenças declarativas descritas pelos gramáticos da época, havia sentenças interrogativas, imperativas e outras que expressavam uma variedade de sentimentos e influenciavam a ação dos interlocutores. De acordo com Austin (1990/1962), filósofos e gramáticos não negavam essas outras funções da sentença, mas, ao mesmo tempo, não sabiam diferenciá-las, visto que utilizavam de forma vaga a noção de “sentença”. O filósofo (1990/ 1962) explica que, inicialmente pode-se estabelecer uma distinção entre sentenças declarativas e sentenças que, ao serem pronunciadas, realizam a ação proferida. Essa diferenciação é inicialmente caracterizada pela classificação de sentenças constatativas *versus* sentenças performativas, respectivamente.

As sentenças constatativas apenas descrevem ou relatam algo, e podem ser verdadeiras ou falsas; Austin (1990/1962) apresenta a frase “é um dia ensolarado” como um exemplo de sentença constativa, pois apenas descreve o dia ou constata uma situação climática. Todavia, a relação de veracidade dos enunciados e suas características performativas foram rediscutidas e criticadas pelo próprio Austin (1990/1962), que conclui que todas as sentenças são, ao fim e ao cabo, performativas. Portanto, as sentenças afirmativas também possuem, além do conteúdo proposicional, uma força ilocucionária performativa.

Para entender a performatividade, é necessário entender que as sentenças performativas ou atos ilocucionais são enunciados que: a) não descrevem ou relatam coisas e nem sempre podem ser verificados quanto à veracidade ou a falsidade; b) ao serem proferidos, correspondem à realização de uma ação. Austin (1990/1962, p. 24) apresenta exemplos de sentenças como “aceito essa mulher como minha legítima esposa”, em que proferida em circunstâncias apropriadas não descrevem ou proferem nada, não é “dizer o que disse, nem declarar o que estou praticando: é fazê-lo”, ou seja, o “aceito”, dito pelos noivos no altar não pode ser analisado como verdadeiro ou falso e não relata o casamento, mas casa os envolvidos e, com sua ação, ou melhor, com sua força performativa, produz uma identidade nova, o ser casado, e com elas as suas responsabilidades sociais e as expectativas socioculturais do que é ser e agir como um indivíduo casado.

Para Austin (1990/ 1962), dizer e, simultaneamente, realizar ações, ocorre por meio de atos ilocucionais. O autor (1990/1962) enfatiza que os atos ilocucionais possuem a força de

uma convenção, ou seja, estão fortemente imbricados na cultura do povo para que o ato seja realizado conforme o esperado socialmente, como o exemplo do contexto de casamento, apresentado pelo estudioso e o exemplo de interpelação de gênero do corpo do recém-nascido, abordado por Butler (2011 [1990]). Nesse sentido, quando Butler se apropria da teoria dos atos de fala de Austin para afirmar que gênero e sexo são sempre, em alguma medida, performativos, ela está afirmando que os corpos das pessoas não são apenas descritos, mas, no próprio ato da descrição, são constituídos, visto que os atos performativos realizam, efetivamente, ações.

Segundo Salih (2019), quando o médico declara “É uma menina / um menino!”, ele não apenas relata (declaração constativa) ele atribui um sexo e um gênero àquele corpo, logo, é um enunciado performativo. Ao se voltar para a cena do ultrassom, Butler (1993 *apud* SALIH, 2019) aborda mais uma vez que o discurso precede a constituição da identidade de um “eu”. Nesse caso, a partir do momento em que o corpo recebe a nomeação de “menina”, por exemplo, o poder simbólico desse termo cultural já cria uma feminilidade esperada, que deve ser corporificada e encenada, na tentativa de tornar aquele corpo feminino; mas essa feminilidade nunca satisfaz totalmente a norma. Ela é uma menina que, para se constituir como ser viável, precisa citar a norma (SALIH, 2019).

Nesse contexto, a feminilidade ou a masculinidade não constituem uma escolha “mas a citação forçada de uma norma, cuja complexa historicidade é indissociável de relações de disciplina, regulação, punição” (BUTLER, 1993, p. 232). Logo, “é menina/menino” não se configura como um enunciado constativo, mas como uma interpelação, ou seja, um chamado a se tornar tal gênero, de acordo com as características e oposições binárias e socialmente construídas do que é ser homem ou mulher, que, conforme ressalta Salih (2019), estão longe de ser naturais. Essa aparência – lida pelo senso-comum como essência – do gênero é construída socialmente pelos atos performativos que, para utilizar a metáfora do teatro aludida por Butler (1988), fazem com que a “plateia” e os “atores” acreditem no espetáculo e performem com crença seus atos internamente descontínuos.

Portanto, é a partir dessa visão do sujeito como consequência de atos que Judith Butler (1988) elabora a teoria da performatividade de gênero. Ao desenvolver o conceito em obras posteriores, Butler (1990/2003, 1993/2011) defende que a subjetividade corporificada do sujeito não preexiste às convenções culturais: são, portanto, as convenções culturais que significam os corpos e as experiências identitárias. Sendo assim, “o sujeito é um efeito-de-verdade de tramas de poder, saber e discurso que são cultural e historicamente específicas” (BORBA, 2014, p. 448).

É possível observar, então, que a construção de gênero e da identidade de gênero linear com o sexo é uma tentativa de impor coerência ao corpo por meio de comportamentos e papéis idealizados e culturalmente compartilhados por meio de atos performativos. Mas o que significa, de fato, dizer que o gênero é performativo? Segundo Butler (2011, p. 185):

Atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como uma causa. Tais atos, gestos, encenações, geralmente interpretados, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que eles pretendem expressar são fabricações sustentadas por signos corporais e outros meios discursivos⁴⁶.

Tomar o gênero como performativo, então, é sugerir que não existe um *status* ontológico do corpo sem os atos diversos que constituem a “realidade-no-mundo” sobre o corpo. A ilusão do núcleo do corpo é mantida com propósito de regular a sexualidade e as diferenças de sexo no cenário reprodutivo da heterossexualidade. Nesse caso, não haveria uma veracidade ou falsidade dos gêneros, nem tampouco um núcleo real, pois os gêneros seriam fantasias fabricadas pelo discurso hegemônico de construção de identidades de gênero (BUTLER, 1998, 2011). É possível notar, sobretudo nessas formulações, um diálogo com as proposições teóricas de Austin (1962/1990) Salih (2003) explica que, embora não haja, em muitas obras butlerianas, uma citação explícita de teorias linguísticas sobre performatividade, essa influência é confirmado em entrevistas posteriores de Butler. O uso do termo “performatividade”, escolhido em favor de “performance”, ocorre justamente por questionar a noção de um sujeito agente, embasado na teoria de atos de fala de Austin (1962) e nas desconstruções dessa teoria feitas por Derrida (1972 *apud* SALIH, 2019).

Ao perceber que alguns atos performativos não conseguem realizar o que dizem, seja pelo contexto inapropriado, seja pela recusa dos participantes, Austin (1990/1962) também chegou à conclusão de que nem todos performativos são “felizes / bem-sucedidos”, isto é, realizam o que dizem. Enquanto Austin (1990/1962) toma esse ponto como uma fragilidade da teoria, Derrida (1991/1971 *apud* SALIH, 2019) afirma ser o mal-entendido uma característica de todos os signos, visto que podem ser mudados de lugar, reiterados e recitados, sendo a

⁴⁶ “In other words, acts, gestures, and desire produce the effect of an internal core or substance, but produce this on the surface of the body, through the play of signifying absences that suggest, but never reveal, the organizing principle of identity as a cause. Such acts, gestures, enactments, generally construed, are performative in the sense that the essence or identity that they otherwise purport to express are fabrications manufactured and sustained through corporeal signs and other discursive means” (BUTLER, 2011 [1990], p. 185).

possibilidade de fracasso uma possibilidade intrínseca de todos os signos (SALIH, 2019). É nesse ponto que Butler (1988, 2011 [1990], 1993) explora o que ela conceitua como gêneros performativos subversivos, uma vez que os corpos podem se apropriar de características de expressão de gênero de forma diferente do esperado e desafiar a norma, como é o caso da paródia na arte *drag*, em que são utilizadas, de maneira explícita, estratégias de subversão e de agência da própria performatividade do gênero, recusada ou questionada pelo *performer*.

Nesse caminho, segundo Salih (2003), Butler (2011) questiona a premissa das teorias feministas iniciais, que assumiram a existência de um sujeito metafísico. Na visão butleriana, quando Beauvoir (1949 *apud* BUTLER 2011[1990]) afirma que um corpo não nasce com um gênero, mas torna-se um, há uma concepção de sujeito como objeto da linguagem, uma consequência dos atos e não a sua causa. Nesse sentido, “o gênero não é, de modo algum, uma identidade estável nem locus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos⁴⁷” (BUTLER, 1988, p. 519). Logo, o gênero é constituído pela estilização do corpo por meio de gestos corporais, encenações de todos os tipos, regras comportamentais de gênero, e uma série de performances culturais, incluindo cortes de cabelo, roupas e outros artefatos, na busca de manter uma aparência de naturalidade do gênero, constituindo a ideia de um “eu” generificado permanente e primário.

Para Butler (2011), o sujeito é um ser em processo e construído nos atos de discurso que produz, ou seja, um construto performativo; nas palavras de Salih (2003, p. 45), “o sujeito de Butler é um ator que simplesmente se levanta e ‘representa’ sua identidade em um palco metafórico de sua própria escolha⁴⁸”. Nesse sentido, Butler (1990) argumenta que a identidade de gênero é construída por uma sequência de atos repetidos ao longo do tempo. Entretanto, como explica Salih (2003), para a filósofa, não haveria um ator/performer praticante desses atos, pois não há um fazedor por trás do feito. É nesse sentido que Butler (1993) diferencia performance de performatividade: enquanto a primeira pressupõe um sujeito, a última não o faz, “isso não significa que não haja sujeito, mas que o sujeito não está exatamente onde esperaríamos encontrá-lo - ou seja, ‘atrás’ ou ‘antes’ de seus atos⁴⁹” (SALIH, 2003, p. 45).

⁴⁷ “In this sense, gender is in no way a stable identity or locus of agency from which various acts proceed; rather, it is an identity tenuously constituted in time - an identity instituted through a stylized repetition of acts” (BUTLER, 1988, p. 519).

⁴⁸ “Butler’s subject is an actor that simply gets up and ‘performs’ its identity on a metaphorical stage of its own choosing” (SALIH, 2003, p. 45).

⁴⁹ “This does not mean that there is no subject, but that the subject is not exactly where we would expect to find it – i.e. ‘behind’ or ‘before’ its deeds” (SALIH, 2003, p. 45).

Borba (2014, p. 441) afirma que “atentar à vida linguística que indivíduos produzem, na qual estão imersos e pela qual são produzidos, é um vetor central na análise de performances identitárias”; segundo o autor (2014), conceitos como performance e performatividade receberam muita atenção nos estudos brasileiros sobre identidade, porém, muitos desses estudos pecam no uso desses conceitos ou os ignora completamente pois não trabalham com um aspecto basilar desses fenômenos identitários: a linguagem. A linguagem que nos constitui também nos regula, criando, no contexto dos estudos de gênero, o que Butler (1993) conceitua como “matriz de inteligibilidade de gênero”, ou seja, jogos de linguagem que sedimentam a vida em sociedade e mantêm o binarismo de gênero e as relações de coerência entre sexo, gênero, práticas e desejos sexuais. Com essa visão da constituição do sujeito pela cultura e pela linguagem, Borba (2014) explica que, para Butler, “gênero” não é uma propriedade dos indivíduos, mas algo que se adquire nas nossas relações e experiências com a nossa cultura; um efeito de recursos semióticos diversos como língua, entonação, o que se fala, roupas, cores, cortes de cabelo, posições corporais etc.

Na visão de Borba (2014), para Butler (2011 [1990]), o sujeito é um efeito de suas ações e o corpo um efeito discursivo. Todavia, essa noção defendida pela autora recebeu críticas de interpretações equivocadas sobre o sujeito e principalmente fundamentadas em uma confusão entre os conceitos performatividade e performance, fazendo com que muitos críticos achassem que os sujeitos são autônomos e podem mudar de gênero como mudam de roupa (BORBA, 2014). Porém, em *Corpos que importam*, a filósofa (1993/2011) esclarece esse ponto, ao citar o fator da regulação em voga nessas performances generificadas:

A performatividade não é nem um jogo livre nem uma forma teatral de apresentação de si, tampouco pode ser simplesmente equiparada a uma performance. Além disso, o que necessariamente estabelece um limite para performatividade não é a restrição; a restrição é, pelo contrário, o que impulsiona e sustenta a performatividade (BUTLER, 2019 [1993], p. 175).

Nossas performances só podem ocorrer em uma cena enunciativa específica que delimita o que é inteligível, elas não ocorrem livremente, e como Butler (1993 *apud* BORBA, 2014) explica, elas são reguladas por um sistema rígido. Quanto à confusão entre o teatro e a performatividade, Borba aponta que “a performatividade é o que possibilita, potencializa e limita a performance” (BORBA, 2014, p. 450). Gênero não é, portanto, uma identidade e, por isso mesmo, seria uma norma nunca internalizada, um fantasma difícil de incorporar completamente. É um conjunto de atos baseado em um ideal ontológico de identidade, mas são atos descontínuos que revelam as falhas do “universal”. Nesse caso, os ideais de sexo, de

masculinidade e de feminilidade também são constituídos como partes da estratégia de ocultar as possibilidades diversas de configuração e de performatividade de gênero.

A partir dessa perspectiva, Butler (1990) modifica a frase de Beauvoir para: “não se nasce mulher, se é chamada de mulher”. Nesse sentido, a categoria “sexo” é performativamente construída, a partir categorização dos corpos entre macho e fêmea, e a linguagem não só descreve o corpo, mas o constitui. Entretanto, para Butler (1990), nem sempre a interpelação é performativa, visto que o sujeito pode reagir de forma a enfraquecer a norma, já que, para a filósofa, a própria norma produz condições de subversão. De acordo com Salih (2003), Butler não reconhece que o poder está no sujeito, ou de alguma forma personificado, pois ela utiliza a concepção foucaultiana de que poder é múltiplo, indeterminado e disperso nas instituições sociais que constroem sexo e gênero. Salih (2003) ressalta ainda que não seria adequado classificar Butler como uma construtivista radical, pois, mesmo sustentando que sexo, gênero e até o corpo são construídos no discurso, Butler está mais para uma abordagem desconstrutivista, visto que admite as operações de exclusão e de violenta forclusão presentes na construção do sujeito e da sua identidade generificada.

Em última análise, podemos dizer que, se o conceito de performatividade de gênero corresponde à repetição estilizada de atos no tempo, e não uma identidade homogênea, haveria a possibilidade de repetições diferentes, já que os atos são arbitrários, e existiria também a existência de diferentes repetições e rupturas subversivas do estilo generificado, o que nos faz concluir que “o que é chamado de identidade de gênero é uma realização performativa compelida por sanção social e tabu⁵⁰” (BUTLER, 1988, p. 520), já que essas possibilidades identitárias são reprimidas e punidas. É a partir de um viés subversivo que as teorias *Queer* não se interessam exclusivamente pelo estudo da identidade das minorias, mas procura desconstruir e questionar os mecanismos históricos que produzem e naturalizam as identidades normativas, uma vez que esses mecanismos, de acordo com Borba (2014), geraram, geram e limitam nossas experiências identitárias.

⁵⁰ “What is called gender identity is a performative accomplishment compelled by social sanction and taboo” (BUTLER, 1988, p. 520).

3.3 Diálogos entre categorização cognitiva e a Teoria Queer: uma masculinidade estereotipada *versus* masculinidades no plural

Quando tomamos a categorização dos seres e os estereótipos sociais advindos da normatização do centro prototípico de cada categoria identitária, percebemos que a relação entre corpo e mundo é constituída pela cultura e pelas experiências e vivências corporificadas do coletivo. Nesse contexto teórico, os estereótipos são frequentemente casos de metonímia, ou seja, quando uma subcategoria tem um status social privilegiado para sustentar a categoria inteira (LAKOFF, 1987). Estudar estereótipos, a partir desse olhar, é importante porque tem-se como premissa a existência de subcategorias e de suas relações de hierarquia dadas socialmente, como é o caso, por exemplo, da masculinidade hegemônica e as masculinidades subordinadas a ela ou opostas a tal norma.

A estereotipia pode ser subjetiva, a partir do julgamento de cada falante sobre os membros de uma categoria, mas ocorre principalmente pela cultura, movida pela noção de ideais coletivos (LAKOFF, 1987). Ideais, nesse contexto, correspondem a expectativas de comportamentos e características atribuídas aos sujeitos em determinados conceitos; segundo o autor (1987), temos conceitos de homem ideal, de trabalho ideal, isto é, entendemos alguns membros de categorias por meio da relação dos representantes ideais com seus opostos.

A noção de ideal cultural está no cerne da teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados proposta por Lakoff (1987), em que o autor explica que compartilhamos, de forma convencionalizada e, menos frequentemente, de forma individual, modelos que melhor representam conceitos e categorias. No contexto da nossa pesquisa, os modelos idealizados de homem são penetrados pelos ideais de homem de verdade e de uma masculinidade com características metonímicas de ações ou partes corporais específicas. Essas características ideais de “homem”, pertencentes ao centro prototípico da matriz heterossexual, são resultado da suposta natureza ontológica do gênero encriptada no corpo, mas questionada por Butler (2011) e demonstrada por Rosch (1978) como sendo cognitivamente limitadoras na relação entre aprendizagem de conceitos/ categorias e sua relação com o mundo.

No âmbito da construção discursiva do sexo, especificamente, Cameron e Kulick (2003) também contestam o mito de que o corpo não mente ou de que a significação descreve o mundo fielmente. A partir do exemplo de uma situação em que uma mulher imita um orgasmo e os interlocutores não conseguem distinguir o real do imitado, por conta dos sinais e características culturalmente decodificados, os autores (2003, p. 15) afirmam que “a experiência sexual, como qualquer outra experiência humana, é comunicada e tornada significativa por códigos e

convenções de significação⁵¹”, e, sem esses códigos, seria impossível identificar experiências particularmente sexuais ou não sexuais. Nesse sentido, o que nós acreditamos e entendemos sobre sexo faz parte da nossa bagagem sociocultural, mas, assim como os Modelos de Lakoff (1987), essa bagagem de Cameron e Kulick (2003) não é apenas individual e subjetiva; segundo os estudiosos (2003), ela é também mediada pelos discursos em voga na sociedade. Assim, papéis sexuais, possibilidades sexuais naturalizadas e questões de preferência e desejo são também, em última análise, mediados por discursos e ideologias culturais vigentes.

Dito isso, cabe delimitar, ou abranger, nesse caso, o conceito de “discurso”, muitas vezes utilizado na literatura de maneira indiscriminada. Consideramos duas concepções de discurso, de forma intrincada: uma linguística, que considera o discurso como a linguagem em uso e outra advinda de teorias críticas, também usada nos estudos de gênero e nas teorias *Queer*, influenciada por Foucault, que toma discurso como “conjuntos de proposições em circulação sobre um fenômeno particular, que constituem o que as pessoas consideram ser a realidade desse fenômeno⁵²” (CAMERON; KULICK, 2003). Essa junção entre linguagem e cultura é realizada neste trabalho com o olhar voltado para a categorização, para os modelos culturais e cognitivos, assim como para as performances sexuais e de gênero.

Essa concepção foucaultiana de discurso o delimita como sistematicamente construtor do objeto sobre o qual se fala, ou seja, são os discursos em uso que nos dão pistas dos discursos que constroem as categorias de “sexo” e “gênero”. Por isso, tomamos a sexualidade como discursivamente construída, pois sexo não tem sentido fora do discurso que fazem-no ter sentido e da linguagem que o circula. Nessa visão, a “realidade” do sexo não existe antes da linguagem, porque “a linguagem produz as categorias através das quais organizamos nossos desejos, identidades e práticas sexuais⁵³” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 19) e, assim, ela possibilita a formação de identidades, modelos, estereótipos e preconceitos.

Além disso, esses discursos categorizam as práticas sexuais em dois grupos: aquelas permitidas e aquelas proibidas pela sociedade, pela religião, pelas leis do Estado, ou seja, regulam a experiência da sexualidade. De acordo com Cameron e Kulick (2003), antes de ocorrer uma categorização de pessoas entre heterossexuais ou homossexuais, os atos sexuais eram classificados e estigmatizados como ações, ou seja, os seus atores não eram rechaçados.

⁵¹ “Sexual experience, like other human experience, is communicated and made meaningful by codes and conventions of signification” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 15).

⁵² “‘Discourses’ are sets of propositions in circulation about a particular phenomenon, which constitute what people take to be the reality of that phenomenon” (CAMERON; KULICK, 2003).

⁵³ “Language produces the categories through which we organize our sexual desires, identities and practices” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 19).

Entretanto, com suporte em Foucault (1981 *apud* CAMERON; KULICK, 2003), os autores (2003) explicam que, lentamente, esses atos passaram a criar identidades sobre a transformação da sodomia na categoria “homossexualidade”. A grande maioria dos nossos valores culturais sobre ações e sobre identidades constituídas por ações são coerentes com nossa estrutura cognitiva sobre determinados conceitos (LAKOFF; JOHNSON, 2003). Embora essa afirmativa seja direcionada para o fenômeno da metáfora como estrutura do nosso conhecimento e da interpretação cultural de eventos, coisas e conceitos, podemos considerá-la como uma máxima da relação da cultura com nossa cognição.

Essa coerência que ocorre em algumas situações não ocorre sem conflitos: de acordo com Lakoff e Johnson (2003), dentro de uma cultura há subculturas e concepções individuais sobre a hierarquia dos sentidos e sobre o que é bom e virtuoso, ou seja, diferenciação dos valores dados a cada ideia. Todavia, na maioria das vezes, os subgrupos compartilham valores que são coerentes com a cultura geral. Ao abordar a orientação não espacial ativo-passivo, utilizada como uma extensão metafórica muito frequente no *Grindr*, de forma hierarquizada, os autores explicam que “para nós, na maioria dos assuntos, ativo é priorizado em relação a passivo, mas existem culturas em que ativo é para cima e passivo para baixo⁵⁴” (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p. 20). Dito isso, podemos considerar que a valorização dos homens que praticam sexo na posição de “ativos”, ou seja, que realizam a penetração sexual, como estando em superioridade aos homens que são denominados ou se autodenominam como “passivos”, ou seja, os que são penetrados sexualmente, é parte dos valores culturais, isto é, é coerente com uma ideia, culturalmente compartilhada na cultura ocidental, de que, nesse caso, ser ativo nas práticas sexuais, é mais importante.

Essa valorização da atividade no sexo também perpassa o “instrumento” da atividade, o pênis, que caracteriza a divisão sexual: aqueles que usam o pênis na penetração e aqueles que se assemelham à posição passiva e subalterna da mulher nas relações sexuais e sociais. Cabe ressaltar que esses papéis sexuais também são culturalmente construídos e idealizados cognitivamente como papéis de gênero a serem normativamente desempenhados nas práticas sexuais. Gostaríamos de destacar, ainda para a própria denominação/categorização cultural binária heterossexual-homossexual. Os estudos de Holt N. Parker (1997 *apud* CAMERON; KULICK, 2003) sobre a categorização sexual na Roma Antiga, em que a sexualidade era organizada de acordo com os papéis de passividade e atividade, em outras palavras, em quem

⁵⁴ “For us ACTIVE IS UP and PASSIVE IS DOWN in most matters. But there are cultures where passivity is valued more than activity” (LAKOFF; JOHNSON, 2003, p. 20).

penetrava ou era penetrado e qual orifício penetrava: boca, anus ou vagina, nos dão pistas de que, naquele contexto histórico, haveria distinção entre homem e mulher, mas não entre hetero e homo. Nesse estudo, a mulher passiva é tida como “normal”, mas o homem passivo não o é, já que, socialmente, abdicou de usar seu falo, o que o forma ativo por natureza; símbolo máximo da masculinidade.

Sendo assim, o estigma aos homens passivos e aos homens afeminados ocorre, principalmente, pelo julgamento de que essas identidades escolheram renegar os privilégios do corpo com falo e das práticas e comportamentos culturais que esse órgão impõe. Ao abordar a homossexualidade compulsória, Cameron e Kulick (2003) explicam que feministas radicais acreditavam que homens gays, independente das suas divisões, faziam uso dos privilégios da sociedade predominantemente masculina, diferente das mulheres, que poderiam optar em ser homossexuais ou lésbicas, entendendo essa escolha com relação compulsória para a homossexualidade, de acordo com Rich (1980 *apud* CAMERON; KULICK, 2003). Entretanto, essa visão passou a mudar, a partir da verificação de que alguns gays representavam “linguagens de mulher” ou se identificavam nos estereótipos de mulher e abertamente rejeitavam a masculinidade, tida como homossexual, sofrendo penalidades pela sua “traição de gênero” (CAMERON; KULICK, 2003). Cabe lembrar que essas penalidades são impostas pela sociedade homossexual, mas são visíveis também na comunidade homossexual, por membros que não rejeitaram seus privilégios masculinos e patriarcais.

Visto que uma grande parte da comunidade gay desafiava a norma falocêntrica e patriarcal, estudos sobre homens gays e sobre masculinidades começaram a se desenvolver com base no aporte teórico feminista. De acordo com Brito (2018), os estudos sobre a categoria “homem” e sobre a masculinidade adentraram os estudos de gênero no Brasil entre 1980 e 1990, com estudos contemporâneos sobre as teorias feministas que colocavam o homem também como vítima do patriarcado e das exigências da matriz de masculinidade hegemônica. O homem, que antes era tido como universal e natural, fora conceituado como corpo generificado pelos aportes teóricos de 1970 que ajudaram na desconstrução da masculinidade padrão e na denominada “crise da masculinidade” promovida pelos movimentos gay e feminista.

Dessa forma, a partir desse momento, a masculinidade passou a ser vista como fator cultural mutável. Todavia, estudos sobre masculinidade ainda são vistos com desconfiança pelo movimento feminista, pois há o receio de que estes estudos reafirmem a subalternização de gênero feminino, ao colocar como foco de pesquisa uma categoria privilegiada pela matriz. Concordamos com Brito (2018) sobre a necessidade, neste contexto, de considerar como independentes a política identitária das militâncias e a ampliação das pesquisas de gênero com

categorias diferentes; ambas necessárias para seus propósitos. Entretanto, a última torna-se nosso foco, pois, ao consideramos a masculinidade tão cultural e fictícia como a feminilidade e igualmente prescritiva, podemos entender melhor os discursos, ideais, estereótipos e exigências que limitam nossas identidades de gênero.

Em concordância com Louro (1997, 2000, 2016 *apud* BAYDOUN, 2017), Baydoun (2017) também ressalta que as exigências limitadoras da expressão e identidade de gênero seguem o alinhamento prescritivo sexo-gênero-orientação afetivo-sexual que permeia as relações humanas no âmbito sexual. Sendo assim, qualquer sujeito que desvia dessa norma tem sua masculinidade posta em xeque. Nessa construção normativa, comportamentos como expressão de afeto entre homens ou presença de pênis considerado abaixo da média, são exemplos de fatos que desqualificam o “homem de verdade”, já que o ideal cultural de homem é aquele viril, musculoso, racional e com pênis grande. Esse alinhamento é fruto de uma ficção de coerência entre as categorias sexo, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação afetivo-sexual, já apontada por Butler (2011) e enfatizada por Baydoun (2017) como categorias distintas e independentes, visto que ter uma identidade de gênero não necessariamente significa ter uma expressão de gênero determinada e uma orientação afetivo-sexual também linear com as outras categorias.

Baydoun (2017) ressalta também que, na maioria dos contextos socioculturais, é construída uma lógica dicotômica entre homem/masculino e mulher/feminino, com relações de hierarquias que valorizam a primeira categoria e inferiorizam a segunda. Logo, tidos como opostas nessa norma binária histórica, não podem coexistir em um mesmo ser. Esse binarismo que permeia nossas relações e como entendemos a sexualidade nos faz acreditar na ficção de que ser homem é ser masculino e ser mulher é ser feminino. Esse alinhamento entre sexo e gênero limita e constrange aqueles sujeitos que, mesmo sendo heterossexuais, não se conformam às limitações de gênero, ou melhor, não conseguem performar de maneira totalmente similar com o ideal, pois o ideal é, como vimos com Butler (2011), uma paródia da paródia que ninguém consegue corporificar completamente.

Uma das consequências de significação da sexualidade por meio desse alinhamento sexo-gênero, conforme afirma Baydoun (2017, p. 56), é a pressuposição errônea de que “todos os homens que não são titulares da masculinidade hegemônica (comumente denominados de homens afeminados) apresentem necessariamente desejos homo-orientados”. Na matriz heterossexual, uma pessoa “mulher/feminina” deseja um “homem/masculino” e vice-versa. No meio gay, por exemplo, homens cis gays que se encaixam nas características determinadas pelo denominado alinhamento sexo-gênero masculino (LOURO, 1997, 2000, 2016 *apud*

BAYDOUN, 2017) escutam da sociedade comentários de surpresa ao saber sobre sua orientação sexual, como: “nem parece”, “que desperdício”, “achei que você curtia mulheres”, “você tem cara de macho” etc, ou seja, têm uma heterossexualidade pressuposta pela matriz.

Essas associações são bastante reducionistas, pois delimitam o que podemos ser e o que podemos desejar, uma prescrição de fato. Já aquele sujeito que desafia a norma causa estranhamento naqueles que acreditam fielmente na naturalidade ontológica construtora do *status quo* patriarcal e heterofalocêntrico da matriz heterossexual. Segundo Baydoun (2017, p. 58), “este sujeito, conseqüentemente, torna-se vítima de um processo crônico de subalternização da própria identidade, pois esta é vista como subversiva, estranha, bizarra, ‘viada’”. Ainda de acordo com Baydoun (2017), os gays tidos como afeminados, isto é, aqueles se identificam como homens, mas apresentam trejeitos, gostos, preferencias e comportamentos divergentes do padrão de masculinidade, perdem o privilégio da masculinidade hegemônica e sofrem uma exclusão e subalternização semelhante a que as mulheres sofrem. Poderíamos acreditar que, no meio homodesejante, não haveria essa marginalização, visto que todos estão, em algum grau, realizando práticas marginais; entretanto, não é o que ocorre.

Tomando a constituição do sujeito pela linguagem e pelo discurso, é possível entender que a alusão ao ser que possui desejos homoeróticos e comportamentos não alinhados ao ideal de masculinidade como não homens pode perpassar também os discursos (sociais e linguísticos) em relações homo-orientadas, já que os sujeitos são perpassados pela cultura de heterossexualidade compulsória e aprenderam a significar sexualidade pela matriz da masculinidade hegemônica e efeminofóbica. Baydoun (2017), seguindo os conceitos de performatividade e discursividade propostos por Butler (2011), caracteriza a masculinidade como líquida e mutável de acordo com as regras socioculturais de cada momento histórico. Nesse sentido, Connell e Messerschmidt (2013 *apud* BAYDOUN, 2017) criticam o uso da masculinidade no singular e defendem a existência de masculinidades plurais, já que existem e existiram masculinidades divergentes em cada período, e q a masculinidade padrão atual passa por modificações com o tempo, com as mudanças de visão de sociedade e dos papéis de divisão sexual.

A masculinidade também perpassa questões psíquicas e experiências individuais que produzem masculinidades individuais para cada sujeito. Entretanto, existe um modelo padrão de masculinidade hegemônica disseminado culturalmente. Dessa forma, nossas conceptualizações cognitivas de mundo, que perpassam nossas relações em sociedade são ditadas ideologicamente pelos aparelhos reprodutores da hegemonia que se constituem com uma coerção e com um consentimento dos envolvidos (BAYDOUN, 2017).

A forma que a masculinidade hegemônica padrão se instaura nas nossas relações e concepções do que é ser homem e o que é ser masculino, segundo Collier (1998 *apud* BAYDOUN, 2017) acontece por meio de ideologias coletivas sócio-históricas associadas a um modelo ou padrão ideal de homem prototípico com um alinhamento bem pensado entre sexo biológico, identidade de gênero e papéis e expressões de gênero.

Pode haver uma multiplicidade de masculinidades, mas todas serão vistas como subalternas à hegemônica ou mesmo igualadas à feminilidade como expressão inferior de gênero. Esse esquema de masculinidades subordinadas pode ser visualizado por meio do conceito de Modelo Cognitivo Idealizado de Lakoff (1987) e sua relação com a hierarquia social de categorização de seres e identidades, como apontamos no início deste tópico. Para Baydoun (2017, p. 62), as relações dos homens com outros homens são moldadas pelas normas patriarcais heteronormativas que, aliadas a hierarquia e poder sobre as mulheres “criam relações de poder entre si de acordo com o critério da masculinidade dominante, vista, amiúde, como sinônimo da máxima virilidade”. Quanto à coerção da masculinidade hegemônica no meio gay, Baydoun (2017, p. 66) afirma que “vários autores apontaram que prevalece entre os homens que buscam por relações homodesejantes uma concepção heterofalocêntrica de masculinidade”.

Nesse meio, há, segundos os autores mencionados por Baydoun (2017), um desejo do gay de ser reconhecido e identificado como heterossexual/normal, pois se enquadrar no modelo ideal de masculinidade hegemônica é o esperado e desejado pela sociedade masculina. Brito (2018, p. 64) corrobora essa ideia, ao afirmar que “homens lutam por uma posição dominante, através da definição social da masculinidade, buscando obter vantagens materiais e psicológicas na ordem estrutural do gênero”. Essa busca pelas vantagens é ensinada desde cedo, para que o *status quo* patriarcal seja mantido, inclusive pela solidariedade entre os homens (BUTLER, 2011).

3.3.1 “Não sou, não curto”: a masculinidade homoerótica entre preferências e violências no Grindr

Ao analisar as relações homodesejantes no ocidente nos últimos sessenta anos, percebe-se que vivemos um paradoxo: de um lado temos a conquista de direitos para a população homossexual e a liberdade sexual, e, do outro, temos a crescente propagação de estigma discriminatório contra aqueles que não se encaixam no padrão/ centro prototípico heteronormativo. As conquistas da comunidade gay aconteceram principalmente em 1960 com movimentos que defendiam a liberdade sexual como recreação e o reexame dos papéis sociais

das mulheres. Com essas conquistas progredindo ao longo dos anos, com os estudos viados de 1980 e, ainda, com a procura pelo *pink money*, surgiram outras possibilidades de se relacionar com os semelhantes, locais de liberdade para ser gay e interesse do mercado para o público LGBT+.

Mesmo com esses locais dedicados ao público gay, como bares e clubes, segundo Baydoun (2017) muitas pessoas ainda valorizavam o sigilo e o *status quo* do binarismo heterossexual-homossexual, e procuram locais em que podem manter a sua imagem “natural” para a sociedade, sem precisar se enquadrar em uma identidade gay. Miskolci (2015 *apud* BAYDOUN, 2017) aponta que o surgimento do computador fez da internet o melhor lugar para se relacionar de forma anônima e segura com outros homens.

Já no século XXI, houve a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização da homofobia em vários países; entretanto, muitos homens ainda preferem viver uma vida dupla para não sofrer as punições da sociedade. Nesse contexto, aplicativos de relacionamento, que encontram usuários próximos via localização de GPS, criados para grupos específicos com interesses semelhantes, têm feito parte da vida de muitos homens que procuram viver sua sexualidade de diversas formas. Segundo Baydoun (2017, p. 21), esses aplicativos:

[...]permitem que os usuários tirem a máscara, vivenciem seus desejos, e construam relações mediadas pela interface *online-offline*, mas esses mesmos desejos são constantemente silenciados em ambientes *offline* para evitar o risco de retaliações morais e sociais atreladas histórica e culturalmente à homossexualidade.

Muitos usuários desses aplicativos carregam sua bagagem cultural do que pode ser visto como uma relação “normal” e como se comportar de acordo com um estereótipo, o que produz um cenário conflitante de significação da sexualidade e dos papéis dos homens nas relações homoeróticas. O *Grindr*, por exemplo, segundo Saraiva e colaboradores (2019), por proporcionar conforto e afastamento de espaços segregados, possibilita relações sexuais entre iguais: brancos, atléticos, não afeminados e jovens, sendo repelidos todos os que não se encaixam nessas exigências. Segundo os autores (2019), redes de sociabilidade como essa podem agravar a marginalização de quem já se encontra à margem da sociedade, pois são relações que reproduzem a opressão da heterossexualidade vigente.

Essa concepção dos autores (2019), no nosso entendimento, é um pouco problemática, pois parece responsabilizar o aplicativo pela valorização de uma masculinidade hegemônica, esquecendo-se de que a rede é apenas outro ambiente em que as relações são realizadas por pessoas com bagagens culturais convencionalizadas. A tecnologia não agrava a opressão, pois

ela já existe no mundo não virtual. Entretanto, o anonimato permite a propagação de opiniões hegemônicas mais facilmente, o que não significa que, longe do meio virtual, a procura por parceiros seja pautada em um respeito maior pela diversidade.

As redes sociais são espaços de disputa, mas o ambiente físico também o é. Essa especificidade dos discursos de hierarquia e valor da masculinidade sobre a feminilidade é uma questão cultural vigente e se reproduz em qualquer forma de sociabilidade, visto que é cognitivamente compartilhada pelos indivíduos, isto é, são concepções, ideais, categorizações e estereótipos internalizados com o tempo. No meio virtual, diferente do físico, o anonimato é um dos pontos fortes e é enfatizado por muitos perfis com o termo “sigilo”, que nada mais é do que uma forma de assegurar que o que ocorre no aplicativo e em quatro paredes não seja publicizado (SARAIVA *et al.* 2019). Esta é uma forma de brotheragem ou camaradagem que garante a continuidade de encontros com a mesma pessoa e deixa explícito, de acordo com Saraiva e colaboradores (2019), que o sigilo é necessário para proteger a privacidade do “macho” que tem relações sexuais com gays.

Atualmente, nos aplicativos de relacionamento gay, as próprias classificações e categorizações estão sendo colocadas em jogo, pois muitos perfis têm, cada vez mais, utilizado termos que os diferenciam dos “homossexuais”. Fazendo uma comparação com o estudo de Holt N. Parker (1997 *apud* CAMERON; KULICK, 2003), poderíamos até considerar termos como “brother” (homem que pratica relações sexuais com outro homem sem envolvimento de sentimentos e, em alguns casos, sem penetração), “viado” (homem que pratica relações homossexuais com envolvimento de sentimento e que frequentemente é passivo ou versátil passivo) e “sigiloso” (homem não assumido socialmente como gay e que procura manter sigilo nas relações sexuais homoeróticas, inclusive não mostrando seu rosto nas redes. Muitas das vezes, são homens casados em relacionamentos heterossexuais) como subclassificações contemporâneas para práticas sexuais homoeróticas que se instanciam também na dicotomia atividade-passividade das práticas sexuais e na existência ou não de penetração.

A camaradagem apontada por Saraiva e colaboradores (2019) pode ser considerada como uma versão mais explícita da solidariedade masculina discutida por Butler (2011), ao abordar questões estruturalistas de Lévi-Strauss que, para Butler (2011), relaciona o tabu do incesto a uma economia falocêntrica que cria uma espécie de solidariedade homoerótica entre homens. Esse tipo de solidariedade pressupõe um amor e respeito entre os homens, assim como uma indiferença e descrédito destes para com o sexo “sem falo”. Em uma análise adiantada da obra, podemos entender que essa solidariedade falocêntrica ocorre também no meio gay, em que a posição sexual de “ativo”, ou seja, aqueles que “usam/penetram” o pênis, é mais

privilegiada e, entre homens que fazem sexo com homens (aqueles que não se identificam como gays), a procura por “homens que parecem homens” e que não renegaram os privilégios da masculinidade padrão e da economia falocêntrica são mais procurados. Esse estilo sexual é popularmente chamado de “brotheragem” ou “sexo sem viadagem”, que tem a mesma intenção de unir homens.

Outra semelhança do aplicativo com a pesquisa de Holter (1997 *apud* CAMERON; KULICK, 2003) está no estigma aos homens que são completamente passivos, ou seja, que jamais se permitem penetrar outrem, o que demonstra a exigência por uma masculinidade hegemônica e resulta em discursos que Baydoun (2017) classifica como efeminofóbicos, com traços misóginos. Ainda aqui, a exclusão se dá primeiro pela ação feminina de não penetrar, para depois criar a identidade desviante do gay afeminado ou fora do padrão.

A solidariedade perpassa também por um culto a uma masculinidade hegemônica e à exclusão de corpos que, de alguma forma, resgatem o feminino. Saraiva e colaboradores (2019) explicam que a aparência é supervalorizada nesses aplicativos e, segundo a análise dos pesquisadores, a negação de características corporais desviantes da norma, como “cabelo de mulher”, “gays femeas/afeminadas” e gays acima do peso são compartilhados como preferências, sintetizadas na ideia de “não sou/ não curto”, como se se tratasse de uma questão de preferência e não de violência” (SARAIVA *et al.*, 2019, p. 124), uma vez que se trata de exclusões que demonstram uma misoginia explícita no aplicativo, em um jogo de negação do outro pelo que causa repulsa.

Ainda de acordo com os autores (2019, p. 128), o *Grindr* deixa “a violência e a rejeição também mais à mão”, por suas características de rede social virtual, demonstrando que, embora tenha sido criado para toda a comunidade gay, há uma prevalência de um grupo hegemônico, que impõe o que é “ser homem” e impõe os limites da masculinidade aos corpos que carregam gênero. A estereotipia e a exclusão de afeminados e de todos os demais corpos desviantes são resultados de uma concepção limitada do corpo generificado e de uma compreensão heterossexual sexista das relações sexuais. Neste sentido, os papéis sexuais de ativo e passivo na prática sexual; os desejos e a valorização do pênis grande são nada mais do que uma hierarquização de gênero, resultante de um processo de significação do corpo pela cultura.

Butler (2011) aborda a questão da significação do corpo por meio do conceito freudiano de melancolia e do tabu do incesto, apontando para a facticidade do corpo que “comporta” gênero. Nessa concepção de corpo, a autora afirma que, até mesmo as zonas erógenas, os desejos e proibições, são construídos com base no gênero, ou seja, o desejo por pênis, seios etc. não seria arbitrário, mas parte do discurso que constrói o corpo ao desconstruí-lo e reparti-lo,

“quais prazeres devem viver e quais devem morrer é muitas vezes uma questão que serve às práticas legitimadoras de formação de identidade que ocorrem dentro da matriz das normas de gênero”⁵⁵ (BUTLER, 2011 [1990], p. 95-96).

É a melancolia da perda do objeto desejado que incorpora no corpo o desejo, “com o resultado de que o prazer é determinado e proibido pelos efeitos obrigatórios da lei de diferenciação de gênero⁵⁶” (BUTLER, 2011, p. 93), ou seja, as partes desejadas também são criadas por uma lei normativa de diferença sexual. Essa ideia pode também ser vista nas relações homodesejantes, em que o sexo heterossexual focado na penetração influencia as práticas e desejos sexuais de gays e lésbicas. Ainda sobre desejo, Butler (2011) utiliza a ideia lacaniana de fantasma, para explicar que os desejos ultrapassam o corpo físico, pois são concepções de um corpo-ego; um corpo imaginário capaz de ser desejado. Essa discussão nos faz pensar até que ponto, em relações de desejo, podemos falar de “preferência” fora das influências sociais e discursivas; dito de outra forma, justificar a procura apenas por brancos, magros e não afeminados não são apenas preferências, mas uma fantasia daquilo que pode ser desejado culturalmente.

A questão do corpo-ego está fortemente presente nos aplicativos de relacionamento, pois os usuários, de antemão, descrevem as características do corpo imaginário que é desejado e que muitas vezes ultrapassa a realidade, com inúmeras exigências culturais de beleza e de corpo desejado. Para Bulter (2011, p. 96), “o corpo fantasiado nunca pode ser entendido em relação ao corpo como real; só pode ser compreendido em relação a outra fantasia culturalmente instituída, que reivindica o lugar do ‘literal’ e do ‘real’⁵⁷”. A título de ilustração, a pesquisa de Baydoun (2017) com o Grindr identifica e discute, por exemplo, a efeminofobia, isto é, a aversão aos homens que possuem traços femininos ou destoantes do que a sociedade espera que seja característico do “ser homem”. Este é um tema que apresenta relevância em um contexto histórico de crise da masculinidade, visto que esses homens afeminados denunciam o fracasso do binarismo imposto para as identidades e expressões de gênero.

Baydoun (2017) explica que a efeminofobia também possui muito de misoginia, mesmo envolvendo relações entre homens, pois são performances de gênero transversivas que, em

⁵⁵ “Which pleasures shall live and which shall die is often a matter of which serve the legitimating practices of identity formation that take place within the matrix of gender norms” (BUTLER, 2011 [1990], p. 95-96).

⁵⁶ “With the result that pleasure is both deter mined and prohibited through the compulsory effects of the gender-differentiating law” (BUTLER, 2011, p. 93).

⁵⁷ “The fantasized body can never be understood in relation to the body as real; it can only be under stood in relation to another culturally instituted fantasy, one which claims the place of the ‘literal’ and the ‘real’” (BUTLER, 2011, p. 96).

última instância, provocam reações antifemininas em comentários que tomam o feminino como insulto. A pesquisa do psicólogo é ainda reforçada por trabalhos anteriores, como os de Annes e Redlin (2012 *apud* BAYDOUN, 2017) que aponta que a grande maioria dos homens que procuram relações homodesejantes, principalmente os que se encaixam nas normas-padrão de masculinidades, possuem concepções estereotipadas e negativas sobre homens afeminados e sobre outros corpos desviantes, como o corpo gordo, negro etc, compartilhadas com justificativa na “preferência individual”.

Na ânsia por ser aceito pelos pares, os sujeitos usuários aplicativos começam a propagar pontos e exigências ditadas pela hegemonia que interseccionam diversas questões sociais: homem branco, rico/classe média alta, extremamente viril, pênis grande, magro/atlético, voz firme/grossa etc. Esse modelo acaba se perpetuando pela vontade de se encaixar e de se relacionar com indivíduos desse estilo, como também pela exclusão dos corpos desviantes e opostos a essa masculinidade padrão e singular. Segundo Crooks (2013 *apud* BAYDOUN, 2017), as relações homodesejantes acontecem em uma sociedade heterossexista e, por isso, seus usuários podem ressignificar categorias para se encaixar nesse modelo de entendimento da sexualidade e de expressão de gênero. Nesse sentido, Miskolci (2013, 2015 *apud* BAYDOUN, 2017) mobiliza o conceito de economia do desejo, ou seja, restrições morais, simbólicas e materiais que demandam a discrição e o sigilo. Para Miskolci (2015, p. 69 *apud* BAYDOUN, 2017, p. 32) “[...] o uso das mídias digitais expõe usuários a modelos regulatórios sobre como ser, a quem desejar e o que fazer”. Isso resulta em discriminação e recusa ao subversivo em procuras online por parceiros no *Grindr*.

Vale ressaltar, entretanto, que a partir de 2020, os usuários da internet estão cada vez mais conhecedores do movimento de reafirmação dos não-binários e de identidades de gênero que desafiam a heteronormatividade e a hegemonia de masculinidades e feminilidades (PADILHA; PALMA, 2017). Esse movimento pela linguagem não binária representa uma forte crítica à hegemonia e aos papéis de gênero, entretanto, conhecer ainda não significa respeitar e entender, mas o movimento parece forçar a sociedade a pensar sobre essas novas identidades e formas de experienciar sexualidade.

Cabe, portanto, às pesquisas atuais, abordarem também as masculinidades subalternas, a fim de procurar perfis subversivos em aplicativos de relacionamento, em que a masculinidade patriarcal, heterofalocêntrica e misógina é valorizada e utilizada como opressora de outras performances masculinas. Concordamos com Baydoun (2017) que as pesquisas sobre as masculinidades plurais são “condição *sine qua non* para um melhor entendimento dos meandros que permeiam as relações homodesejantes mediadas por aplicativos baseados na localização

como o *Grindr*” (BAYDOUN, 2017, p. 151), com a intenção de fomentar as discussões sobre a diversidade de expressões e identidades de gênero, assim como a desconstrução dos ideais sociais inalcançáveis, que limitam e desestabilizam os corpos inconformados.

Em relação, especificamente, aos estudos sobre masculinidade em aplicativos de relacionamento gay, em consonância com Baydoun (2017), defendemos a necessidade de compreensão das discussões e da aplicação dos conceitos propostos por Butler em *Problemas de gênero* (2003/1990) e em *Corpos que importam* (2011/1993), visto que, a partir dessa autora, é possível entender os mecanismos por trás da discriminação contra homens afeminados em relações homodesejantes mediadas por aplicativos de relacionamento e compreender o lugar ocupado pelas imposições dos ideais de masculinidade hegemônicas vigentes em aplicativos no sistema social e cultural de construção e compreensão de significados de corpos generificados. Para Adam (2002), pesquisas *Queer* futuras têm um longo desafio pela frente e grandes oportunidades de crescimento, pois “os debates e a diversidade dos estudos LGBT+ são todos sinais de sua vitalidade e uma riqueza de novas oportunidades de exploração e desenvolvimento⁵⁸” (ADAM, 2002, p. 23).

⁵⁸ “The debates and the diversity of LGBT studies are all signs of its vitality and a wealth of new opportunities for exploration and development” (ADAM, 2002, p. 23).

4 METODOLOGIA

A partir da elaboração da pergunta de pesquisa, das hipóteses e dos objetivos que norteiam o nosso trabalho, selecionamos e descrevemos abordagens metodológicas que pudessem guiar nossos procedimentos de coleta e análise de dados. Esta pesquisa busca, então, responder à seguinte questão:

Qual Modelo Cognitivo Idealizado de masculinidade é construído por homossexuais no aplicativo de relacionamento *Grindr*?

O corpus da pesquisa foi pensado para ser composto de perfis de aplicativos de relacionamento exclusivamente gay/bi/Queer, o aplicativo popular entre a comunidade denominado “Grindr”. O interesse pelo gênero textual autopropaganda amorosa se explica pela compreensão de que ele explicita o desejo sexual e os interesses pessoais. Para Cameron e Kulick (2003, p. 114) “o objetivo do anúncio é garantir que o interlocutor não seja apenas qualquer um, mas um tipo particular, desejado”⁵⁹.

Os autores acreditam que o linguista que trabalha com esse gênero textual pode mapear o status, a variedade dos corpos, os objetos e as relações sexuais. Especificamente, os anúncios virtuais, no caso dos aplicativos, representam o que Wakeford (2002, p. 115) chama de “pesquisa cibernética-queer”; a autora acredita que a tela das tecnologias é hoje o reflexo do mundo, e que os aplicativos de relacionamento têm modificado a vida de gays e lésbicas que antes interagiam em bares e clubes. O espaço on-line, segundo a autora, permite a criação de uma nova persona, transforma a prática sexual e evidencia os *pré-conceitos* enraizados pela norma.

No caso específico dessa pesquisa, acredita-se que esses discursos on-line evidenciam a busca por uma masculinidade rígida e o desejo por gays mais masculinos. Além disso, acredita-se que gays afeminados são rejeitados nesses mesmos aplicativos por suas performances subversivas e por não serem os protótipos da categoria homem.

Nossas hipóteses foram construídas a partir de premissas reunidas dos trabalhos sobre o *Grindr*, de Baydoun (2017), e sobre masculinidade, de Brito (2018). Aliamos as premissas

⁵⁹ “The whole point of the ad is to ensure that the respondent is not just anybody, but a particular, desired kind of person” (CAMERON; KULICK, 2003, p. 114).

desses trabalhos às considerações sobre o MCI na Linguística Cognitiva. Nesse sentido, nossas hipóteses são as seguintes:

- a) A masculinidade homossexual é construída a partir de um Modelo Cognitivo Idealizado de homem heterossexual, baseado em performances esperadas de homem ativo, viril e não afeminado;
- b) Os gays afeminados e gays não-binários representam duas categorias distintas, pertencentes à periferia não-prototípica da categoria radial de masculinidade homossexual, devido às suas performances subversivas e divergentes da heteronorma e, em alguns casos, pelo uso da linguagem de autorreferência pronominal no feminino.

Convém ressaltar que este trabalho acrescenta, aos trabalhos já feitos sobre a plataforma *Grindr* e sobre a masculinidade, um olhar para além das discussões da Teoria *Queer*, pois, a partir das contribuições da Linguística Cognitiva, interessa-nos discutir como categorizamos cognitivamente a sexualidade, por meio da nossa experiência corporal no mundo – especialmente levando em consideração nossa inserção na sociedade e na cultura. Logo, nosso objetivo geral é:

Analisar os processos de construção categorial do MCI de masculinidade homossexual veiculado em perfis do *Grindr*;

Logo, nossos objetivos específicos são:

- I. Comparar perfis que correspondem ao centro prototípico com diferentes categorias que se afastam desse centro – e constituem-se, portanto, como categorias periféricas;
- II. Comparar a performance de gênero de diferentes subgrupos de homossexuais e os processos de categorização multimodal desses subgrupos.

A partir do estabelecimento das hipóteses e dos objetivos da pesquisa, assim como das discussões teóricas realizadas nos capítulos anteriores, percebemos que o tema pivô dessa dissertação, o MCI de masculinidade homossexual em aplicativos de relacionamento LGBT+, se enquadra em uma perspectiva próxima às pesquisas pós-estruturalistas, isto é, pesquisas que pretendem se distanciar das tradições positivistas. Além disso, ao tomar o meio virtual como ambiente de pesquisa e como construtor de discursos de desejo, pesquisas com essa pretensão,

como explicam Cameron e Kulick (2003), apresentam grandes desafios metodológicos para a Linguística, pois analisar perfis de relacionamento em meios virtuais, que se assemelham ao gênero textual “autopropaganda amorosa”, é algo recente em pesquisas sobre linguagem.

Outro grande desafio analítico do nosso trabalho é dialogar os conceitos-chave de duas áreas distintas de conhecimento, a fim de entender melhor o fenômeno, o que exige uma observação participante de um pesquisador que esteja dentro do campo da Linguística e conheça as nuances comunicativas e interacionais da comunidade LGBTQ+. Dito isso, a observação participante foi adotada como procedimento metodológico, uma vez que o pesquisador esteve presente no ambiente e interagiu com a ferramenta investigada, o *Grindr*, com o objetivo de criar uma etnografia virtual dos perfis que circulam no aplicativo.

Ainda de acordo com nosso objetivo geral, propomos uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo-interpretativo, visto que nos interessamos também por identificar os fatores que determinam e contribuem para determinadas significações de masculinidade. Para tanto, utilizamos uma perspectiva etnográfica, pois a etnografia é uma metodologia que permite observar as experiências das pessoas de uma forma mais ampla, por meio de uma observação participante, visando a entender e descobrir a visão de mundo das pessoas em uma cultura ou subcultura (Ferraz, 2019). Nessa perspectiva, deve-se levar em consideração o visto e experimentado, como também o não explicitado, possível com a presença direta do pesquisador com os atores sociais ou contextos comunicativos.

Como o *corpus* de análise é formado por perfis virtuais do aplicativo *Grindr*, temos que considerar que o ambiente de pesquisa e o trabalho de campo se dá de forma mais específica do que numa pesquisa etnográfica tradicional. Com o surgimento e utilização crescente dos meios de comunicação mediados por computadores e, recentemente, com o desafio do distanciamento social causado pela pandemia de Covid-19, os métodos tradicionais de pesquisas em humanidades e cultura tiveram também que passar por modificações, dando lugar a adaptações de metodologias clássicas para o meio virtual. Ferraz (2019) explicam que existe uma variedade terminológica referente a essa nova abordagem da etnografia. Optamos pelo termo etnografia virtual⁶⁰, proposta por Hine (2000), por ser, entre as opções, a mais próxima da nossa pesquisa, uma etnografia em um campo virtual.

⁶⁰ Essa é uma denominação mais abrangente, entretanto, há outros termos citados pelos autores (2021), como “etnografia digital”, “webnografia”, “ciberantropologia”, “etnografia por meio de internet” e netnografia, sendo esta última mais relacionada com estudos de marketing e de pessoas que utilizam produtos on-line.

O autor, assim como grande parte dos autores contemporâneos, defende que a etnografia virtual deve ser tomada em relação com a etnografia tradicional e antropológica para que seja, de fato, etnográfica. Por exemplo, embora o virtual altere a noção de campo físico, segundo Hine (2000), ainda existe um ciberespaço com características sociais próprias, que formam uma cibercultura em que o pesquisador precisa estar imerso, conhecer as linguagens e discursos vigentes, para, então, observar e interpretar as questões socioculturais e linguísticas analisadas. A etnografia virtual, embora o nome possa sugerir, não se trata apenas de uma etnografia transposta para o meio virtual: ela vai além, pois permite ao pesquisador entender sentidos e significados de grupos e de tecnologias.

Algumas das possíveis perguntas a que essa metodologia pode responder são: a) como os usuários interagem neste meio? e b) como a internet afeta as relações sociais dentro e fora do meio on-line? A primeira pergunta é essencial ao nosso trabalho, visto que o meio virtual influencia as relações, uma vez que favorece o anonimato e, no caso do Grindr, cria um ambiente de relações instantâneas. Já a última pergunta dessa perspectiva metodológica faz-se necessária, uma vez que, no *Grindr*, diversos perfis utilizam códigos específicos, ou gíria de resistência, formados por emojis, siglas e contrações de palavras características da linguagem da internet. Alguns exemplos disso são a utilização de uma seta para cima ou o uso de um emoji de berinjela para representar a posição de ativo ou para expressar o desejo e a preferência por homens com “dot”, isto é, bem dotados sexualmente.

Tomando o *Grindr* como comunidade virtual mediada por computadores e celulares, percebe-se que entender os jogos de comunicação e as convenções virtuais são necessárias para entender as relações em jogo no aplicativo. Além disso, o anonimato da internet acaba afetando as relações homodesejantes de forma mais expressiva que no mundo físico, enaltecendo discursos que são mais polidos socialmente, mas que estão presentes nas conceptualizações cognitivas dos sujeitos sobre questões de gênero. Nesse sentido, uma etnografia que reconheça as especificidades do mundo virtual é imperativa para trabalhos que pretendem analisar questões culturais em comunidades virtuais, como é o caso da comunidade gay, nicho de pesquisa do nosso trabalho.

Por fim, utilizamos também a contribuição da Linguística Cultural, campo de pesquisa que propõe uma atualização dos métodos empregados pelo campo da etnolinguística. Esta se refere a uma ciência focada na relação entre linguagem, cultura e civilização, influenciada por estudos interdisciplinares entre psicologia, sociologia, linguística e antropologia. Todavia, o termo Linguística Cultural envolve, de acordo com Sharifian (2011, 2017), questões relativas a conceptualizações de experiência, isto é, assume a cognição também como parte integrante da

relação da linguagem com a cultura, considerando conceitos como: cognição cultural, estereótipos, esquema cultural, categoria cultural, metáfora e metonímia. Vista sob esse aspecto metodológico, “a linguagem pode ser vista como um mecanismo primário para ‘armazenar’ e comunicar a cognição cultural, atuando tanto como um banco de memória, quanto um veículo fluido para a (re)transmissão da cognição cultural⁶¹” (SHARIFIAN, 2017, p. 2).

Esse campo interdisciplinar oferece tanto estrutura teórica quanto analítica para investigar as diversas conceptualizações culturais que caracterizam nossas relações por meio da linguagem. Em relação a este trabalho, essa abordagem mostra-se produtiva, visto que procura identificar esquemas culturais, sendo que estes capturam, segundo Sharifian (2017), “crenças, normas, regras e expectativas de comportamento, bem como valores relacionados a vários aspectos e componentes da experiência⁶²”.

Do ponto de vista metodológico, a Linguística Cultural funciona como uma etnografia linguística, mas também ultrapassa essa barreira metodológica, uma vez que considera as conceptualizações cognitivas. Ela requer uma análise que combine análise linguística com descrições culturais como forma de dar significado mais amplo à complexidade cultural do dado. Para tanto, essa ferramenta de análise e de coleta de dados pode ser adaptada pelo pesquisador, de forma a atingir os objetivos da pesquisa. Métodos de análise linguística realizados a partir dessa perspectiva incluem: a comparação de conceptualizações de conceitos da experiência de determinada comunidade; a identificação de metáforas e metonímias em conceptualizações; a análise semiótica de textos, a fim de comparar com os discursos culturais vigentes e, o que parece mais próximo desta pesquisa, a identificação de conceptualizações em textos via observação de títulos, temas/discursos dominantes e conceitos/palavras-chave ou palavras recorrentes referentes a algum esquema cultural (SHARIFIAN, 2011, 2017). Essa última forma de análise foi utilizada na análise e, sobretudo, na coleta dos dados.

4.1 Procedimentos de coleta dos dados e construção do *corpus*

Feita esta breve contextualização teórica que embasa nossos passos neste trabalho, apresentamos, nesta seção, os procedimentos metodológicos utilizados para a construção do corpus da pesquisa e os critérios de seleção dos perfis do *Grindr* que compõem o nosso banco

⁶¹ “In this sense, language can be viewed as a primary mechanism for ‘storing’ and communicating cultural cognition, acting both as a memory bank and a fluid vehicle for the (re-)transmission of cultural cognition” (SHARIFIAN, 2017, p. 2).

⁶² “Cultural schemas (and subschemas) capture beliefs, norms, rules, and expectations of behaviour as well as values relating to various aspects and components of experience” (SHARIFIAN, 2017).

de dados, assim como o nosso *corpus* da análise. Os dados coletados para esta pesquisa são formados por perfis públicos de usuários do aplicativo, e adotamos como primeiro critério de seleção o fato de os perfis explicitarem características de masculinidade – seja dos próprios usuários ou dos parceiros que eles buscam – em alguma parte do perfil. Seguimos as seguintes etapas para organizar um banco de dados:

- 1) Criação de um perfil no *Grindr*;
- 2) Captura de tela de perfis;
- 3) Organização e armazenamento das capturas de tela em um banco de dados;
- 4) Seleção de perfis para transcrição e análise.

A seguir, apresentamos com detalhes como cada etapa foi organizada, os critérios utilizados e os objetivos pretendidos em cada uma delas:

1) Criação de um perfil no *Grindr*

Nosso primeiro passo corresponde à criação de um perfil no aplicativo para poder observar as ferramentas do app e ter acesso aos perfis dos usuários. Temos como objetivo, nesse primeiro momento, uma inserção no ambiente de pesquisa para, no futuro, selecionar os perfis. O *Grindr* é um aplicativo de relacionamento via localização por GPS (Sistema de Posicionamento Global), voltado para homens gays, bissexuais, pessoas trans e para a comunidade *queer* em geral. Ele foi criado por Joel Simkhai em 2009, em Los Angeles, com o grande objetivo de integrar – no sentido de mistura, *blend* – a comunidade gay, o que explica também o nome *Grindr*, advindo da palavra *Grinder*, moedor (*blender*) de café (BAYDOUN, 2017).

A sua logo, presente na figura 1, possui um fundo preto com uma máscara amarela ao centro que, de acordo com Baydoun (2017), foi idealizado por meio de influências e simbologias de uma comunidade africana primitiva que tinha a relação e a comunicação com o outro como uma necessidade básica da humanidade. Em nosso entendimento, à máscara também podem ser atribuídos os sentidos de anonimato e, conseqüentemente, de as pessoas poderem se divertir – em bailes – sem preocupação.

Figura 1: Logo do Grindr



(Fonte: <http://www.grindr.com/>. Acesso em: 23 de março de 2022.)

Para acessar o aplicativo, é preciso fazer um cadastro com e-mail, senha e preencher informações do perfil. Apenas o nome de exibição é uma informação obrigatória; todos os outros campos são opcionais, embora o usuário possa tirar o nome posteriormente. Destacamos, porém, a partir da nossa observação no passo dois da metodologia, como informações mais frequentes, na maioria dos perfis, o nome do perfil e a parte “sobre mim” (figura 2), opção aberta em que o usuário pode dizer um pouco sobre si e sobre critérios de preferência por parceiros, sendo que muitas vezes é usada também para dizer o que se procura no aplicativo, por exemplo, amizade, relacionamento, relação casual etc.

Figura 2: Edição de perfil: informações básicas

A imagem mostra a tela de edição de perfil do aplicativo Grindr. No topo, há uma barra de título com o texto "Editar Perfil" e um ícone de seta para trás. Abaixo, há um campo "Nome de exibição" com o texto "Todo mundo verá isto na grade..." e um limite de caracteres de 0/15. Segue um campo "Sobre mim" com um limite de caracteres de 10/255. Abaixo disso, há uma seção "ESTATS" com um ícone de lápis. Nesta seção, há campos para "Idade" (valor 24) e "Mostrar idade" (botão de alternância desligado). Abaixo, há campos para "Altura" (valor 175 cm).

Fonte: aplicativo *Grindr*

O aplicativo disponibiliza opções fechadas, isto é, o usuário preenche as informações a partir da seleção dentre uma lista de opções. Entre estas informações temos: posição (ativo, versátil ativo, versátil passivo, versátil, passivo, sem penetração); Gênero (homem, mulher, não conformista); Tribos (urso, elegante, papai, discreto, nerd, barbie, couro, malhadinho, soropositivo, rústico, trans, garotos, sóbrio); e Em busca de (Conversa, encontros, amigos, contatos, agora, relacionamento). Além dessas, há as opções de altura, peso e etnia (asiático, branco, indígena, latino, mestiço, negro, outro, sul asiático e árabe), como pode ser observado na figura 3:

Figura 3: Edição de perfil 2: informações adicionais

A imagem mostra a tela de edição de perfil do aplicativo Grindr. No topo, há uma barra de título com um ícone de seta para trás e o texto "Editar Perfil". Abaixo, há uma lista de campos de formulário:

- Peso:** O campo está vazio, com o texto "Sem resposta" exibido em uma fonte menor.
- Etnia:** O campo está vazio, com o texto "Sem resposta" exibido em uma fonte menor.
- Porte físico:** O campo está vazio, com o texto "Sem resposta" exibido em uma fonte menor.
- Posição:** O campo contém a opção "Versátil ativo" selecionada.
- Tribos:** O campo está vazio, com o texto "Sem resposta" exibido em uma fonte menor.
- Relacionamento atual:** Este campo não possui uma entrada selecionada visível.

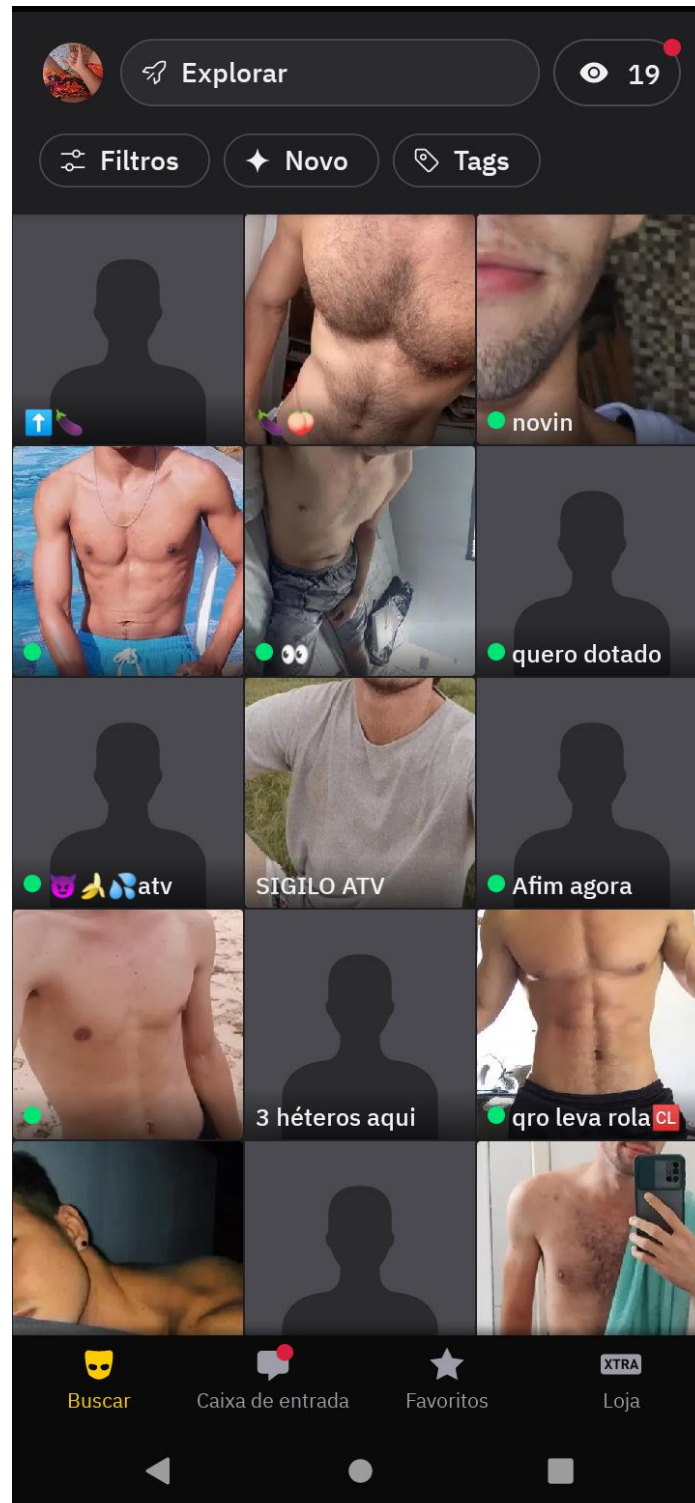
Fonte: aplicativo *Grindr*

Por fim, há a possibilidade de colocar fotos no perfil. Percebemos que a grande maioria dos perfis não apresenta fotos de rosto, pois uma grande parte dos usuários utiliza fotos de partes do corpo. Recentemente, o aplicativo criou uma lista de tags, palavras que representam gostos diversos, para definir os perfis e facilitar a procura por perfis com gostos semelhantes.

2) Captura de tela de perfis

Logo após a criação do perfil, o usuário já tem acesso à página inicial, em que aparece, em média, 60 perfis próximos que estiveram on-line recentemente, a cada dia de acesso, conforme demonstrado na figura 4 a seguir:

Figura 4: Perfis disponíveis



Fonte: Banco de dados do pesquisador, 2023.

A aba “novo” apresenta perfis que foram criados recentemente. Na imagem, podemos ver o nome escolhido pelo usuário e uma foto, que pode ser do próprio usuário ou qualquer outra imagem, e, até mesmo, nenhuma imagem. Ao clicar em um perfil, encontramos as informações que o usuário disponibilizou, dentre as opções dadas pelo aplicativo.

Abrimos o aplicativo no centro da cidade – a fim de privilegiarmos uma zona bastante comercial e, assim, evitar o enviesamento dos dados a partir do perfil sócio-econômico dos bairros residenciais – de Vitória da Conquista, em datas diferentes, a fim de conseguirmos ter acesso aos perfis criados pelos usuários da cidade. Salvamos os perfis que apareceram próximos à nossa localização e que possuíam texto ou imagens/emojis/tags no título e/ou na descrição aberta. Fizemos o registro dos perfis com o auxílio da ferramenta de captura de tela de um smartphone. As imagens foram salvas automaticamente na memória do celular no formato .JPEG, em uma pasta com título “screenshots”. Posteriormente, enviamos as imagens para uma pasta do Google Drive. Ao todo foram cinco coletas em que somamos um total de 100 perfis diferentes, sendo o número de prints um pouco maior uma vez que, em alguns casos, com um print apenas não fora possível capturar a foto de perfil e todas as outras opções dos perfis.

3) Organização e armazenamento das capturas de tela

Com os dados na pasta do Google Drive e guiados pelas nossas hipóteses sobre os tipos de perfil que encontraríamos, criamos, inicialmente, três pastas, assim nomeadas: “perfis com menção à masculinidade”, “perfis com menção à feminilidade” e “perfis desviantes”. Nesse momento, descartamos os perfis que possuíam poucas informações verbais e limitamos para um limite de 20 perfis por pasta.

A categorização desta etapa teve como objetivo separar os perfis que se enquadram em um discurso de masculinidade que se enquadra no centro prototípico da categoria “masculinidade homossexual”, dos perfis afeminados e desviantes, pertencentes à periferia do protótipo.

Entretanto, no momento da organização dos perfis desviantes, percebemos que os perfis com menção à feminilidade tinham uma estrutura muito parecida dos perfis que exigiam performances de gênero masculinas, pois mencionavam a feminilidade em frases negativas, para demonstrar que não aceitavam homens femininos ou afeminados. Logo, ao contrário do que prevíamos a princípio, os perfis com menção à feminilidade não constituíram uma categoria periférica distinta de outras. Em função disso, reorganizamos os perfis em duas categorias,

salvos em duas pastas: “perfis com menção à masculinidade-padrão” e “perfis que contestam a masculinidade-padrão”.

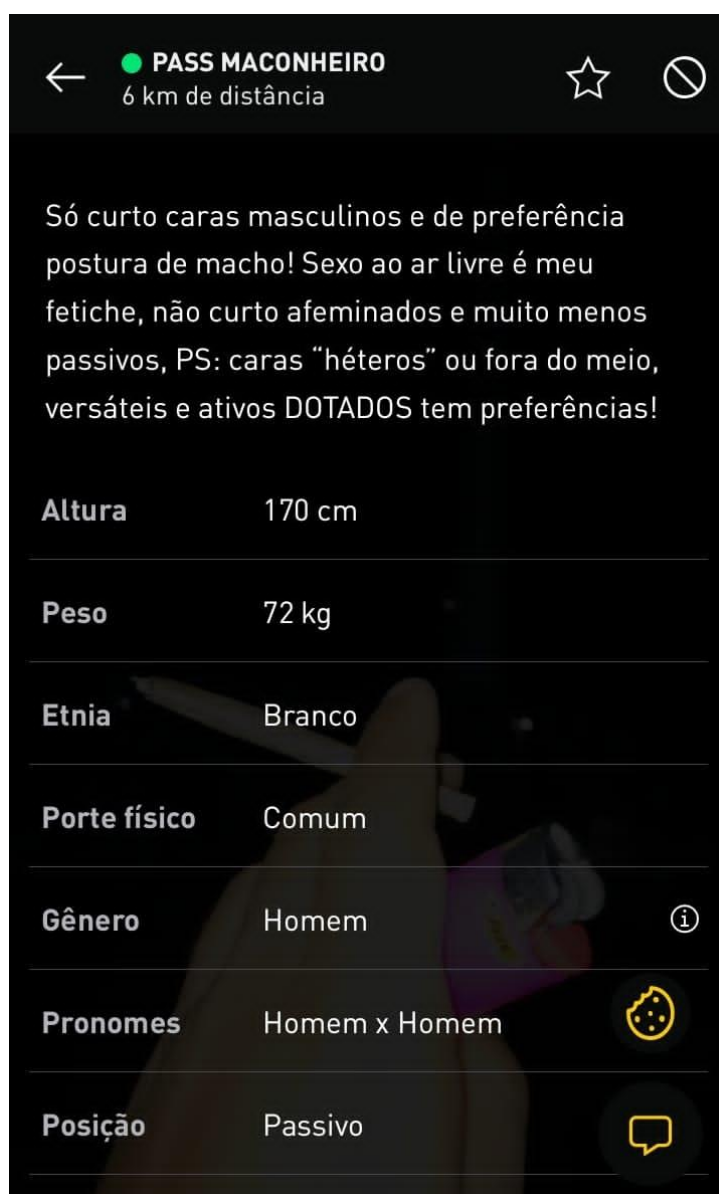
Utilizamos como critério para separar os perfis nas pastas a observação de palavras-chave presentes ora no título do perfil, ora nas descrições referentes à parte “sobre mim”. Escolhemos, especificamente, as opções abertas para nome e a opção “sobre mim”, pelo fato de serem partes em que o próprio usuário escreve e, assim, há mais possibilidade de encontrarmos modelos e conceptualizações culturais nos discursos individuais. Entretanto, não desconsideramos totalmente as opções fechadas de “tribos”, “gênero” e “posição”, visto que são informações que se referem à identidade cultural dos sujeitos. Logo, tomamos essas outras informações dos perfis, quando elas aparecem, como critério complementar para a discussão dos dados.

Inicialmente, também cogitamos considerar a variável “idade”. Entretanto, percebemos que, por não ser uma opção obrigatória como o nome, e tampouco uma opção popular no aplicativo como a parte “sobre mim”, muitos perfis acabam não mostrando a idade. Inclusive, o próprio aplicativo disponibiliza a opção de esconder ou mostrar a idade, como podemos ver na figura 2. Portanto, optamos por não considerar essa variável.

4) Busca por palavras-chave e observação de padrões textuais em perfis

Nesta etapa, num primeiro momento, observamos os títulos dos perfis e as descrições da parte “sobre mim”, com o propósito de elaborar critérios de seleção dos perfis que apresentassem alguma menção às formas como os sujeitos categorizam a masculinidade homossexual. Para ilustrar esses procedimentos, apresentamos, a seguir, um perfil que armazenamos em nosso banco de dados. Tomamos a liberdade de usar o perfil em questão, pois não apresenta nomes pessoais e nem imagem pessoal que possa identificar o dono do perfil:

Figura 5: Exemplo de perfil do Grindr



Fonte: Banco de dados do pesquisador, 2022.

Conforme ilustrado neste perfil, ao navegarmos pelo aplicativo, observamos um padrão textual seguido pelos usuários: apresentação de uma descrição pessoal e informações sobre o que curtem e o que não curtem em parceiros. Além disso, podemos ressaltar algumas palavras recorrentes no aplicativo, que fazem referência à masculinidade, tais como: Curtir, passivo, ativo, dotado, macho, afeminados e masculino. Essa primeira etapa serviu para observarmos as palavras mais recorrentes, a partir do levantamento de palavras utilizadas pelos usuários, como as palavras mencionadas anteriormente e outras do mesmo campo semântico. A fim de armazenarmos, no banco de dados, os perfis encontrados, decidimos utilizar o método de busca por palavras-chave, proposto como procedimento metodológico da Linguística Cultural (SHERIFIAN, 2018)

Além da observação das caracterizações mais recorrentes acerca da masculinidade, pertencentes à primeira categoria que criamos – cujos perfis foram armazenados na primeira pasta que criamos no Drive –, também observamos as caracterizações mais recorrentes dos perfis que pudessem pertencer à segunda categoria que reformulamos – armazenados na segunda pasta. Objetivamos, nesta fase da coleta, perceber como os usuários categorizam seus corpos e suas vivências sexuais, formando também categorias identitárias que pudéssemos dividir em categorias de análise.

5) Seleção dos perfis para análise

A partir das pastas do Drive de título “perfis com menção à masculinidade-padrão” e “perfis que contestam a masculinidade-padrão”, separamos 10 perfis de cada pasta para compor, de fato, o nosso *corpus* de análise. Transcrevemos os dados dos perfis em um arquivo Word. Utilizamos como critério de seleção a originalidade das descrições, isto é, desconsideramos repetições textuais e perfis semelhantes no conteúdo. Nesse sentido, por exemplo, perfis que apenas apresentam uma frase, do tipo “não curto afeminados” foram suprimidos, visto que não apresentam muitas informações ou mesmo informações novas. Damos, ainda, prioridade aos perfis que continham *emojis* e *tags*, a fim de possibilitar uma análise multimodal, assim como a perfis quantidade razoável das palavras-chave utilizadas como critério para a seleção do *corpus*, ou seja, priorizamos perfis com descrições maiores para que a análise fosse mais robusta, do ponto de vista qualitativo. A partir do arquivo das transcrições, foi possível contar as palavras, tags e emojis mais recorrentes, para a posterior geração de gráficos quantitativo-descritivos.

4.2 Procedimentos de análise dos dados

Levamos em consideração os objetivos específicos da dissertação para a criação de categorias de análise, sem perder de vista o objetivo geral de analisar/identificar o modelo de masculinidade mais recorrente no aplicativo, na interface entre Linguística Cognitiva e estudos Queer. Além disso, nos norteamos pela hipótese levantada no início do trabalho de que os discursos on-line do Grindr evidenciam a busca por uma masculinidade prototipicamente heterormativa, ao passo que gays afeminados são rejeitados por suas performances subversivas e por se distanciarem do modelo socioculturalmente idealizado de homem.

Primeiramente, foi necessário criar a intersecção dos conceitos-base entre as duas áreas trabalhadas que fossem capazes de explicar as problemáticas da temática já levantada nos capítulos teóricos, mas ainda sem uma sistematização voltada para a análise dos dados. Logo, criamos os seguintes pontos teóricos a serem discutidos e operacionalizados metodologicamente: a) o MCI radial de masculinidade homossexual, levando em consideração o centro prototípico e a categoria periférica; b) metonímias corporais e estereótipos de gênero; c) oposições aos ideais culturais/paródias de gênero.

O primeiro ponto diz respeito à construção das categorias que utilizamos para organizar os dados: perfis que fazem menção à masculinidade-padrão, como categoria central, e perfis que contestam a masculinidade-padrão, como categoria periférica. O segundo ponto envolve processos de categorização da masculinidade por meio de partes corporais, sendo que muitos modelos metonímicos ou casos de seleção de modelos ideais de homens, por exemplo, envolvem a estereotipia (LAKOFF, 1987). Por isso, essa categoria de análise engloba questões relacionados ao comportamento dos parceiros, isto é, uma série de atos performativos que caracterizam noções culturais de gênero e que podem variar ou não entre os usuários da plataforma. Já o quarto ponto engloba os perfis que contestam ou mesmo desviam do modelo idealizado de masculinidade, mobilizando o conceito de subversão de gênero.

As categorias de análise foram organizadas a partir de três eixos: os elementos verbais, selecionados a partir da recorrência das palavras-chave contidas nas descrições abertas e nas tags, assim como os elementos visuais, como imagens e emojis, utilizados tanto nos títulos, quanto nas descrições abertas. Discutimos qualitativamente os 10 perfis de cada categoria, de modo que cada perfil fosse discutido apenas uma vez independente do foco em tag, emoji ou palavras da descrição aberta. Em termos de apresentação dos dados, decidimos apresentar a captura de tela dos perfis selecionado, visto que a maioria não apresenta identificações, tendo sido apagadas quando aparecem. Além disso, também elaboramos gráficos quantitativos, a fim de discutir as ocorrências mais recorrentes de palavras-chave, tags e emojis. Ao final, realizamos uma discussão comparativa dos dados.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez apresentado o desenho dessa pesquisa, sua justificativa e objetivos, feita a revisão bibliográfica da teoria que embasa nossa discussão, e detalhada nossa metodologia, objetivamos, nesse capítulo, apresentar os perfis do aplicativo *Grindr* selecionados, a fim de discutirmos as nuances que rodeiam o tema dessa dissertação, as masculinidades no aplicativo e os ideais de homem na cultura virtual.

Visando seguir os passos das categorias de análise de forma estrutural, o texto deste capítulo se divide em duas partes principais, com base nos tipos de menções que os perfis fazem em suas descrições, possibilitando a criação dos seguintes tópicos: perfis que mencionam a masculinidade-padrão e perfis que contestam a masculinidade-padrão.

5.1 Perfis que fazem menção à masculinidade-padrão: os *emojis*

Os *emojis* têm ganhado o interesse de pesquisadores da Linguística, cada vez mais, por serem frequentes nos textos multimidiáticos e possuírem uma carga semântica, ora complementar, ora independente, do discurso verbal. Muitos *emojis* usados no *Grindr* seguem a mesma lógica daqueles utilizados em redes sociais, tais como *Twitter* e *Instagram*, afinal, são imagens com um alto grau de convencionalização numa mesma comunidade, como a comunidade LGBTQ+. Sendo assim, eles funcionam como códigos cujo significado só pode ser desvendado por quem pertence ou tem familiaridade com o contexto homoerótico.

Por exemplo: os *emojis* de berinjela roxa e de uma pera rosada, comumente utilizados para representar pênis e bunda, respectivamente, são utilizados na comunidade, com o acréscimo de que o *emoji* da berinjela pode ser usado para representar o homem ativo (aquele que penetra) e a pera representar um homem passivo (aquele que é penetrado). Os *emojis* encontrados nos perfis analisados encontram-se no quadro a seguir:

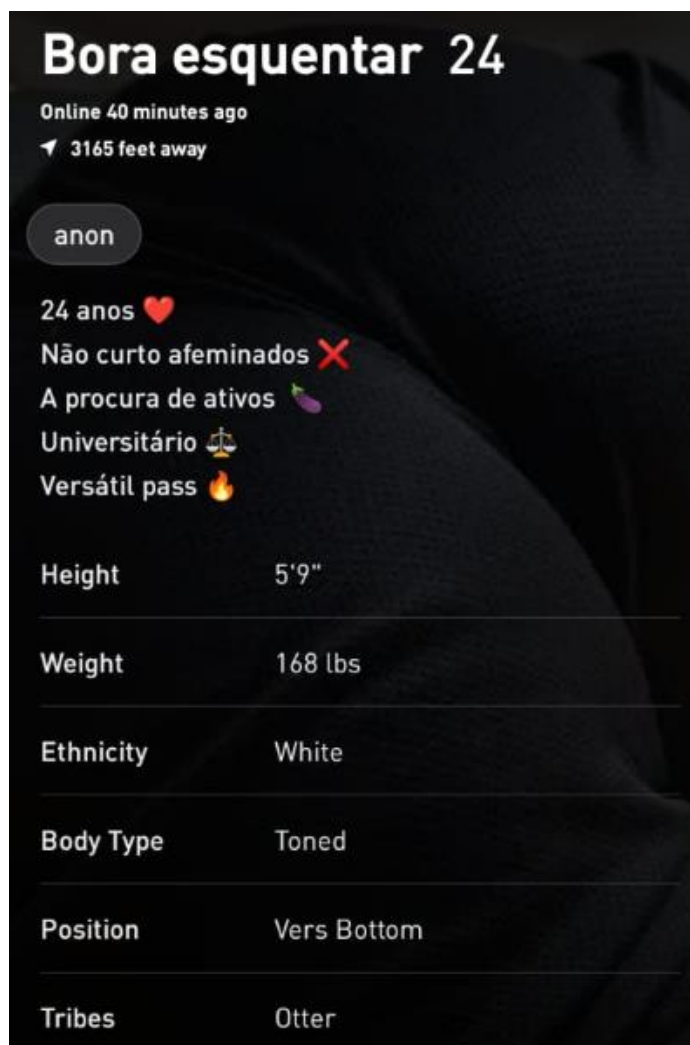
Quadro 1: *Emojis dos perfis que fazem menção à masculinidade-padrão e seus significados.*

DESCRIÇÃO	EMOJI	SIGNIFICADO
Um cometa caindo		Rápido, agora
Uma berinjela		Pênis, dotado, ativo
Três gotas de água		Ejaculação; prazer
Uma berinjela + três gotas de água		Masturbação; Brotheragem
Um X vermelho		Não curto
Coração vermelho		Preferência; gosto
Uma balança		Universitário
Um fogo		Fogoso, com desejo
Mão fechada com dedo indicador apontando para a direita		Leia; ênfase em palavras
Mão fazendo o símbolo icônico da paz		Sigilo; de boa

Fonte: Elaboração do pesquisador.

O uso dos *emojis* de maneira não-codificada, ou seja, com o significado descrito explicitamente pode ser visualizado no dado a seguir. Este não costuma ocorrer com frequência, uma vez que eles se constituem como gírias de resistência ou códigos que só podem ser interpretados pelos membros da comunidade gay usuária de redes sociais.

Figura 6: captura de tela do dado 1

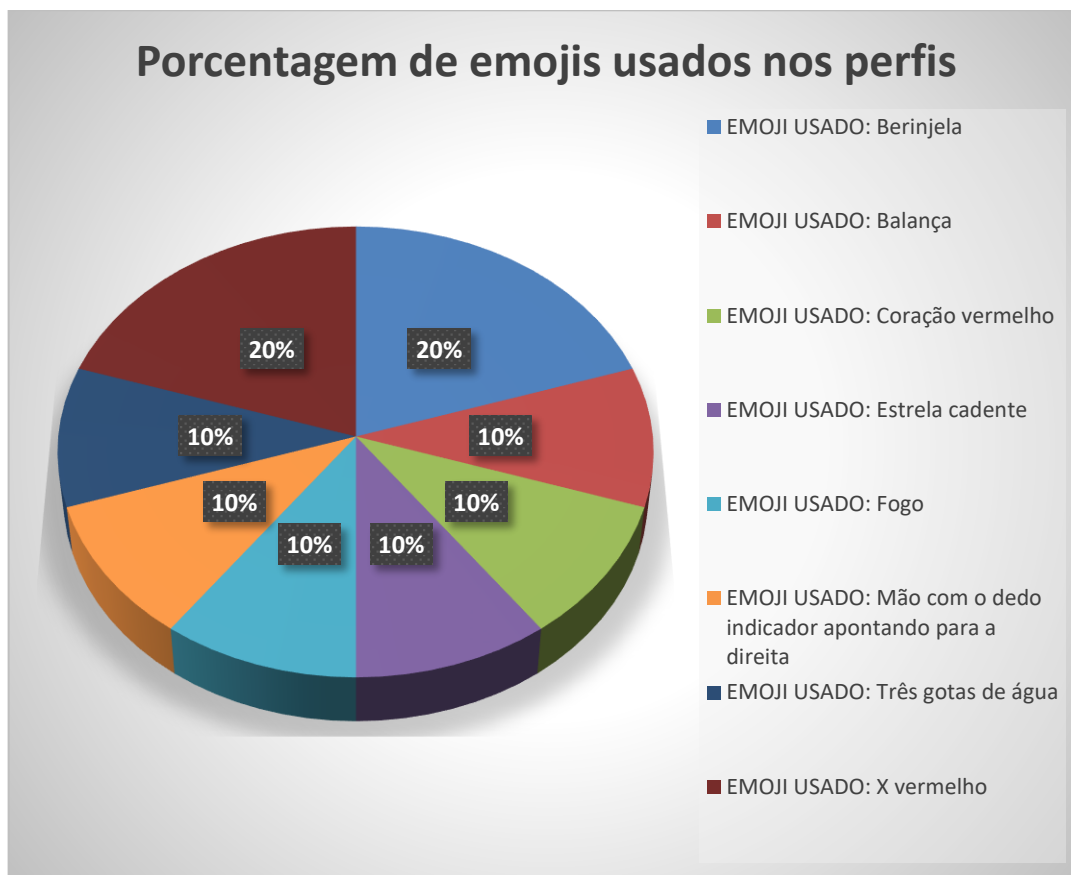


Fonte: Banco de dados do pesquisador

No dado 1, os *emojis* apenas representam as descrições escritas: o coração representa uma idade que o usuário tem e prefere, o “X” em vermelho serve como proibição ou negação aos afeminados, a berinjela representa o pênis do ativo, a balança representa um homem universitário e o fogo representa vontade sexual. A imagem do perfil é uma foto de uma bunda, que representa metonimicamente a performance sexual atribuída ao gay passivo, assim como confirma a busca pelo parceiro sexual ativo, representado metonimicamente pelo falo/berinjela.

Cabe agora observar, de maneira panorâmica, a porcentagem dos *emojis* mais recorrentes nos dados:

Gráfico 1: *Porcentagem de emojis usados nos perfis que fazem menção à masculinidade-padrão*

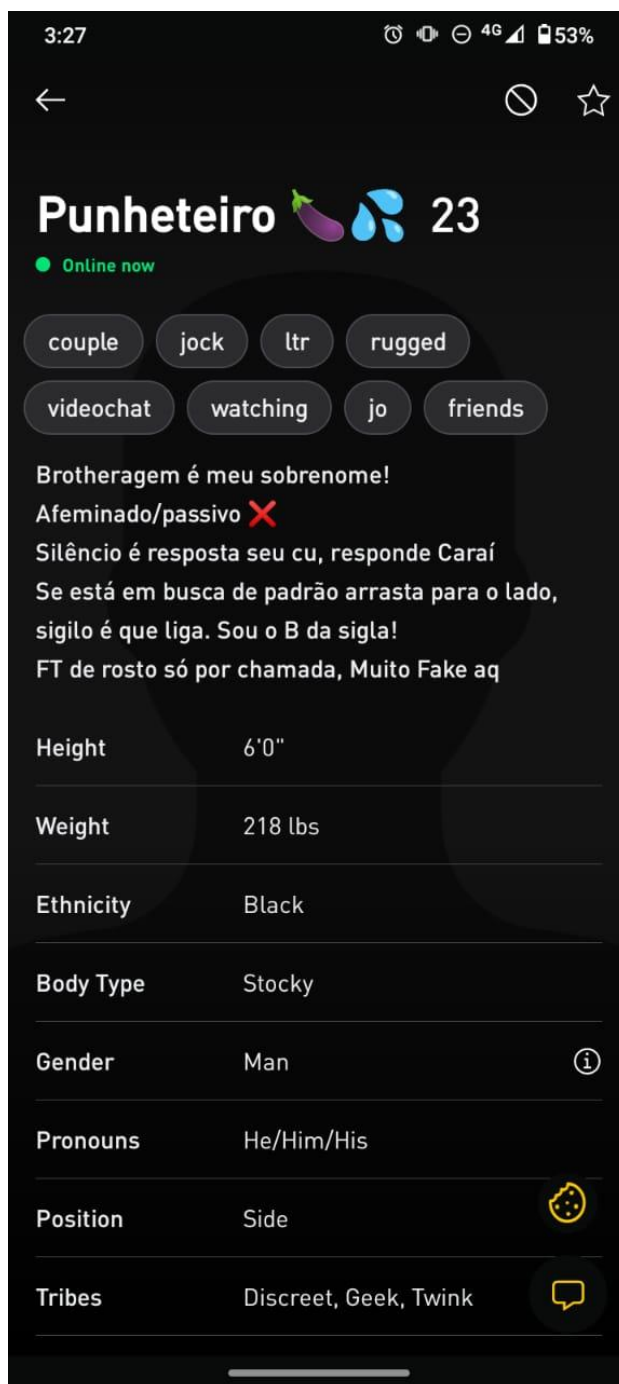


Fonte: Gerado a partir dos perfis do banco de dados do pesquisador

Temos como os mais frequentes a berinjela e o “X” vermelho de negação. Essa recorrência é provável pela grande busca e valorização do falo na relação sexual – o que reproduz a lógica falocêntrica da heteronorma –, assim como a busca e valorização da posição de ativo, por um lado, e da negação de passivos e afeminados, por outro – o que se configura como uma reprodução da lógica misógina e afeminofóbica da heteronorma –, por parte dos usuários da plataforma. A ocorrência desses *emojis* também evidencia a sensível barreira cultural e hierárquica entre as categorias homem-mulher, masculino-feminino e ativo-passivo, uma vez que aponta a posição privilegiada de homem dominador.

Assim como no dado 1, no dado 2 o perfil deixa bem clara a adoção desse discurso heteronormativo:

Figura 7: captura de tela do dado 2



Fonte: Banco de dados do pesquisador

Nesse caso, entretanto, temos um novo significado, que pode ser atribuído pela combinação de dois emojis no título do perfil. Essa combinação é utilizada com frequência no meio virtual para representar o ato de masturbação, mais especificamente associada, na comunidade, à prática de brotheragem - homens que masturbam uns aos outros, mas continuam se identificando como heterossexuais. Dessa forma, a prática sexual é reduzida ao ato de penetrar e ser penetrado, tal como ocorre nas relações heteronormativas. O significado atribuído

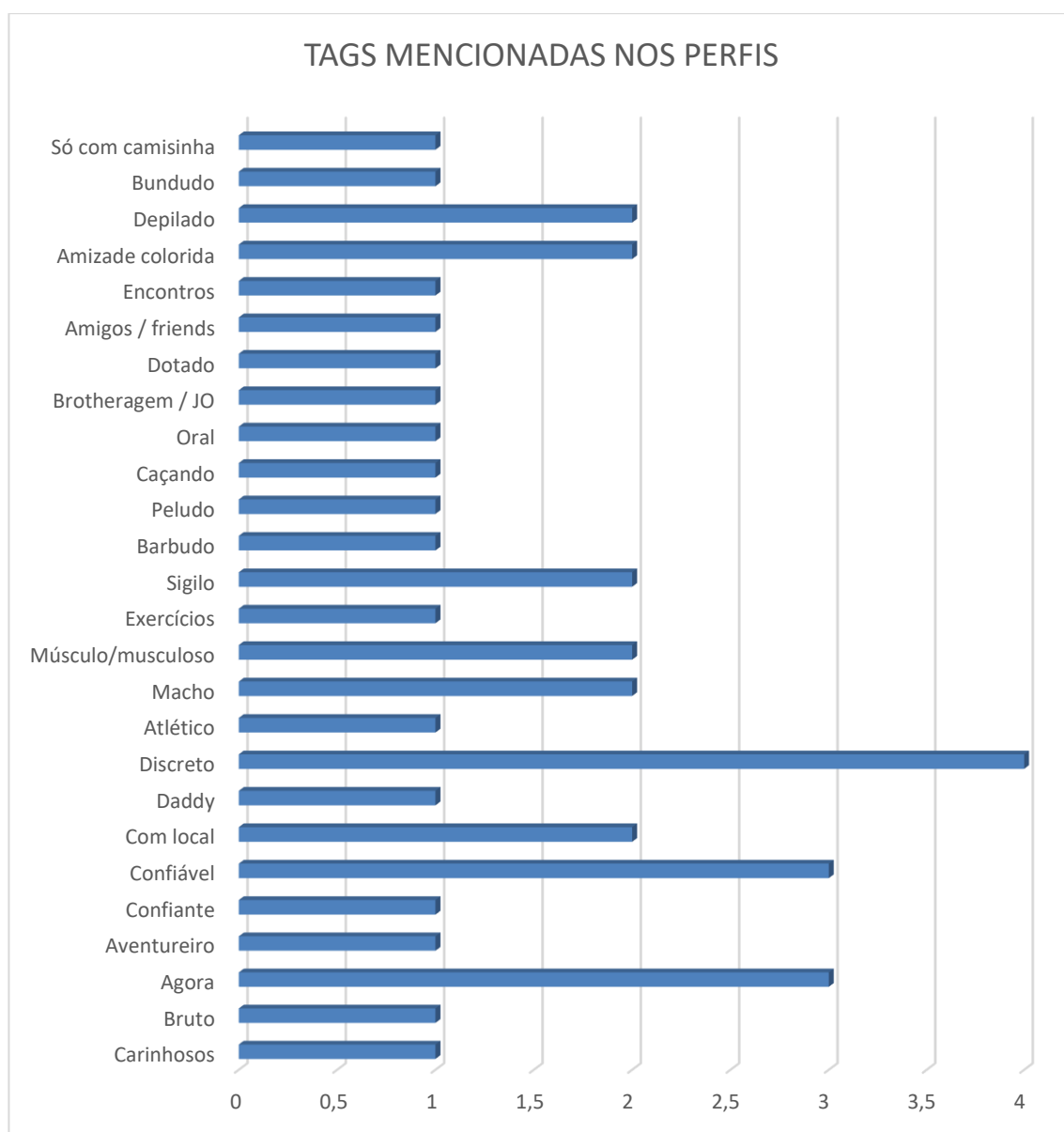
à combinação de *emojis* é confirmado com o uso a tag “jo” (masturbação em inglês) e com a primeira frase escrita da descrição aberta: “brotheragem é meu sobrenome”. Além disso, o perfil se considera da tribo dos discretos, ao mesmo tempo em que utiliza o “X” de negação, associado à descrição “perfis afeminados”, ou seja, esse usuário não se interessa por homens com características tidas como femininas e também reconhece não performar nenhum grau de feminilidade.

Essa negação aos afeminados parece ser contraditória, afinal, ele critica a procura por padrões na descrição aberta, mas, nesse caso, “padrão” é usado apenas em relação à beleza e imagem corporal, ou seja, o usuário reconhece haver padrões de beleza que são muito procurados no aplicativo. Entretanto, não percebe que descreve uma busca por um ideal heteronormativo de relacionamento sexual. Isso é comum, afinal, as discussões sobre a influência dos padrões de beleza compartilhados pelas mídias são amplamente discutidas, enquanto as questões relativas à categorização da masculinidade e de padrões relacionados ao que se entende por masculino e feminino ainda são debates restritos ao meio acadêmico.

Isso acontece também pela aparência de naturalidade do gênero citada por Butler (2003). Essa naturalidade nada mais é que uma sequência de normas culturais enraizadas cognitivamente, que faz com que tenhamos a ideia de que os gêneros sempre foram daquela forma e com aquelas restrições binárias, sendo difícil perceber outras possibilidades fora desse mundo criado discursivamente ao longo do tempo.

5.2 Perfis que fazem menção à masculinidade-padrão: as *tags* e as descrições abertas

Voltemos nossa atenção agora para as *tags* e para as descrições abertas dos perfis. As *tags* funcionariam como *hashtags*, entretanto, sem um hiperlink, acabam servindo apenas para listar interesses e/ou descrever o usuário. Atualmente elas servem para filtrar os perfis para encontrar parceiros. Entretanto, assim como o filtro por “tribos”, isto é, por grupos, não é uma ferramenta eficaz, pois apresenta resultados com poucos perfis, em média seis, além de ser uma ferramenta nova, ainda se popularizando entre os usuários. De toda forma, dos dez perfis coletados, sete possuem *tags*. Apresentaremos, então, as *tags* mais recorrentes nos dados:

Gráfico 2: *Recorrência de tags nos perfis que fazem menção à masculinidade-padrão*

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados do pesquisador.

Com base no gráfico 2, podemos perceber que a *tag* mais recorrente é “discreto”, seguida por “confiável” e “agora”. A menção à discrição está relacionada a não ser assumido socialmente como homossexual e, para além disso, é estar seguramente escondido, ou seja, é considerar-se um bom *performer* do seu gênero e um usuário confiável para guardar o segredo de usuários semelhantes e confiáveis, que procuram a segurança do anonimato nas relações do “agora”, remetendo a uma satisfação imediata do desejo sexual.

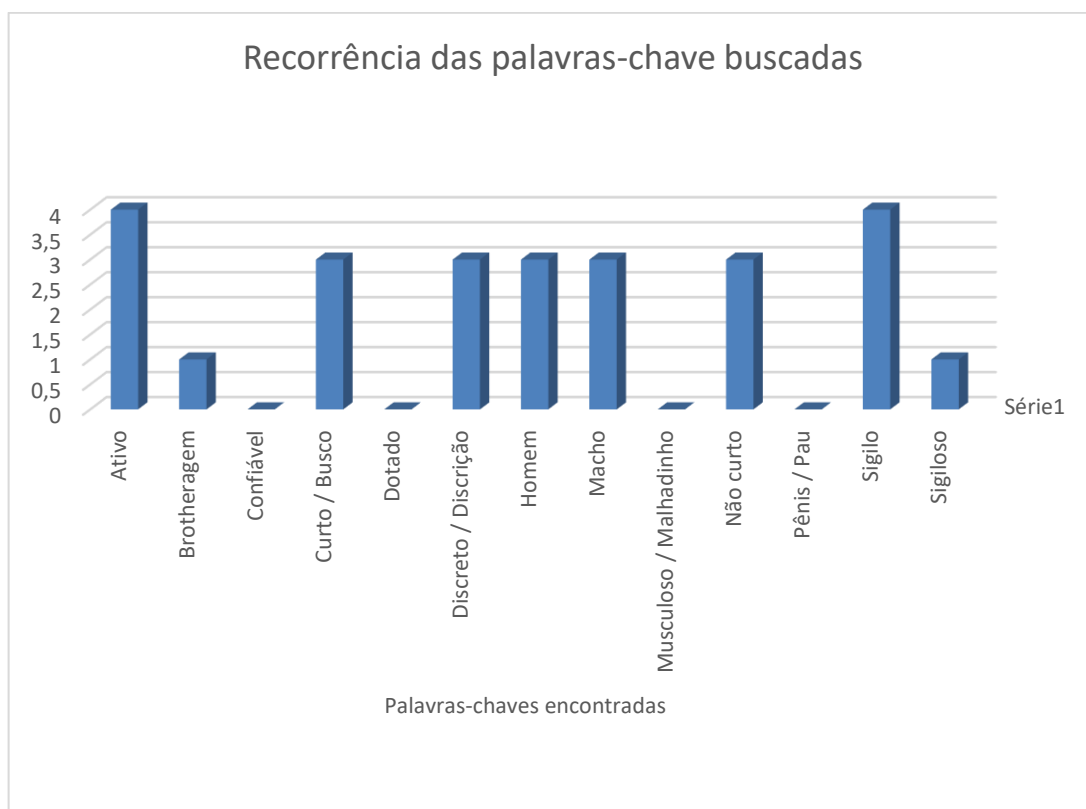
Esse termo “agora”, frequente no aplicativo, é usado para deixar clara a intenção de transar naquele exato momento, mas também de afirmar implicitamente, mas não necessariamente, que não há interesse de cultivar uma relação por mais tempo e com mais

afetividade para além daquele momento: é apenas um encontro casual para suprir as necessidades sexuais.

Não é à toa que outras *tags* da mesma carga semântica como “sigilo”, “macho” e “amizade colorida” também aparecem com certa frequência; afinal, essa busca pelo macho discreto/sigiloso nas suas ações perpassa por uma relutância em assumir o real propósito do aplicativo, isto é, relacionar-se sexual e romanticamente com outros homens, além de aproveitar do fator anonimato produzido pelo meio virtual. Por isso, grande parte dos usuários acaba renomeando as práticas como apenas relações de “solidariedade” entre Brothers/amigos, o que caracteriza a “brotheragem” e a “amizade colorida”. Esses eufemismos parecem retornar ao passado, em que as relações homodesejantes eram tidas socialmente como sujas e vergonhosas e sua prática deveria ser mantida em segredo para não diminuir a posição dos homens e manchar a masculinidade.

Esses termos encontrados com mais frequência nas *tags* também são recorrentes nas descrições abertas dos perfis, como podemos observar no gráfico das palavras-chave encontradas nessas descrições:

Gráfico 3: *Recorrência de palavras-chave nas descrições abertas dos perfis que fazem menção à masculinidade-padrão.*



Fonte: Elaborado a partir do banco de dados do pesquisador

A discrição e o sigilo, mais uma vez, representam os pontos principais da paródia do modelo hetero buscado ou performado pelos usuários. Butler (2011) explica que a heterossexualidade é compulsória e uma paródia de si mesma, na medida em que tenta estabelecer comportamentos estanques, fantasiosos e caricatos, que dizem muito mais respeito a uma prescrição de “como um homem deve ser” do que àquilo que, de fato, é performado na prática. No caso de “sigiloso”, somado a “sigilo” e “ativo”, categorias de maior predominância nas descrições abertas – e que retoma, mais uma vez, o homem discreto que se relaciona com outros homens de maneira anônima – o que parece mais provável é que a discrição esteja associada não apenas a se assumir abertamente como gay ou *queer* fora do aplicativo, mas também a uma discrição comportamental, relacionada a não se adotar performances lidas socialmente como femininas, uma vez que destoariam da heteronorma estereotipada para a performance de gênero masculina, culturalmente construída através da atribuição de papéis de gênero estanques na sociedade.

Mas como explicar essa grande recorrência de *tags* e palavras-chave relacionadas a um estereótipo de masculinidade típico de uma configuração heterossexual de papéis de gênero tão bem demarcados, inclusive em relação à sexualidade, em uma comunidade como a comunidade gay? Uma resposta possível pode ser encontrada nos trabalhos de Butler (2002), especificamente quando a filósofa afirma haver um vigiar dos atos performativos de gênero e uma punição para aqueles que se afastam da masculinidade que consideramos cognitivamente como prototípica, culturalmente armazenada no nosso conhecimento enciclopédico, do que é ser homem. Logo, infere-se que, até mesmo os usuários que não se veem representados pelo modelo de masculinidade veiculado pelo aplicativo, acabam utilizando essas nomenclaturas e essas *tags* para serem aceitos.

Essa discrição exigida nos perfis também corresponde ao ato locucionário de correlacionar heteronormativamente gênero masculino a um determinado *script* sexual, os seja, um conjunto de traços e gestos que compõem a masculinidade culturalmente, Silva (2000) descreve alguns desses traços como a forma de andar, a entonação da voz, a falta de sensibilidade na linguagem e a virilidade, além de características físicas como o corpo musculoso e traços psicológicos como o heroísmo e a bravura, que são historicamente construídos para produzir uma hierarquia social entre corpos masculinos e corpos femininos para a sociedade.

Entretanto, os corpos podem se apropriar de expressões de gênero diferentes do esperado pela norma, como demonstrado pelas paródias artísticas das *drags*, - que comentamos

na subseção 3.1.3–, em que um artista se transveste do gênero oposto com o qual se identifica e cria uma personagem caricata com base nas características estereotipadas de cada gênero, e a subversão do performer, que acontece quando a pessoa percebe esses atos performativos emblemáticos e resolve subverter a norma ao performar ora traços tidos masculinos, ora traços femininos. Isso pode acontecer no âmbito externo e visual ou até mesmo sexual/na identidade de gênero que é o caso dos gêneros fluidos e das pessoas não-binárias.

Em última análise, as crenças sobre performances de gênero e sexuais associadas à masculinidade e a feminilidade são compartilhadas socioculturalmente e instanciadas no sistema cognitivo por meio do sistema linguístico e das nossas experiências coletivas e convencionalizadas dessas categorias (TEIXEIRA, 2019).

Claramente, essa explicação não se trata de uma inferência óbvia e ela só é possível fazer no âmbito de uma pesquisa etnográfica, isto é, uma pesquisa em que o pesquisador faz parte da comunidade investigada e conhece o funcionamento dos grupos e do espaço dos discursos. Todavia, para além do fator da vivência cotidiana do pesquisador, podemos confirmar essa inferência também com um dicionário online das tags do *Grindr*, produzida pela própria organização do aplicativo. Comparemos as definições das tags *discreto* e *afeminado*:

Discreto: Quer manter sua vida privada privada. Essa pessoa pode ou não saber sobre sua identidade LGBTQ ou seus fetiches.

Afeminado: Termo para alguém que se considera feminino. Alguém que se identifica como homem afeminado provavelmente é excitado pela sua degradação implícita.

(Fonte: Guia do Grindr. Disponível em: <https://help.grindr.com/hc/pt/articles/4483168490131-Gloss%C3%A1rio-das-Tags> acesso em: 20/11/2022)

É possível perceber que enquanto a tag *discreto* define um usuário que quer manter sua vida privada em segredo/sigilo, o usuário afeminado é provavelmente excitado por ser publicamente degradado; ou seja: humilhado por ter traços femininos, já que, segundo o glossário das tags, ser homem é manter tudo o que “degrada sua masculinidade” privado, em sigilo.

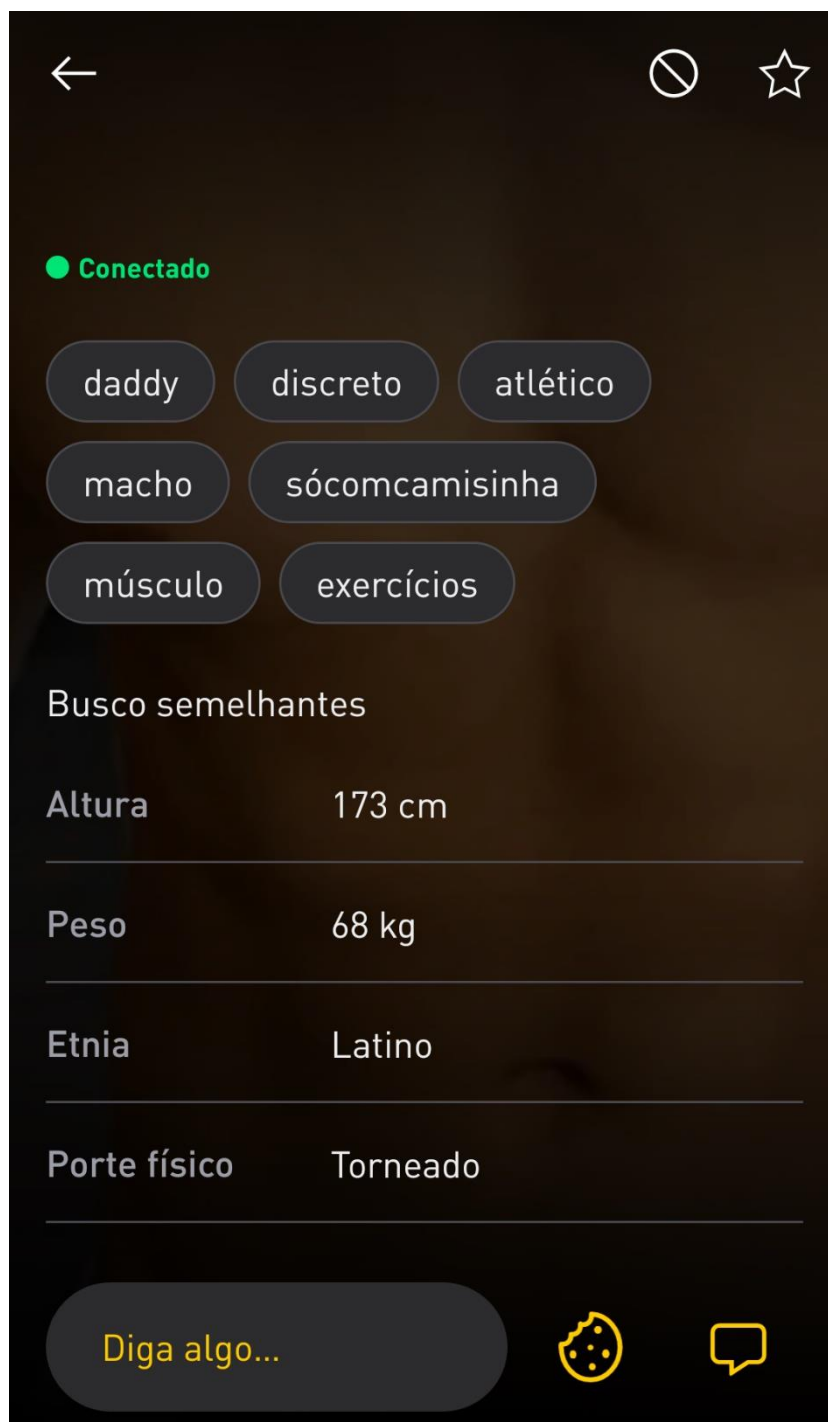
Historicamente, essa necessidade de excluir o feminino do modelo ideal de homem perpassa a cultura e a sociedade em um culto à masculinidade, a fim de manter sua hegemonia e superioridade acima dos sexos tidos como “invertidos”, isto é, a mulher e o homossexual (SILVA, 2006).

Ao tratar do conceito de gênero na construção cultural da diferença dos sexos, Silva (2000; 2006) explica que até o século XVIII não existia um modelo de sexualidade, sendo algo pertencente à modernidade. Assim, como não havia um termo para sexualidade nem um modelo sexual para homem e mulher, a sociedade burguesa começou a estabelecer normas da diferença sexual entre ambos. Nesse momento, a mulher era considerada um homem invertido, o modelo de perfeição humana era o corpo masculino, a presença do falo o colocava como mais bem desenvolvido.

Segundo Silva (2000; 2006), o domínio masculino sobre o feminino também se formou pela oposição à suposta sensibilidade dos ossos do corpo feminino e também quanto ao prazer erótico. Essa visão conservadora do que é ser homem e mulher persiste, tanto na visão estereotipada de homem, quanto na de mulher e na consequente associação à postura feminina a uma postura inferior e considerada como degradante e menos desenvolvida. Essa mesma postura feminina atrelada a um homem é reprimida já que é como se houvesse uma negação do privilégio de ser homem para se rebaixar a performar um gênero inferior.

Vejamos agora as tags complementando a informação da descrição aberta e da imagem do perfil do dado 3, na ordem de seleção dos dados, para observarmos ainda mais esse modelo de homem ainda vigente nas relações modernas.

Figura 8: captura de tela do dado 3



Fonte: Banco de dados do pesquisador

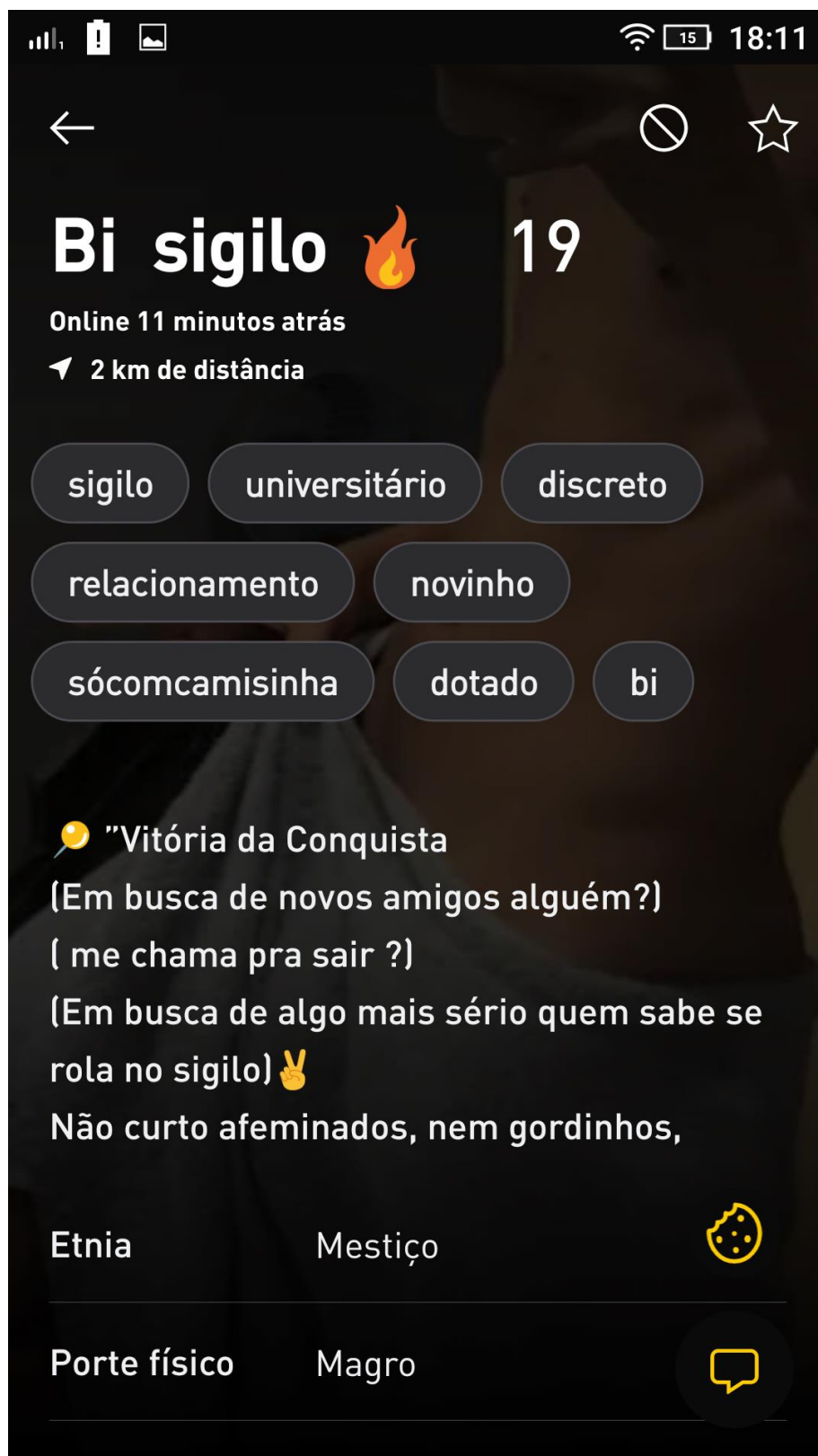
Esse perfil em questão apresenta como imagem de perfil uma foto de abdome musculoso de um homem branco e as tags escolhidas pelo usuário servem para reforçar esse modelo de homem discreto em sua performance homodesejante, musculoso e atlético no físico. A primeira tag, “daddy”, papai em português, é usada pela comunidade para se referir a homens com porte de provedores, fortes, bonitos e maduros, que corresponde justamente à imagem patriarcal das

relações heterossexuais. Silva (2000) afirma que o ideal de homem também está envolvido nesses papéis sociais do homem antigo que saía para trabalhar enquanto a mulher ficava responsável pelas atividades domésticas, e essa nuance desse ideal patriarcal também aparece aqui nas relações homodesejantes.

Já na descrição aberta, o usuário do perfil diz “procurar por semelhantes”, o que é facilmente retomado pelo discurso de modelo estereotipado de homem que circula no aplicativo e pela foto escolhida como imagem de perfil, que pode ser metonimicamente interpretada como “ABDOME MUSCULOSO POR HOMEM”.

Buscar o mesmo e não se atrair pelo “oposto” é defendido pela máscara da preferência sexual nas descrições abertas dos dados 3 e 4:

Figura 9: captura de tela do dado 4



Fonte: Banco de dados do pesquisador

Entretanto, até mesmo nossas preferências são cognitivamente aprendidas e culturalmente convencionadas para um projeto de gênero, visto que são discursos de

ideologias vigentes. O projeto de homem musculoso e viril perpassa não apenas por uma supervalorização da aparência física lida como máscula, mas também pela negação dos corpos desviantes, associadas metonimicamente a cabelo longo, gays afeminados e gays acima do peso, traços que são abarcadas pelo termo preferências, sintetizadas na ideia de “não sou/ não curto”, “como se se tratasse de uma questão de preferência e não de violência” (SARAIVA *et al.*, 2019, p. 124).

Esse tipo de perfil, ilustrado no 4, trata as características femininas como diminuição do homem e excluem os perfis dos homens com feminilidade do alvo de viver relações, o que caracteriza uma homofobia dentro da própria comunidade ou, numa análise mais profunda, uma misoginia disfarçada de preferência.

Segundo Butler (2002) não tem como haver preferência fora da normativa social: o desejo por pênis, peitos, etc. não é arbitrário, mas parte do discurso que constrói o corpo ao desconstruí-lo e reparti-lo, o que explicaria a “preferência” por magros, brancos, novos e malhados como resultantes também da cognição socialmente situada e das categorias relativas ao que pode ser desejado e ao que é bonito. O sigilo e a descrição também fazem parte desse movimento rumo à manutenção de um armário virtual e de uma heterossexualidade compulsória. O usuário busca algo mais sério, um relacionamento, mas deixa bem delimitado como seu futuro namorado precisa ser, já que não curte afeminados nem gordos.

A exclusão do corpo afeminado deixa claro mais uma vez esse modelo de masculinidade estanque e heteronormativo. Segundo Rosch (1978), esse tipo de modelo clássico de categorização é característico da forma como a psicologia entendia categorias no passado, como segmentos estanques e discretos, em que não haveria relação entre as categorias. Para a autora (1978), categorizamos as coisas, pessoas e experiências por meio das nossas vivências pessoais, portanto, esse processo depende de muitos fatores: a intenção do interlocutor, a influência dos atributos e a interação do sujeito com o mundo físico.

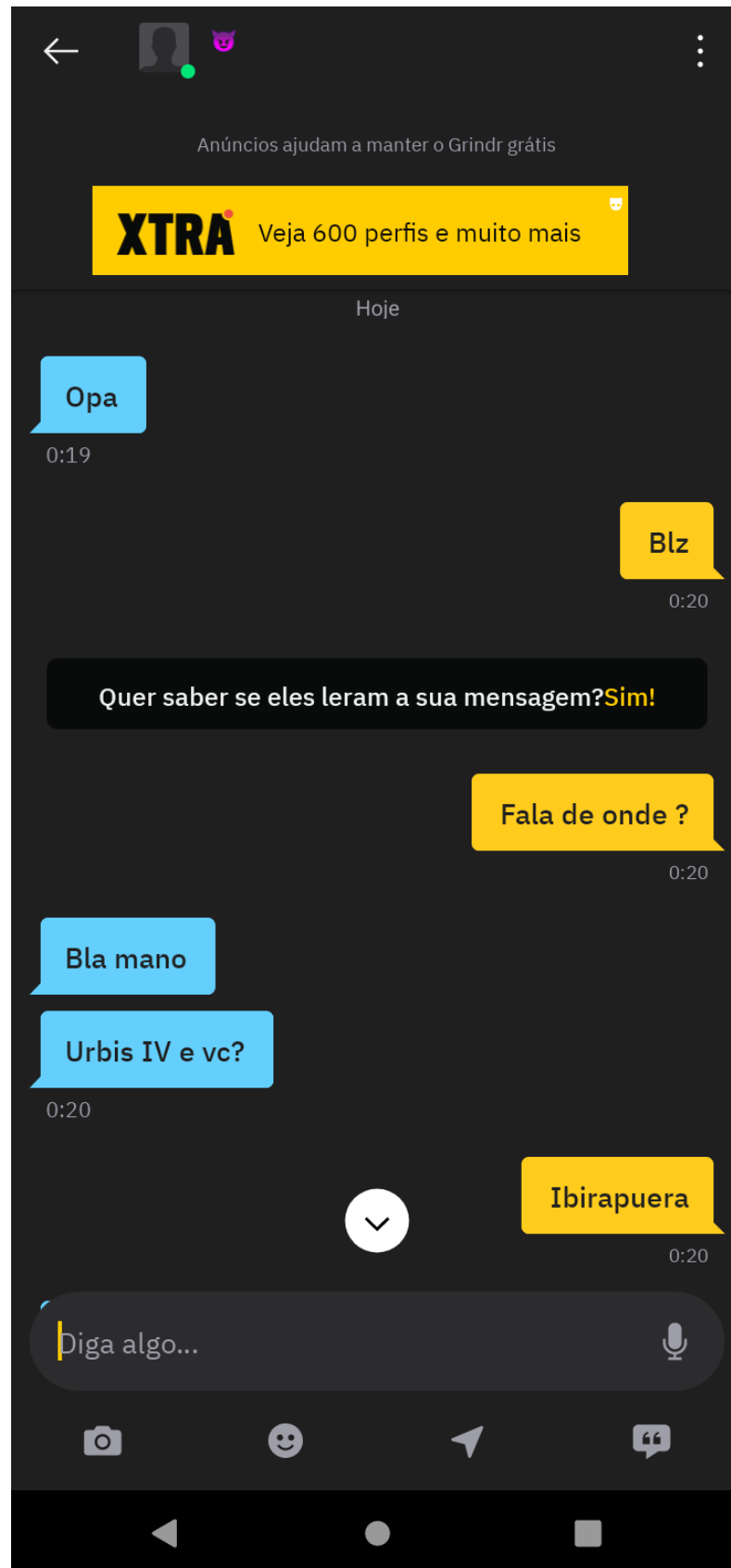
Estes princípios demonstram a extensão cultural da categorização, visto que a economia cognitiva e a estruturação do mundo percebido influenciarão o nível de abstração das categorias formadas culturalmente. Logo, esse usuário entende masculinidade como uma categoria fechada e o modelo cognitivo idealizado de homem discreto, isto é, sem trejeitos, sem atos performativos de outro gênero, pois isso o colocaria em outra categoria, a categoria dominada. Esse relacionamento no sigilo que o usuário procura está de acordo com uma máxima social, seja gay, mas não pareça gay.

“Procurar por semelhantes” significa reconhecer a existência de um protótipo com atos performativos bem delimitados de homem e de masculinidade. Nesse sentido, é visível a noção

de estereótipo como uma representação mental não muito acurada da realidade e influenciada pela cultura e pela interação dos sujeitos com o ambiente (PUTNAM, 1975). Ambos, o protótipo e o estereótipo, carregam informações semânticas importantes para categorizarmos informações no nosso sistema cognitivo. Entretanto, quando a informação perpassa por um julgamento valorativo social, torna-se um estereótipo, como neste caso, em que temos uma estereotipia de gênero está associada ao que se espera ou se deseja de um comportamento masculino.

A questão do ambiente torna-se um frame previsível no Grindr, pois o aplicativo construiu um ambiente virtual em que as relações pelas quais se busca estão se tornando rígidas, com características próprias e regras de comportamento. Nos chats, a abordagem normalmente ocorre de duas formas: ou o usuário curte o perfil de outro para demonstrar interesse, ou manda mensagem; essas mensagens podem variar, mas existe um padrão de perguntas iniciais, tais como: “fala de onde?” “O que curte?” “Procura o que?” “Passivo ou ativo?” “Tem local?” Essa primeira abordagem é primordial para vigiar as performances de gênero: um “oi” com mais de um “i” é, por exemplo, tido como uma abordagem de homens passivos afeminados, o que torna essa rigidez das abordagens verbais mais uma norma para padronizar relações homodesejantes por meio da régua heteronormativa. Na figura 10 podemos vislumbrar esse fenômeno.

Figura 10: Exemplo de chat do Grindr.





Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Nesses tipos de perguntas feitas nos chats e no tipo de imagem que ocupa os perfis, uma imagem mental do homem heterossexual acaba ocupando a posição de modelo prototípico de homem, mesmo que exista outras formas de ser homem e que as masculinidades sejam plurais. Assim como no exemplo do estudo de Putnam (1975), em que o tigre é representado pela imagem mental do tigre listrado de maneira tão marcada que a existência de tigres brancos parece uma anomalia, o homem, mesmo nas relações homodesejantes, é representado por um protótipo tão engessado que pode ser visto até mesmo como algo que ultrapassa o sujeito; como uma instituição: a heteronorma.

A negação ao feminino, tão recorrente nesse modelo prototípico de homem, pode ser vista na descrição aberta também do dado 5, em que mesmo que o homem seja ativo, tenha essa dominância na prática sexual, não pode ter traços femininos, isto é, é uma exigência que o modelo tenha vários traços e não há espaço para inter-relação com outras categorias. Homens gays afeminados e ativos existem com tanta frequência quanto homens masculinos passivos, mas sua existência é negada a todo instante por esses conceitos culturais relacionados a prática sexual.

Figura 11: captura de tela do dado 5

← ☆ ⓘ

Passivo c/local 46

○ Online 14 minutos atrás

A procura de ativos não afeminados, jeito de homem de verdade. Curto magros e picudos. Não sou assumido e prefiro kras sigilosos e não assumidos tbm.

Altura	180 cm
Peso	79 kg
Etnia	Branco
Porte físico	Comum
Gênero	Homem Cis ⓘ
Posição	Passivo
Tribos	Discreto
Relacionamento atual	Solteiro
Status HIV	Negativo ⓘ
Último exame	dezembro de 2020

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

A exigência do usuário é de similaridade entre posição sexual e comportamento de gênero, assim como ocorre com a relação sexo-gênero. Para o usuário, para ser ativo, isto é, assumir a posição dominante na penetração, é preciso ter “jeito de homem”, afinal, nas relações heterossexuais o homem é quem penetra e o corpo “afeminado” é penetrado.

O “jeito de homem de verdade” é posto como uma informação rapidamente subentendida pelo público-alvo, quase que uma expressão autoexplicativa, mas o que significa ter jeito de homem? e por que é tão facilmente recuperado socialmente? Ter jeito de homem está ligado ao comportamento esperado pelo homem e, como essa identidade masculina é

construída e convencionalizada (SILVA, 2006), torna-se uma instituição muito clara, é o homem modelo idealizado para a sociedade patriarcal.

A limitação das fronteiras entre corpos masculinos mais próximos do estereótipo de gênero e outros mais periféricos a esse estereótipo cria não só um discurso de violência, como uma punição ideológica. Ser masculino é uma interpelação discursiva fortemente estereotipada, fundamentada em uma possível aparência de essência do gênero, digo essência no mesmo sentido de naturalidade utilizada por Butler (2003), ao afirmar que o gênero é socialmente bem construído para passar uma ideia de que o gênero sempre esteve no corpo desde o princípio, para que se entenda que, na verdade, nos tornamos um gênero ao sermos interpelados pela linguagem.

Essa mesma menção a um modelo cultural de homem autoexplicativo corresponde a uma “essência masculina”, tal como pode ser visto nos dados seguintes:

Figura 12: captura de tela do dado 6



Fonte: Banco de dados do pesquisador.

No dado 6, o homem com atitude de homem é o homem centro da categoria com suas características prototípicas. O usuário utiliza o termo “atitude” para definir o seu conceito de homem; essas atitudes seriam rapidamente compreendidas pelos leitores, pois se tratam de atitudes culturalmente associadas ao modelo idealizado de homem, a como o homem deve se comportar, se vestir e se envolver sexualmente.

O estereótipo heteronormativo de homem com iniciativa, aquele que faz a corte e é dominante nas relações heterossexuais é refletido na descrição do usuário homossexual que se diz atraído por esses homens. Mas o usuário reitera que se trata de atitude, não jeito, o que pode significar que não se trata de comportamento per si; entretanto, segundo Butler (2002), a

performance de gênero não é só comportamental, mas um conjunto de características exigidas socialmente e atribuídas a determinados gêneros. Já o dado 7 é mais explícito ao descrever esse ideal de homem ao retomá-lo pela palavra “macho”, retomando às características animais para descrever e reforçar atitudes mais viris e pouco sensíveis.

Figura 13: captura de tela do dado 7



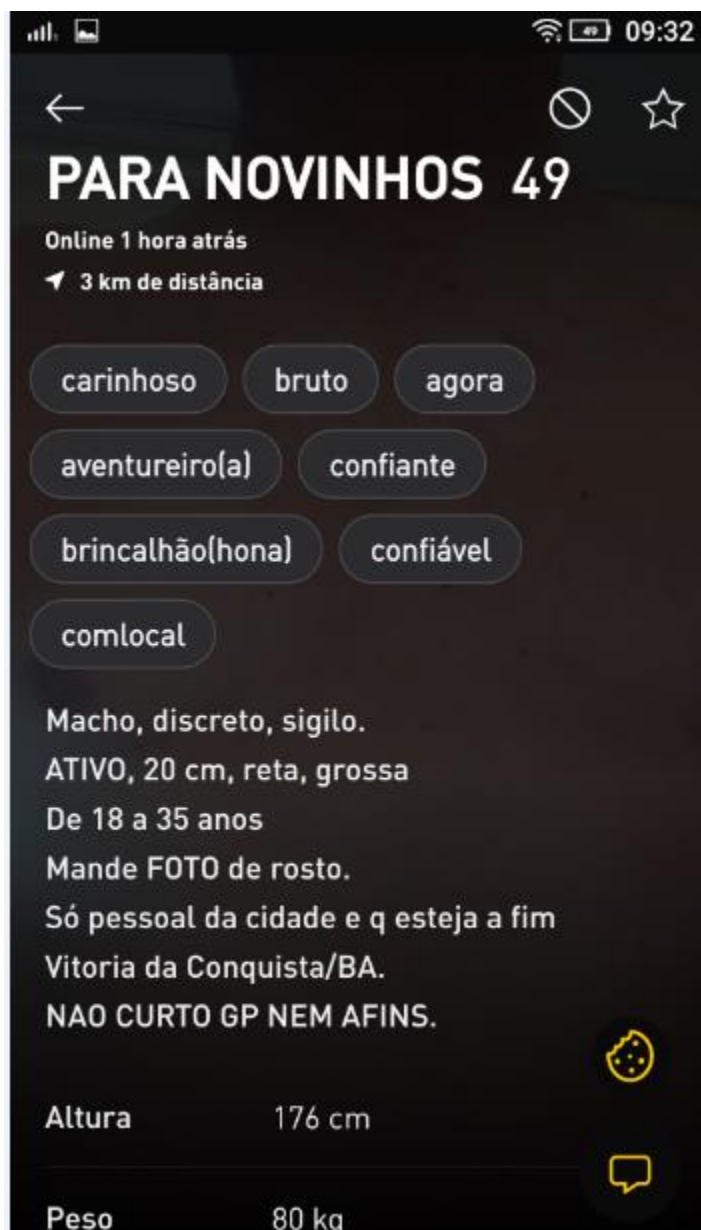
Fonte: Banco de dados do pesquisador.

O dado 7 inicia com um título que simboliza uma linguagem de negação de participação da categoria homossexual. Ter relação de “brotheragem” ou ser “Brother”, segundo esses usuários, é uma prática entre machos, ou seja, entre homens que se reconhecem e se identificam como heterossexuais. Esse tipo de perfil, de acordo com Miskolci (2012), caracterizam o “ser

homem” como dar vazão aos seus desejos. Esse tipo de nomeação compartilha, ainda, um estereótipo social de homem como um ser que não consegue controlar seus desejos mais obscuros e, por isso, aos procurar outros machos com o mesmo “instinto”, não estariam vivenciando práticas homossexuais, nem muito menos manchando sua masculinidade. Perfis de “Brotheragem” frequentemente se caracterizam por buscar relações sexuais sem penetração, já que ser penetrado seria característica de corpos opostos, de “fêmeas”. Portanto, seria a penetração seria associada à degradação, tal como consta na definição “passivo” do glossário do Grindr.

Há ainda nos dados 8 algo frequente no aplicativo, o modelo de masculinidade por meio de um modelo metonímico. A metonímia é o fenômeno de tomar uma parte pelo todo (EVANS, 2007), logo, nesses dados, o corpo, mais especificamente, o falo é tomado para significar o todo da categoria homem/masculinidade, inclusive reforçando as características do falo, a fim de reforçar esse homem.

Figura 14: captura de tela do dado 8



Fonte: Banco de dados do pesquisador.

O perfil em questão tem uma foto do peitoral sem camisa, em que esbanja definição e músculo, mas sem mostrar o rosto. Essa escolha das imagens pelos usuários é compatível com as descrições dos perfis, isto é, são imagens em que não se mostram o rosto para manter a discrição e compartilhar o ideal de homem forte e musculoso. Para além do peitoral, chamamos a atenção a descrição do pênis: “20 cm, reta, grossa”, que não se trata apenas de um objeto de desejo possível para o público-alvo, mas uma confirmação da sua masculinidade prototípica, e isso é visível por ser descrito logo depois da sua posição sexual: “ATIVO”, escrita em maiúsculas. Nesse ponto, parece haver uma ambiguidade, não é possível saber se o usuário

desse perfil procura por um pênis avantajado ou se está descrevendo seu próprio órgão a fim de chamar a atenção de outros usuários. De toda forma, a metonímia continua sendo a mesma.

Uma metonímia é uma operação conceptual em que uma entidade (o veículo) é utilizada para identificar uma outra (o alvo), por meio de relação semântica (EVANS, 2007). Logo, podemos afirmar que o falo, nessa ocorrência, é tomado como metonímia para masculinidade/homem, porém, não é qualquer homem, é um “macho, discreto e ATIVO”.

Essa retomada frequente da necessidade de descrição e a supervalorização da posição ativo é enfatizada nos dados 9 e 10 do corpus de forma idêntica:

Figura 15: captura de tela do dado 10



Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Esse tipo de descrição se dá porque as relações de gênero estão baseados numa hierarquia homem/mulher (LANG, 2001). Segundo o autor, a dominação do homem na sociedade é também visível nas relações homodesejantes, o que acaba criando duas categorias:

“os homens ativos, penetrantes, e os outros, aquelas e aqueles que são penetradas/ os, logo dominadas/os” (LANG, 2001, p. 468). Enquanto o falo é supervalorizado e a posição de ativo é tomada como dominante, o ânus passa por uma política de vigilância, já que todo corpo que pode ser penetrado seria automaticamente feminino (NETO, 2021, p. 72).

Há ainda o discurso implícito de que quanto maior o pênis, mais macho é; por isso, há um número grande de perfis que coloca na parte recente do aplicativo, chamada “tags”, a palavra-chave dotado. Esse tipo de pensamento vem das relações heterossexuais, inclusive em uma espécie de competição entre os homens acerca do tamanho do PÊNIS (veículo) como sinônimo de VIRILIDADE (alvo) e, como os homossexuais e desviantes em geral vivenciaram apenas experiências e modelos pautados pela heterossexualidade, acabam por categorizar suas experiências sexuais por meio dessa vivência heteronormativa.

Essa visão heteronormativa constrói um modelo cognitivo idealizado de homem com traços de masculinidade bem característicos, são atos que formariam o homem prototípico estereotipado: os músculos, a discricção, a falta de emoção e a prática de exercícios, constroem um modelo de masculinidade que é uma cópia do homem heterossexual. Para Butler (2002) esses atos performativos de gênero são tão teatrais que a própria heterossexualidade se torna uma cópia da cópia, isto é, uma tentativa de imitar uma ideia, uma frame mental criado culturalmente e distante da realidade, pois nem mesmo os heterossexuais conseguem performá-los com exatidão. Logo, esses atos performativos que constroem seres “semelhantes” seriam, na verdade, uma cópia da cópia da cópia.

Em consonância com Butler (2011) podemos afirmar que a masculinidade teria a mesma dificuldade de categorização que a categoria “jogo” estudada por Wittgenstein (1953 *apud* BUTLER, 2011), que afirma que não há características comuns que possam categorizar um jogo, pois há uma grande variedade de jogos com diferentes características. O efeito prototípico que surge das semelhanças de família entre os membros formaria o leque de masculinidades que existe na comunidade gay, vista pelas lentes do Grindr. Sendo assim, o homem prototípico estaria muito mais próximo de normas de conduta; de uma prescrição daquilo que se espera de uma performance associada à masculinidade – que corresponde, inclusive ao estereótipo de homem da heteronorma – do que, efetivamente, das masculinidades vivenciadas na comunidade.

Para Silva (2000)

A preocupação com uma possível feminilização por parte de alguns homens, fizeram com que investissem e construíssem para si uma série de papéis e traços representativos da sua condição masculina, de forma que descrevesse

melhor o atual homem vitoriano, em contraste com o seu oposto, a mulher, e mais inadvertidamente, a seu inverso, o homossexual (SILVA, 2000, p. 5).

O “ser homem”, então, estava ligado ao papel na sociedade e seus traços como a forma de andar, entonação da voz, físico esbelto, músculos e vigor foram sendo compartilhados nas artes e na literatura e penetrando a cognição da burguesia. Para o autor (2006), nossa identidade de gênero está amparada na esfera social e cultural que já possui os comportamentos historicamente adequados esperados para homem e para mulher.

Butler (2011) ao tratar da hegemonia da masculinidade, chama a atenção para o conceito de “mente hetero”, cunhado por Wittig (1992) segundo a qual o que fundamenta a sociedade é a heterossexualidade e, por essa razão, a linguagem ocupa posição de opressão para que os corpos sejam hetero, agindo sobre o real por meio de atos locucionários que, repetidos, se tornam instituições, como a heteronormatividade. A máxima dessa ideia normativa, “seja hetero ou pareça hetero”, está implícita na descrição de vários dos perfis coletados, tanto que uma paráfrase pode ser criada: “seja semelhante ao modelo hetero para ser desejado e aceito”.

5.3 Perfis que contestam a masculinidade-padrão: os *emojis*

Os *emojis*, nos perfis dessa categoria, são mais variados, pois não são relacionados a um discurso unicamente corporal ou erótico, o que representa essa variedade dos perfis. Não há também uma recorrência quantitativa, ou seja, nos perfis coletados, os que possuíam *emojis*, não tinham *emojis* em comum ou que se repetiam. Para melhor visualização, apresentamos o quadro a seguir com os *emojis*, suas descrições e definições.

Quadro 2: Os emojis dos perfis que contestam a masculinidade-padrão e seus significados.

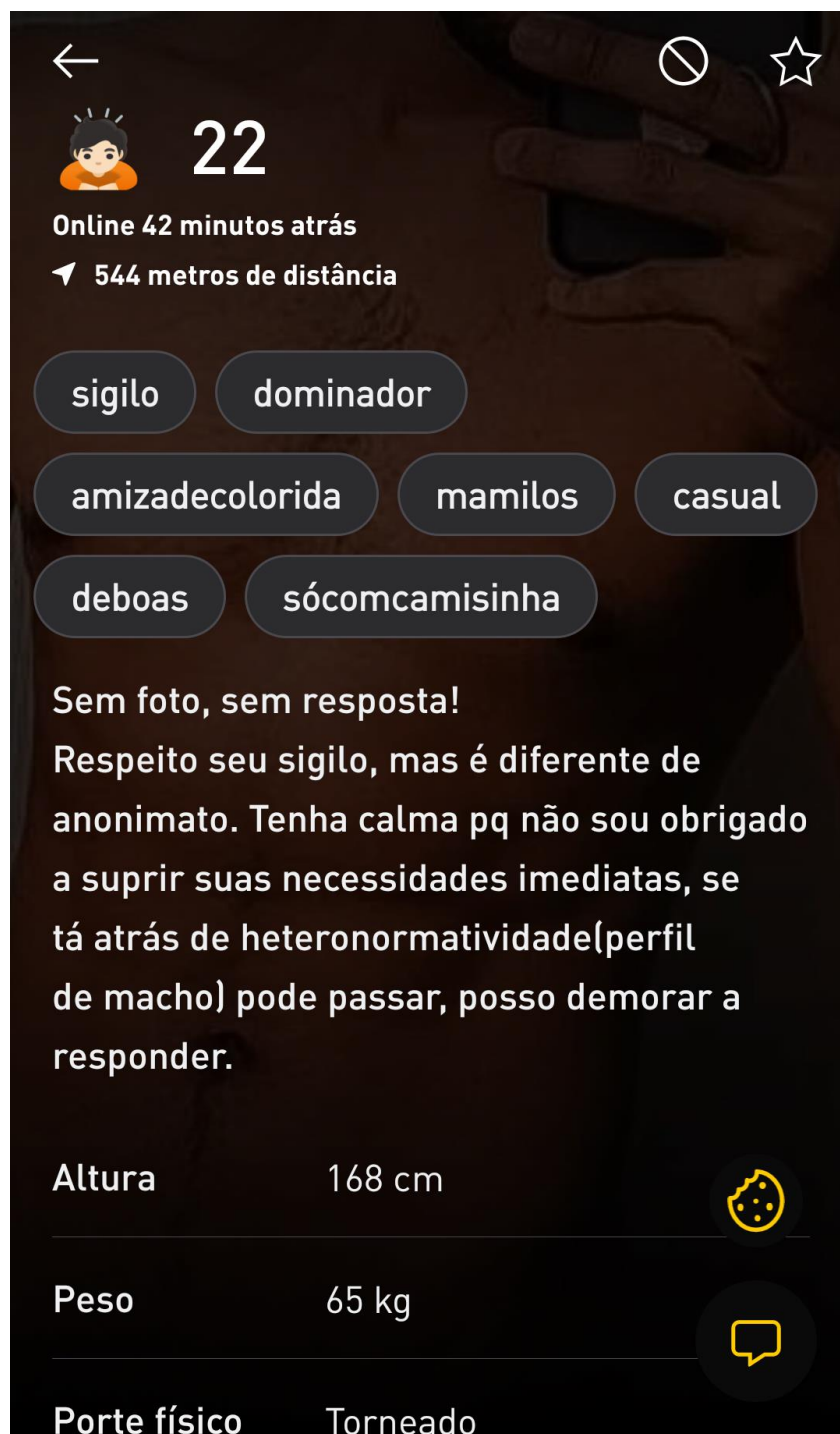
Descrição	Emoji	Significado
Boneco branco de cabelos negros sentado com os braços cruzados e sinais na cabeça		Sem paciência.
Círculo vermelho com sinal transversal ao meio		Sem; não; proibido; não curto.
Símbolo verde no formato de um v		Com; sim; curto; gosto.
Seta para baixo		Leia abaixo; passivo; ênfase.
Panda filhote subindo em árvore		Urso; Ursinho; Gordinho.
Língua		Beijos; sexo oral.
Duas gotas de água		Prazer oral; masturbação.
Raio amarelo		Usar cocaína; usuário de cocaína.
Um copo de cerveja		Beber.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

É possível notar que há emojis relacionados ao estado do usuário: sem paciência, cansado, querendo sair pra beber e apenas beijar; emojis relacionados ao prazer e a posições sexuais; e emojis de descrições de corpos diferentes, como o ursinho, que é um corpo não padrão, cabeludo e gordo. Além desses, há aqueles emojis relacionados a marcas de discurso para enfatizar alguma informação ou apontar a necessidade de ler informações dos perfis. A seguir, analisaremos alguns emojis no contexto dos perfis em que são utilizados.

No dado 11, podemos observar o emoji 1 como um marcador de estado de impaciência já no título do perfil.

Figura 16: captura de tela do dado 11



Fonte: Banco de dados do pesquisador.

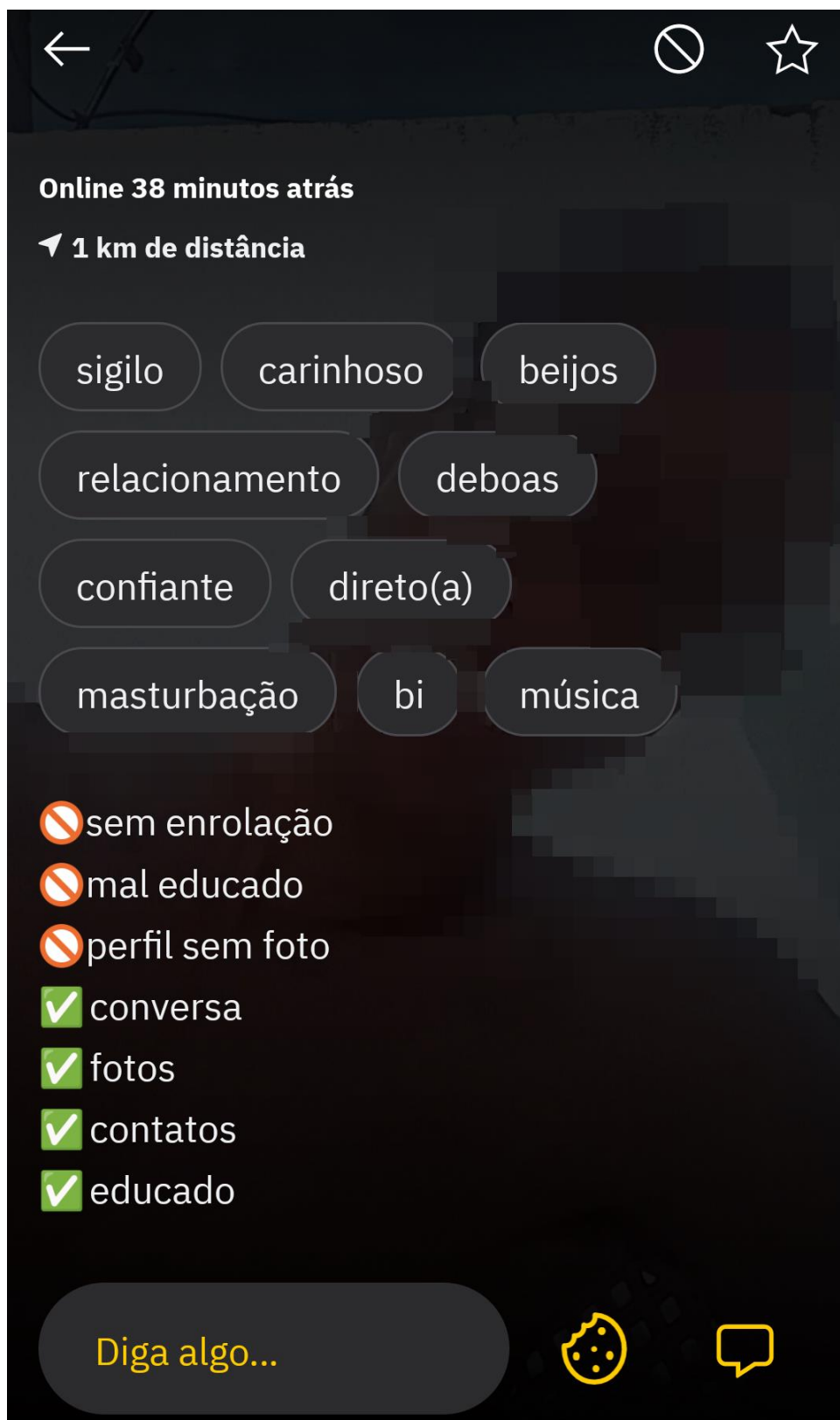
O título do perfil é apenas o emoji de uma pessoa impaciente, como se o seu Nickname (apelido de perfil) fosse assim traduzido pelo emoji como “Impaciente” ou uma forma mais prática e literalmente impaciente para escrever o adjetivo. Esse sentido veiculado pelo emoji é complementado com a descrição aberta. A descrição já inicia afirmando categoricamente que, sem foto, não tem como haver conversa. Nesse contexto, “foto” refere-se a fotografias de rosto,

fazendo referência aos perfis de usuários sigilosos que não mostram o rosto. Em seguida, o usuário confirma sua posição, criticando o próprio conceito de sigilo, que não seria a mesma coisa que manter-se anônimo em um aplicativo de relações que presumem encontros presenciais. A referência às necessidades imediatas também é uma crítica a esse comportamento de busca por sexo rápido para satisfazer a uma vontade imediata. A crítica a esse modelo de homem que está no aplicativo apenas em busca de uma transa para se satisfazer, sem interesse no outro, já parece ser bem enfático, entretanto, ganha ainda mais força quando o usuário faz menção explícita aos “perfis de macho”, ou seja, que procuram relações pautadas na heteronormatividade.

O fato de o usuário criticar esse modelo demonstra que ele reconhece a existência majoritária desses perfis que reproduzem a heteronormatividade e a mente hetero, para usar, ter mais uma vez, o cunhado por Wittig (1992). Vale notar que a imagem do perfil é um corpo branco, magro e másculo, sendo que o próprio usuário classifica seu porte físico como “torneado”, características marcantes de um “corpo de macho”. Entretanto, ele se recusa a aderir a esse estereótipo de masculinidade. É possível até que seja um corpo que, mesmo malhado, tenha traços femininos pessoalmente, o que é comum acontecer e é reforçado com a frase “pode passar”, isto é, ignore este perfil, porque não tem essa masculinidade estereotipada. Há alguns aspectos contraditórios à contestação da masculinidade-padrão, pois o usuário veicula uma imagem bem procurada no Grindr na foto de perfil, com pose e performance masculina, assim como na escolha da primeira tag como “sigilo”.

A exigência de foto e a falta de paciência para os discursos recorrentes do aplicativo são também marcas presentes nos *emojis* do dado 12.

Figura 17: captura de tela do dado 12



Fonte: Banco de dados do pesquisador.

O perfil não apresenta título e, diferente do dado 11, os *emojis* aparecem no corpo do texto da descrição. Basicamente, o usuário utiliza a oposição do *emoji* de negação ou proibição

em contraste com o *emoji* de positivo ou aceito, primeiramente em uma lista ordenada de coisas que ele não tolera no *Grindr* e, na sequência uma lista do ele gosta e procura. Neste caso, o usuário também demonstra a necessidade de ter foto nos perfis, sendo que o próprio perfil apresenta foto de rosto. Entretanto, da mesma forma que o dado 11, a primeira *tag* utilizada é “sigilo”, o que retoma a mesma necessidade de acompanhar um modelo de perfil que não fuja tanto do modelo prototípico de masculinidade veiculado no aplicativo. A *tag* “sigilo”, nesse contexto, não descreve apenas uma relação às escondidas ou privada, mas um ato performativo de discrição, associada ao gênero masculino.

Dessa maneira, há no aplicativo uma força normativa para que os usuários sigam esse sigilo como regra e, ao mesmo tempo, há sanções bem marcadas para fuga desse modelo. A principal sanção é o desinteresse e o consequente “bloqueio” do perfil por usuários que excluem usuários desviantes do seu rol de desejos, o que impossibilita o encontro e o envolvimento romântico. Essas sanções e consequências não ocorrem apenas pelos usuários, pois o aplicativo como comunidade acaba tendo uma conduta de cuidado com perfis muitos subversivos.

Esses perfis Bloqueados desaparecem da página inicial apenas do usuário que os bloqueou. Eles vão para uma pasta de perfis bloqueados no aplicativo do usuário e ele pode desbloquear em qualquer momento, mas é como se fossem excluídos do “raio de visão” daquele usuário, uma forma de tirar perfis que não te atraem para que outros apareçam. Inclusive isso acontece muito quando as pessoas mandam uma foto de rosto e a pessoa não “curte”, sendo tão frequente que os usuários tem certo receio de enviar foto de rosto “primeiro” e ser bloqueado sem saber quem é o interlocutor que o “rejeitou”.

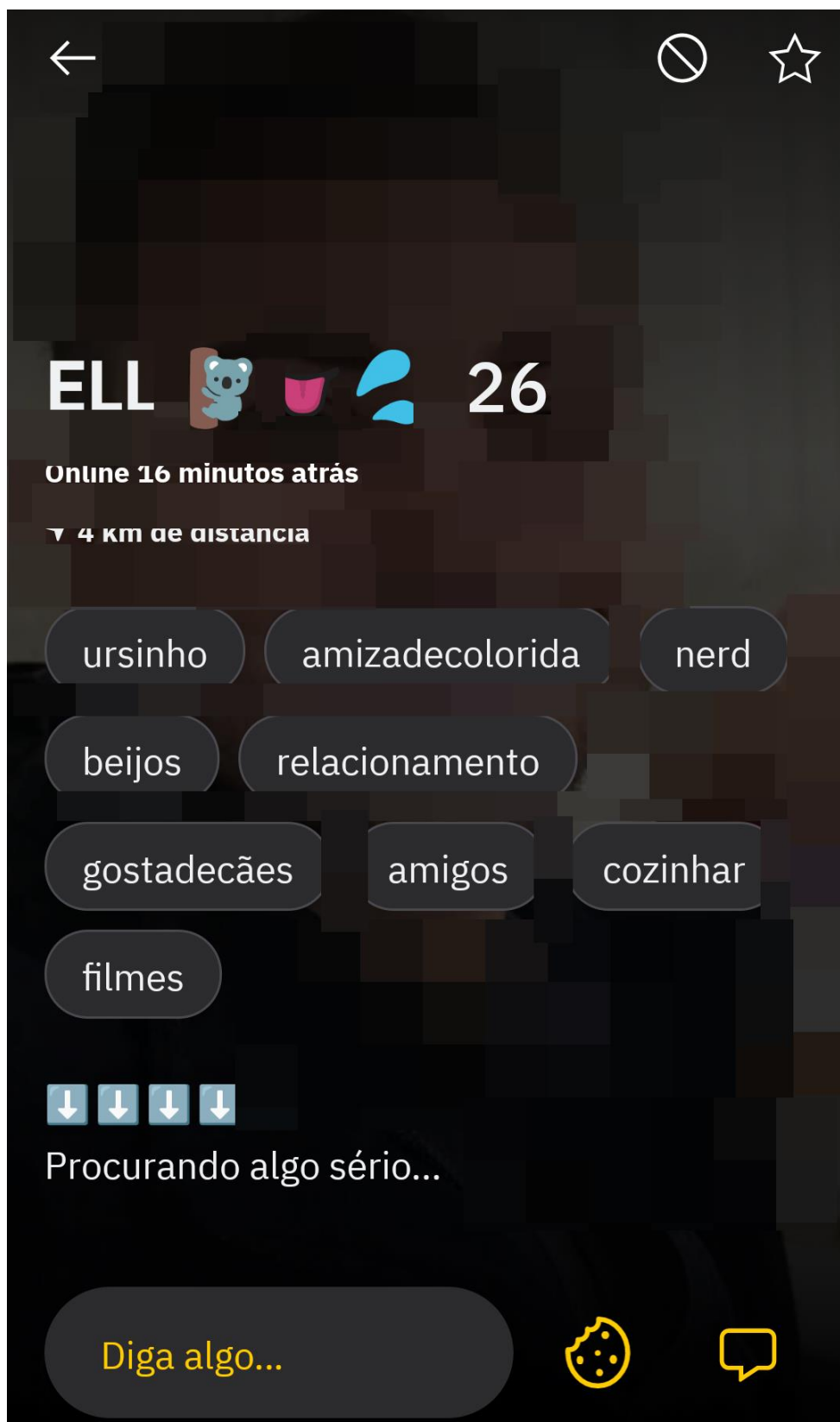
O usuário utiliza a *tag* “sigilo” como forma de demonstrar respeito àqueles que buscam tal, não necessariamente se classificando como um perfil sigiloso, até porque utiliza foto de rosto no perfil. As *tags* como “relacionamento”, “carinhoso” e “confiante”, enfatizadas no último item da lista contida no perfil, “educado”, permitem interpretar que o usuário descreve um modelo de namorado que procura e um modelo de parceiro para um relacionamento, logo, por que o sigilo? Parece haver uma hierarquia social que compele esses sujeitos a tomarem o sigilo, isto é, o esconder de suas relações e de sentimentos homoeróticos dos outros para com eles, como ato necessário para performar uma masculinidade bem característica da mente hetero (WITTIG, 1992) se sujeitando a viver escondido se o outro assim o quiser.

Quanto à exigência de foto, como já dito, não se trata de qualquer foto, mas foto de rosto, visto que a grande maioria dos perfis são sigilosos e não mostram o rosto no perfil e nem nos chats. Essa exigência representa uma metonímia cognitiva básica, que Lakoff e Johnson (1980, p. 28) sintetizam da seguinte forma: “percebemos a pessoa em termos de seu rosto”, ou

seja, nosso sistema conceitual toma a parte para compreender o todo. Logo, o rosto seria a parte principal para a qual olharíamos para obter informações básicas sobre como a pessoa é.

Os dois perfis apresentados até então – dados 11 e 12– representam esse entremeio da subversão inicial. O dado seguinte, como o 12, apresenta a foto de rosto no perfil, mas não faz referência alguma ao sigilo:

Figura 18: captura de tela do dado 13



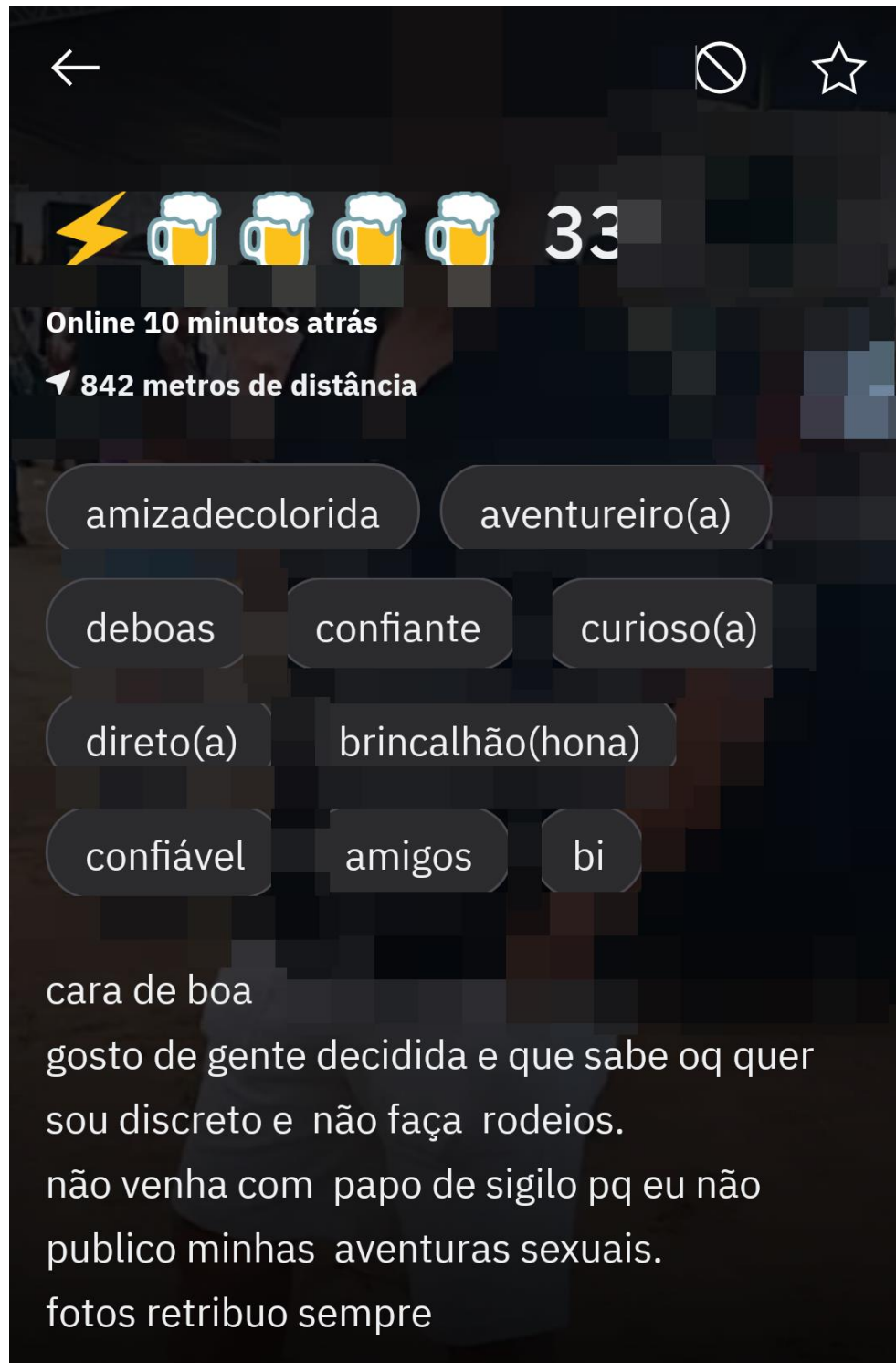
Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Neste perfil, temos um título que provavelmente são as iniciais do nome do usuário e três emojis: o primeiro do pandinha subindo em uma árvore para representar um ursinho, pessoa um pouco gordinha e a combinação do *emoji* de língua com duas gotas, que representa sexo oral. O *emoji* de ursinho deixa clara uma oposição aos perfis de corpos musculosos, explicitando possuir um corpo fora do padrão. O modelo do homem másculo e magro parece ser ainda mais potente no meio homoerótico, por ser recorrentemente veiculado nas mídias e nos filmes pornográficos, uma das influências para a valorização desse estereótipo do corpo de um homem gay.

No cinema, em geral, o gay gordo, velho e afeminado é quase sempre usado para a comédia e divertimento do público hétero; o negro, por sua vez, costuma ser usado como objeto de desejo; e o branco, magro e másculo é aquele que tem uma história romântica com um semelhante (BAYDOUN, 2017). No *Grindr*, por se tratar um ambiente virtual de socialização, essas influências também são fortes: corpos negros, por exemplo, são raros em perfis, o fetiche pelo corpo negro é frequente e o racismo parece não ser explícito pela força ilegal de possíveis afirmações facilmente derivadas do script do “não curto afeminado, gordo...” para “não curto negros”.

O perfil em questão apresenta *emojis* de seta para baixo na descrição, como forma de enfatizar a necessidade de lermos o que vem a seguir: “Procurando algo sério...”. O usuário, então, explicita a procura por um relacionamento homoafetivo e, para isso, descreve características de sua personalidade com as *tags*.

Figura 19: captura de tela do dado 14



Fonte: Banco de dados do pesquisador

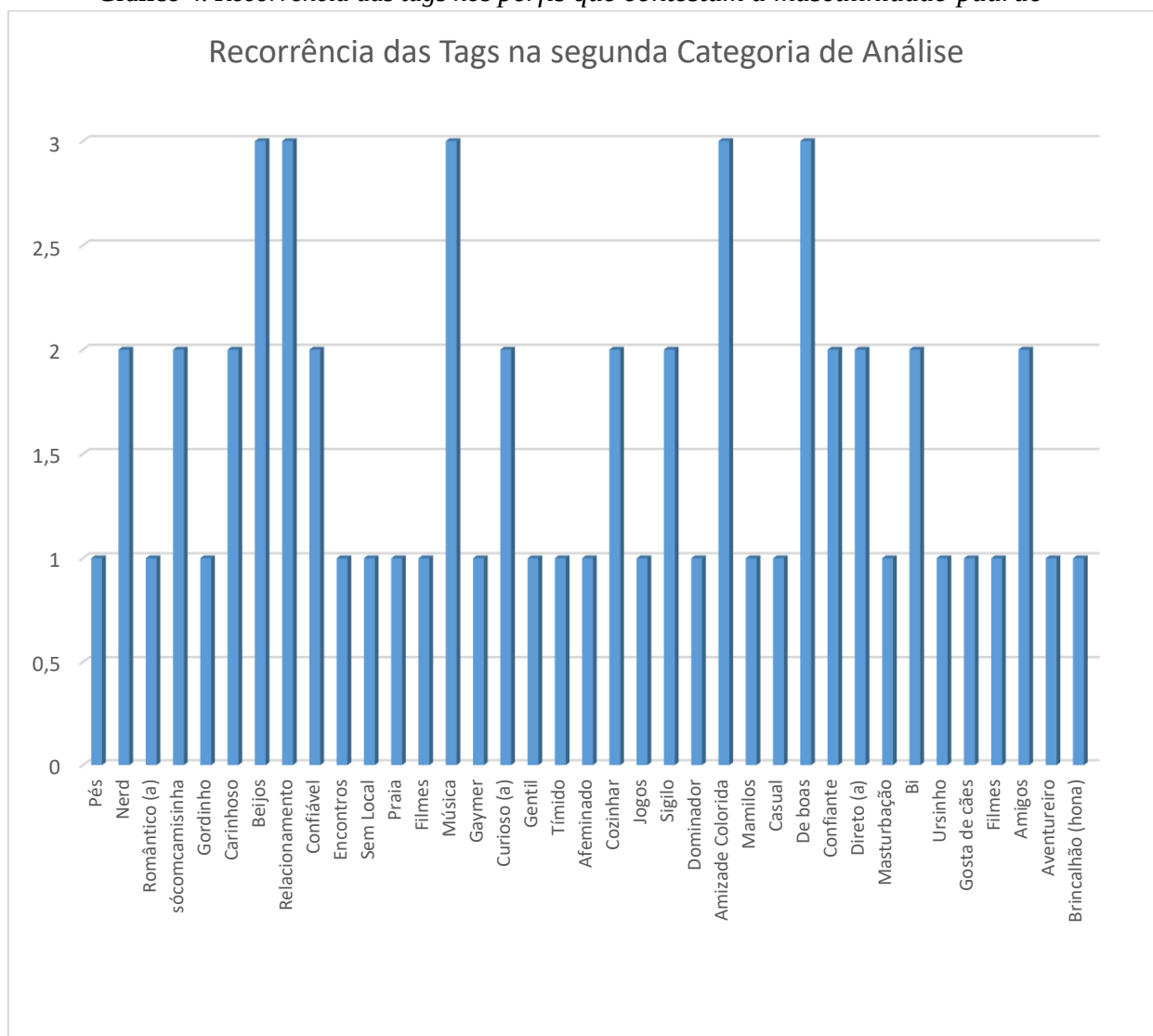
O dado 14 não descreve uma busca por relacionamento sério, mas usa uma *tag* para “amizade colorida”, como também usa *tags* relativas à personalidade.

Os *emojis* estão apenas no título, como forma de substituir um conteúdo verbal codificado, ou seja, compreendido apenas pelos usuários do aplicativo. O *emoji* de raio, que representa a ideia de eletricidade ou de pessoa elétrica, na verdade, é usado para descrever usuários de cocaína/crack. Os *emojis* de cerveja complementam essa procura por um parceiro para beber e usar cocaína.

Estes *emojis*, então, têm sentido completo e não complementam o texto, uma vez que não há menção ao pó ou à cerveja no texto. O texto e a foto de rosto no perfil são semelhantes aos demais perfis selecionados, que também exigem foto e criticam o “papo de sigilo”. Porém, ao mesmo tempo, o usuário se descreve como “discreto”. Convém destacar que ainda há uma adesão ao MCI de masculinidade heteronormativa, do homem que bebe cerveja com os amigos e é discreto – outra categoria recorrente nos perfis com menção à masculinidade-padrão – e tem “curiosidade” pelo sexo homoerótico, visível nas *tags* “curioso”, “amigos”.

5.3.1 Perfis que contestam a masculinidade-padrão: As tags

Dos dez perfis selecionados nessa categoria, sete possuem tags, o que confirma a popularidade da nova ferramenta, pois, destes, os três perfis que não possuem tags fazem parte de uma coleta anterior à implementação da ferramenta. As tags parecem cada vez mais tomar o espaço da descrição verbal, por serem mais práticas e resumidas, entretanto, ainda aparecem concomitantemente com o texto de descrição aberta, sendo pouco frequentes perfis apenas com tags. Vejamos mais detalhadamente a recorrência das *tags* nos perfis selecionados:

Gráfico 4: *Recorrência das tags nos perfis que contestam a masculinidade-padrão*

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados do pesquisador.

O primeiro ponto que nos chama a atenção aqui é a vasta quantidade e variedade de tags, o que caracteriza a pluralidade da categoria. Nesse sentido, é possível observar que a grande maioria das *tags* corresponde a descrições de características de personalidade e de gostos relativos a entretenimento, como, por exemplo: “gentil”, “carinhoso”, “filmes” e “música”. Três das cinco *tags* mais recorrentes parecem descrever o que os usuários mais procuram: beijos, relacionamento e amizade colorida. Este é um fato interessante, pois parece voltar às características originais de um aplicativo de relacionamento para além do sexual, referindo-se a uma autopropaganda de fato amorosa, como explicam Cameron e Kulick (2003), em que há uma necessidade de se vender uma ideia de parceiro.

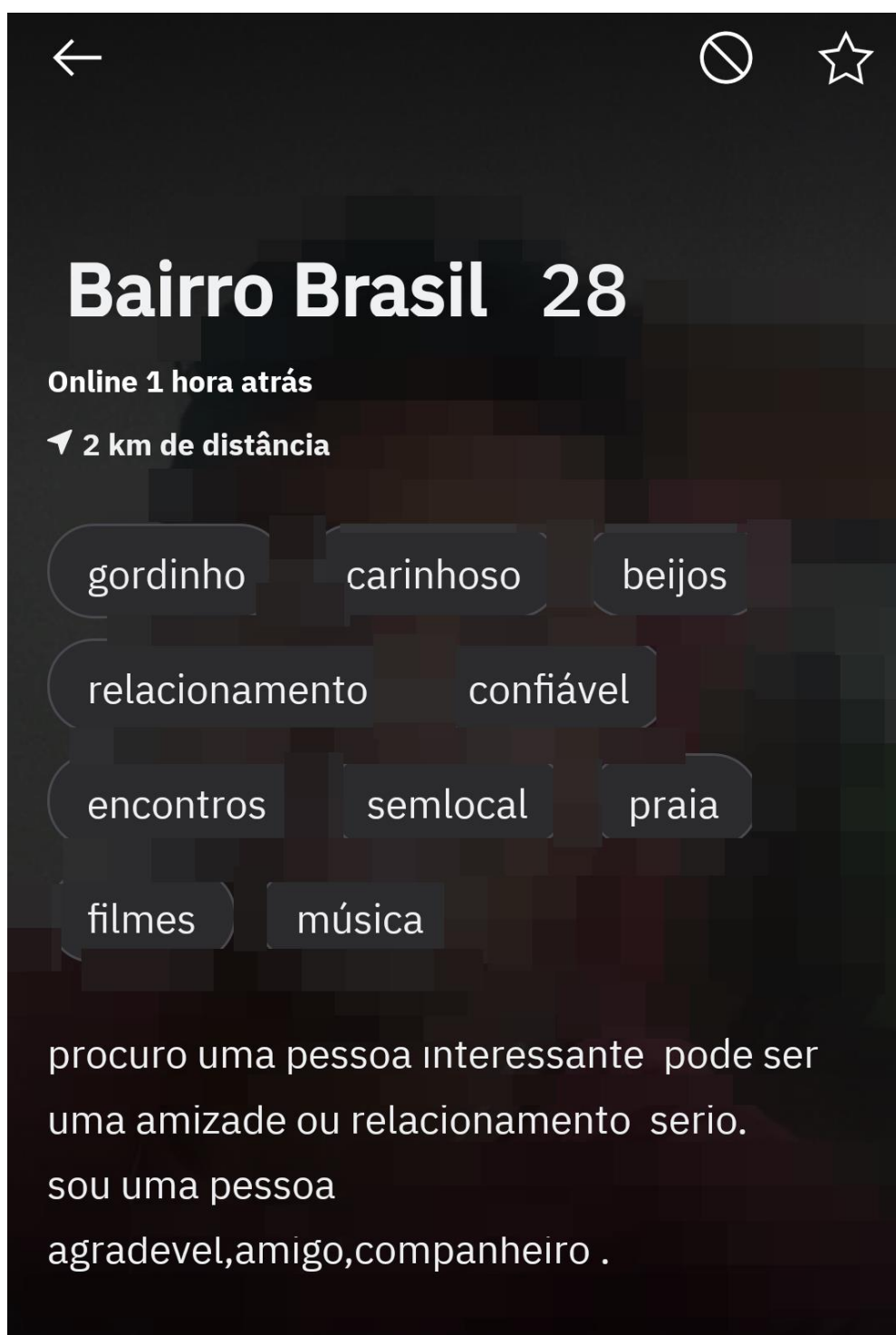
Nesse sentido, o modelo de masculinidade parece, e devemos ter cuidado com essa afirmação, justamente pelo que foi observado nos *emojis*, ser deixado em segundo plano, para

dar lugar a outro modelo, mais subjetivo, mas, ainda assim, socioculturalmente construído. Segundo Lakoff (1987) criamos uma MCI para categorizar várias situações, dentre elas, a amorosa, isto é: temos um modelo idealizado de namorado; de marido que é sócio-histórico, assim como o modelo de sexualidade masculina. As *tags* com pelo menos duas recorrências, por exemplo, ditam características desse MCI de parceiro: nerd, carinhoso, confiável, curioso, cozinhar, sigilo, confiante e direto.

É possível notar, todavia, que essas características ainda estão atravessadas pelo modelo de casal heteronormativo e, arriscamos dizer, pelo modelo de masculinidade heteronormativa, afinal, esses perfis esperam que o parceiro seja carinhoso, mas confiável e confiante (modelo monogâmico), curioso (homens mais distantes do grupo assumidamente gay), sigiloso (anonimato, discrição, muitas vezes atrelado ao fato de o homem não se assumir socialmente como homossexual), direto (mais racional, linguisticamente sem rodeios) e amigo. Entretanto, há ainda uma crítica forte a esse modelo, assumindo a mesma dicotomia vista nos perfis com *emojis*, em um jogo de “morde-e-assopra” em relação à heteronormatividade.

Como exemplo, retomemos os dados 12 e 14 apresentados no tópico dos *emojis*. A tag “BI” (bissexual) desses dados está associada a perfis que são desviantes, por se assumirem como bissexuais, mas os usuários valorizam pontos estereotipados de masculinidade como o sigilo e a discrição. Logo, mesmo citando e confrontando o extremismo dos perfis sigilosos, parece que esses usuários não criticam, necessariamente, o sigilo e nem o modelo de homem discreto nas ações, mas apenas o discurso que consideram exagerado nesses perfis.

Figura 20: captura de tela do dado 15



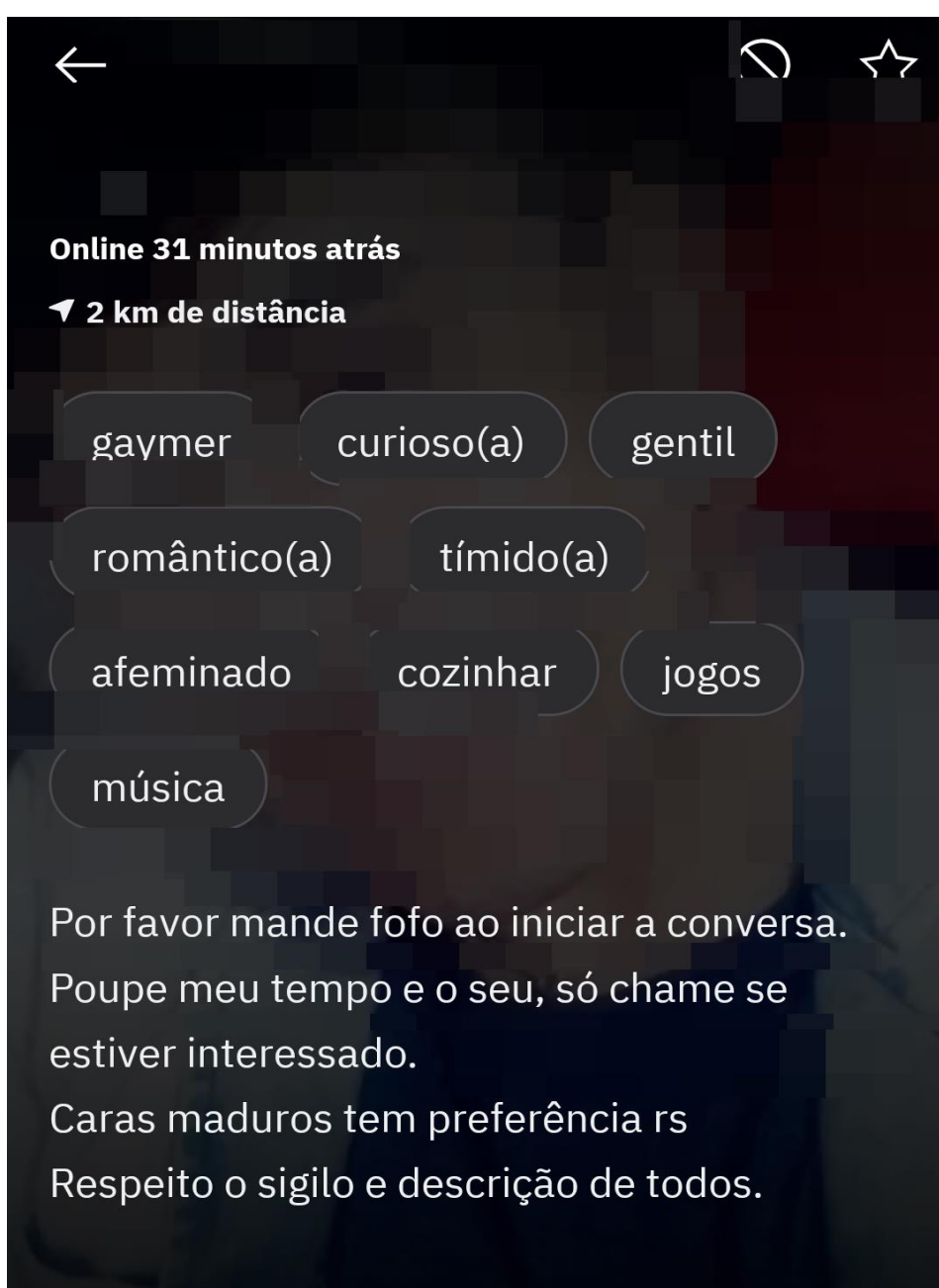
Fonte: Banco de dados do pesquisador

No dado 15, o usuário utiliza *tags* que o descrevem como fora do padrão exigido, pois se descreve como “gordinho”, e completa a descrição com *tags* de sua personalidade e/ou da personalidade esperada do parceiro, demarcando sua busca por um relacionamento. Seu ponto é retomado na descrição aberta, quando ele diz: “procuro uma pessoa interessante pode ser uma

amizade ou relacionamento sério” e acrescenta, ao final, as características pessoais. Porém, o que chama a atenção é o uso da palavra “pessoa”. Pode parecer um detalhe que passaria despercebido, porém, ao perceber as normas comuns de escrita do Grindr, o tido como certo seria “sou um cara”, ou alguma afirmação que demarcasse bem o gênero masculino. Como o usuário escolhe a palavra pessoa, ele deixa uma crítica velada à valorização do corpo másculo e à procura por perfis de “machos” e não de “pessoas”.

O dado 16 é bem parecido com os dados apresentados com emojis.

Figura 21: captura de tela do dado 16

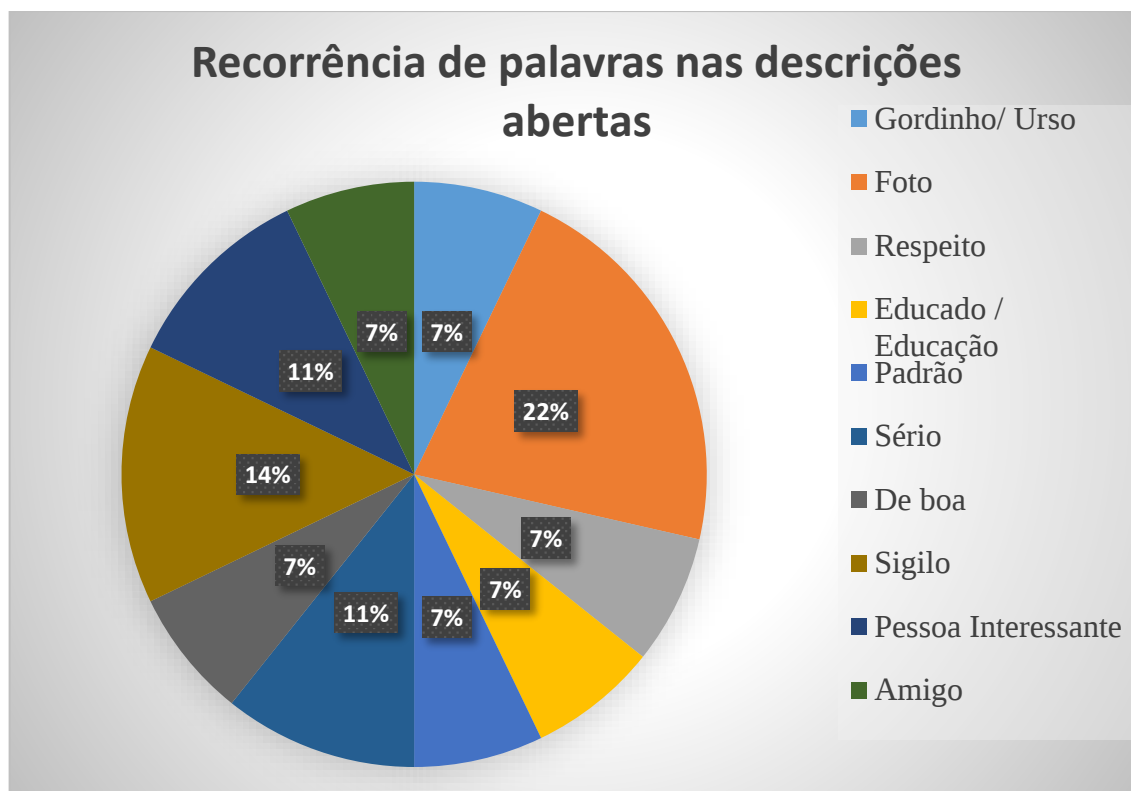


Fonte: Banco de dados do pesquisador

Um perfil que mostra o rosto, espera foto ao iniciar a conversa e se considera gentil, tímido, romântico e curioso reúne pontos marcantes de usuários que procuram um relacionamento para além do sexo casual. Esse perfil é um dos raros que se classifica como afeminado e tem preferência por caras maduros, o que parece ser suficiente para enquadrar em um perfil que compartilha um MCI de relacionamento heterossexual, em que a mulher é romântica e sabe cozinhar, e o parceiro é mais velho e maduro. Porém, o fato de o perfil dizer respeitar o sigilo e a discrição do outro parece promover uma tentativa de aceitar e ser aceito pelo grupo que se enquadra numa masculinidade heteronormativa padrão. Sendo assim, o usuário assume um perfil desviante, pois explicita que é afeminado, mas, ao mesmo tempo, se aproxima do modelo de relação heterossexual, em que há uma marcação de papéis de gênero bem estanques. Neste caso, ele, como homem afeminado, assumiria papéis atribuídos ao gênero feminino e seu parceiro, que pode, inclusive, não assumir em público sua homossexualidade, assumiria papéis atribuídos ao gênero masculino.

5.3.2 Perfis que contestam a masculinidade-padrão: as descrições abertas

As palavras-chave das descrições abertas dessa categoria são mais limitadas, justamente por ter pouca repetição que considere uma palavra como chave para a categoria e que tenham, então, um funcionamento que leve a um mesmo objetivo. Entretanto, podemos apontar algumas mostradas no gráfico seguinte.

Gráfico 5: *Recorrência de palavras nos perfis que contestam a masculinidade-padrão.*

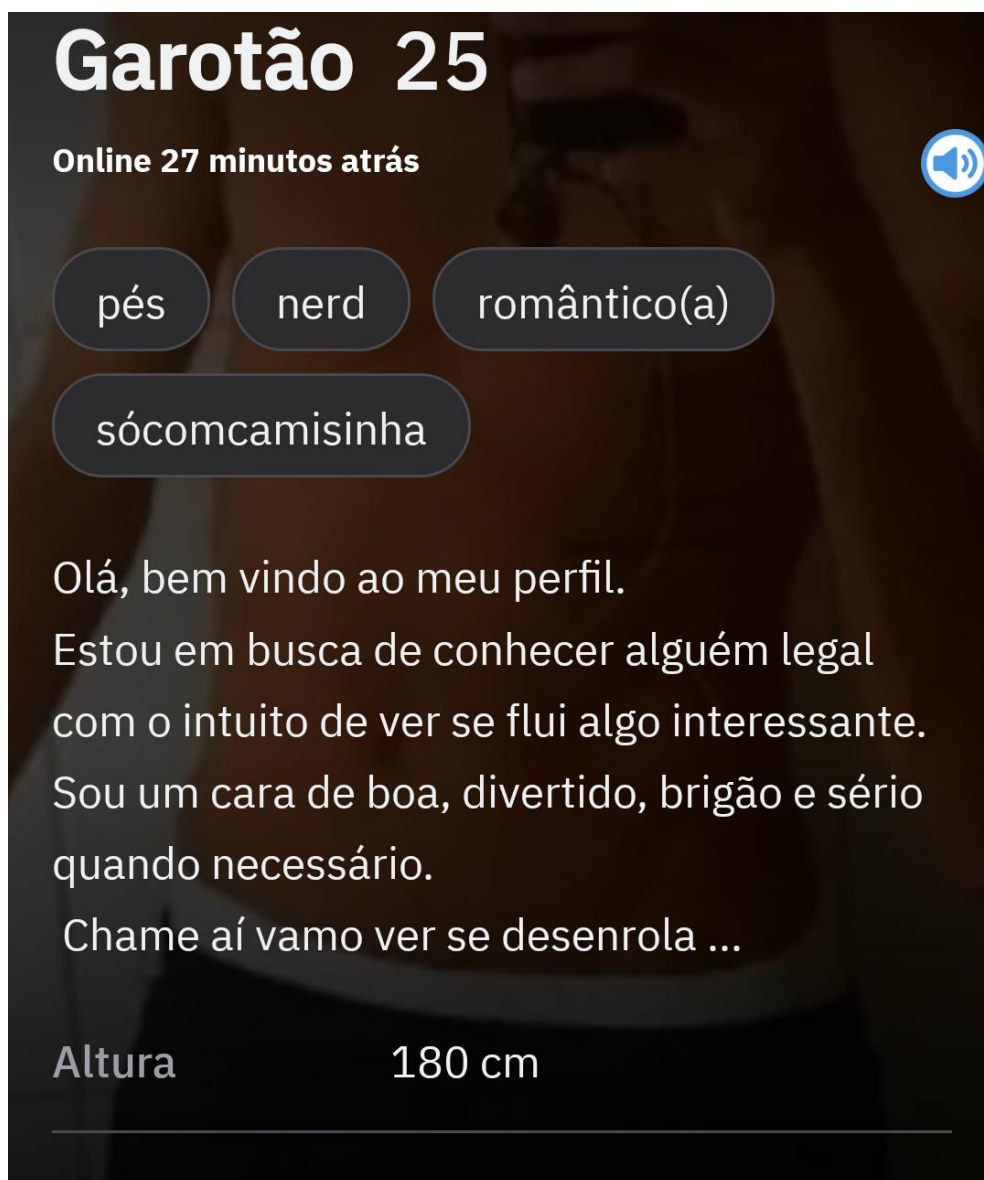
Fonte: Elaborado a partir do banco de dados do pesquisador.

A palavra com maior porcentagem é “foto”, naqueles contextos de exigência de foto de rosto, já relatados nas subseções anteriores. Nestes casos, o envio da foto está relacionado à instauração de uma relação de confiança mútua, além de configurar uma tentativa de estabelecer relações com pessoas verdadeiras – e não com *fakes*, algo relativamente comum no *Grindr*. A segunda palavra mais recorrente é “sigilo”, palavra também recorrente nos perfis da primeira categoria. Todavia, nesses dados dessa categoria, o sigilo parece ser relacionada à sexualidade do outro apenas, em forma de respeito à privacidade do outro e de ele se assumir como gay fora do aplicativo. Nota-se, então, uma forma de reconhecimento desse grupo de homens que vivem relações homodesejantes, mas têm pontos de identidade de gênero e de sexualidade mais privada ou anônima socialmente. Nesses dados, o sigilo é posto ora com uma afirmativa compreensiva, pois afirmam respeitar o sigilo do outro e não o expor, ora como uma crítica velada, no sentido de debochar do extremismo desse sigilo, em que o usuário não pode sequer mostrar o rosto.

Chamamos a atenção também para a recorrência de “pessoa interessante”, por se tratar de uma característica de personalidade e por vir quase sempre em conjunto com uma exigência de foto, visto serem perfis que procuram relacionamentos sérios e se opõem à cultura do sexo

rápido instituída pelos usuários do aplicativo. A seguir, apresentaremos alguns dados cujas descrições correspondem à categorização de confronto com o discurso heteronormativo:

Figura 22: captura de tela do dado 17



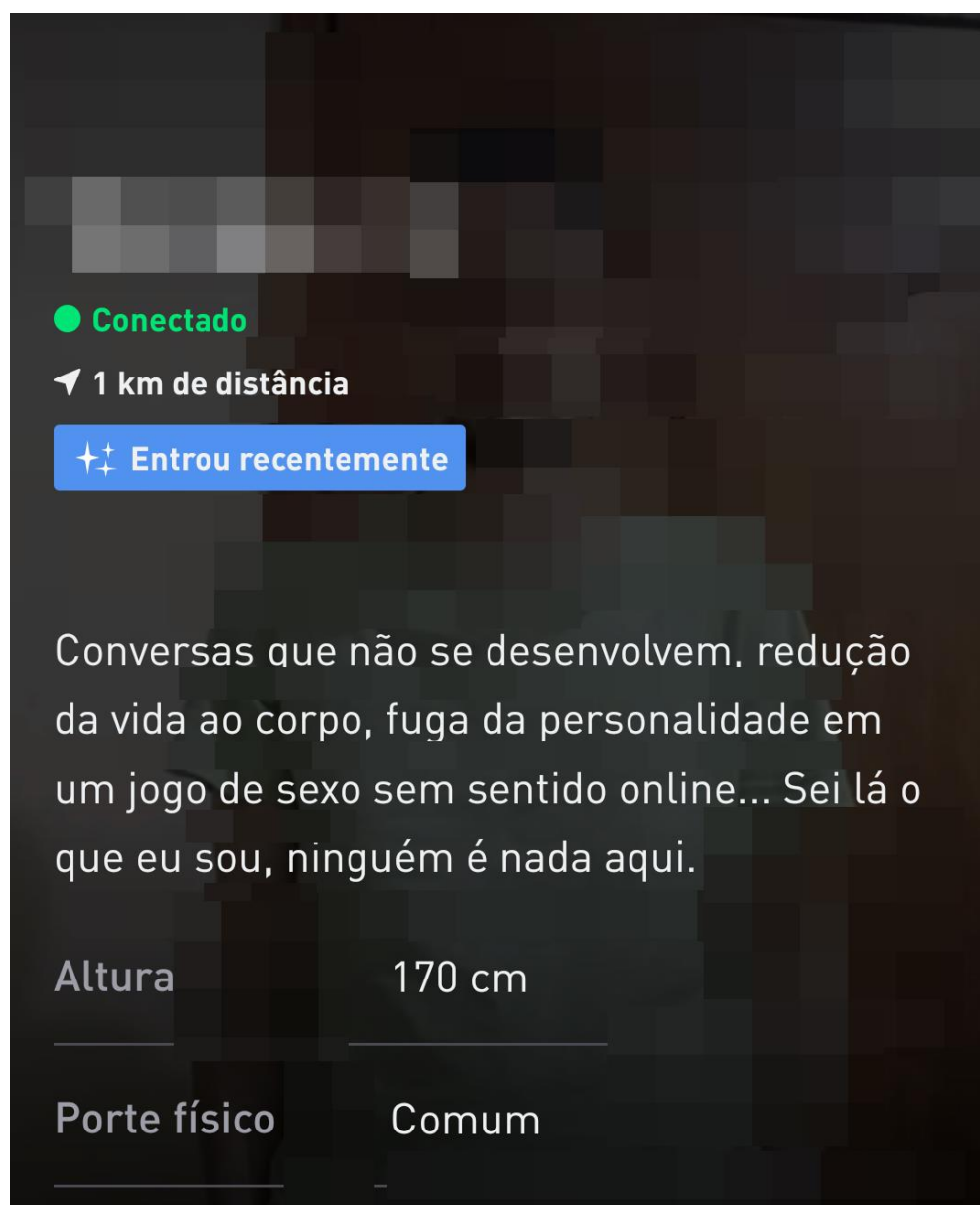
Fonte: Banco de dados do pesquisador.

A primeira coisa a se notar é a educação presente no marcador de polidez “olá, bem-vindo ao meu perfil”, uma constante em alguns perfis que se opõem à linguagem direta, por vezes brutalizada, e focada no corpo. O usuário procura algo interessante e alguém legal, sem especificações de corpo, tampouco de comportamento ou referência ao ato sexual. Ao tornar seu interesse para uma pessoa que seja interessante, no sentido de ser uma companhia agradável, e não atrelada à performance sexual ou de gênero, o usuário desconsidera preferências baseadas na relação sexo-gênero. Ser “de boa”, parece abarcar quase toda essa gama de comportamentos

anti-masculinistas, pois trata-se de um usuário aberto para o diálogo e para a experiência sexual de forma ampla.

O dado 17 parece ser um desabafo mais lírico. Por se tratar de uma descrição aberta, algumas vezes, poucas, frases famosas e/ou criações poéticas podem ser encontradas.

Figura 23: captura de tela do dado 18



Fonte: Banco de dados do pesquisador.

O usuário inicia sua crítica às conversas que, em geral, não se desenvolvem no aplicativo. Dessa forma, é feita uma clara menção ao diálogo quase automático que é típico entre os usuários e que, muitas vezes, não levam a um encontro ou a uma conversa mais aprofundadas, visto que são perguntas sobre posição sexual, onde o outro mora e outras nesse

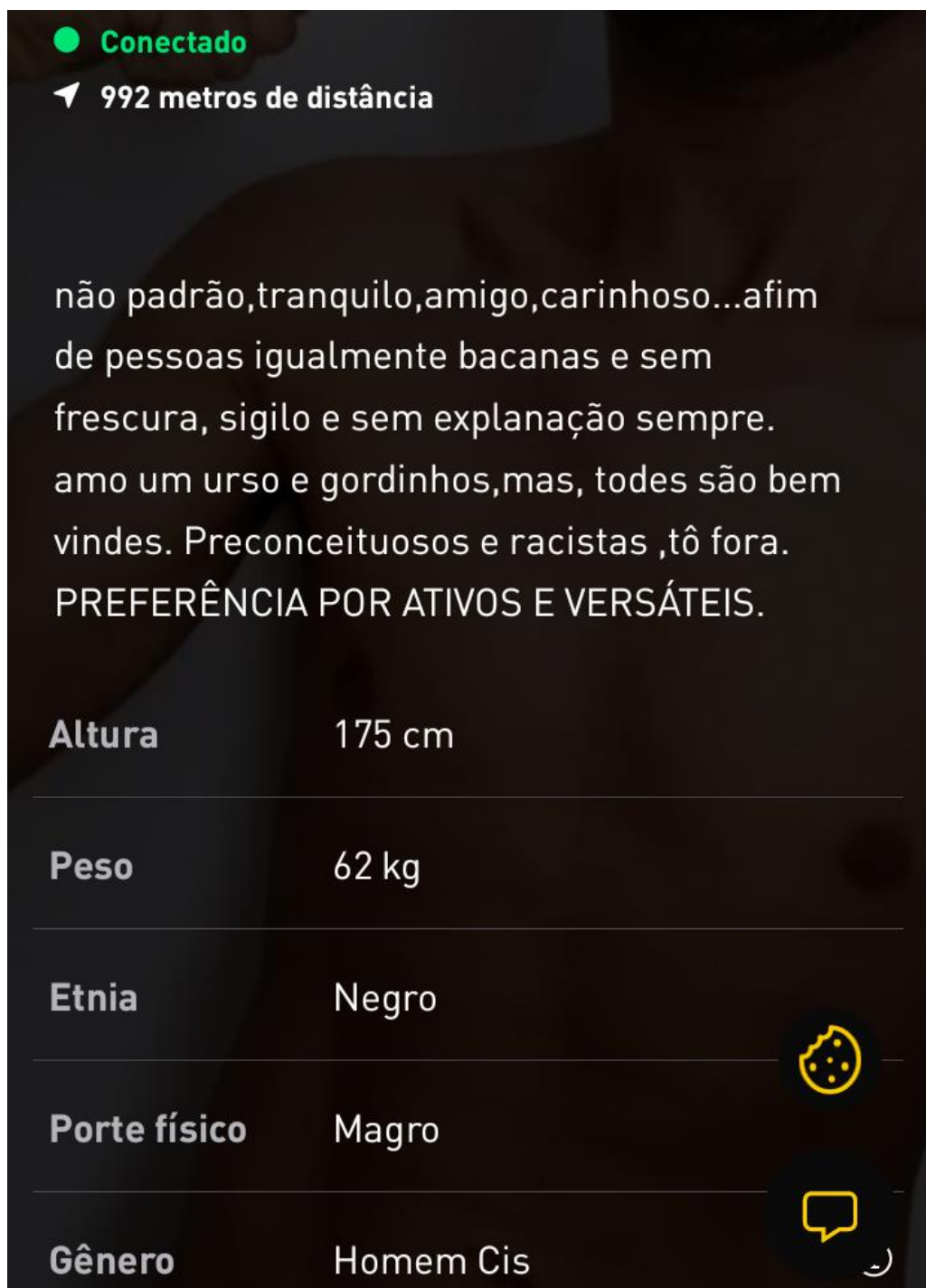
estilo. Essa linguagem direta e sem sentimentos que o usuário crítica é uma marca do homem cis em relações heterossexuais, que parece ressoar como uma frustração para o usuário.

O usuário também critica a redução metonímica da vida ao corpo físico, ou a hipervalorização de corpos malhados como característica primária a se ter para se relacionar no aplicativo. Essa crítica nos faz lembrar dos perfis que exigiam um pênis avantajado, e um corpo másculo, como se a performance viril importasse mais que a experiência intersubjetiva. Essa metonímia frequente do pênis pelo homem ou do corpo pela pessoa demonstra uma recorrência reflexo da ideia de que gênero e a relação romântico-erótica precisa ser pautada pela performance sexual que se espera de alguém que se identifica como pertencendo ao gênero masculino.

Nesse sentido, Butler (1988) afirma que o gênero vem primeiro que o corpo, por se tratar de uma vivência corporificada – no sentido experiencialista e cognitivo do termo – que constrói o corpo generificado. Sendo assim, a filósofa norte-americana corrobora a afirmação de Beauvoir (1949), de que a mulher não nasce como tal, mas vem a tornar-se mulher – e, por extensão, podemos pensar que qualquer gênero corresponderia a um vir-a-ser. Por fim, quando o usuário afirma haver uma “fuga da personalidade”, ele constata que a subjetividade se conforma à repetição, à exaustão, de performances delimitadas coletivamente pelo gênero, que, pelo efeito de repetição, são enraizadas na cognição socioculturalmente situada. Segundo Butler (1990), antes de criar um corpo cultural, o gênero destrói o corpo, desfaz sua originalidade para encaixá-lo em um modelo e viver em conformidade com aquilo podemos caracterizar como um frame heterossexual compulsório.

O perfil em questão convoca-nos a algumas reflexões, tais como: onde está a subjetividade do corpo generificado? Relações intersubjetivas podem ser reduzidas a sexo? Por fim, nem o próprio usuário consegue se definir ou ser algo nesse contexto discursivo, pois, segundo ele, ninguém é nada naquele espaço de trocas, uma vez que ele caracteriza esse espaço como habitado apenas por corpos que reproduzem uma busca por relações sexuais imediatas, em conformidade com um modelo pré-determinado de masculinidade seja lá o que isso signifique de fato.

Figura 24: captura de tela do dado 19



Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Este usuário se considera não padrão, o que sugere que ele conhece o MCI de masculinidade que circula com frequência no Grindr e também no cotidiano das relações Queer. Em seguida ele, se descreve com características de sua personalidade e como alguém que procura alguém bacana e sem frescura. O “sem frescura” aqui é similar em sentido ao “de boa”,

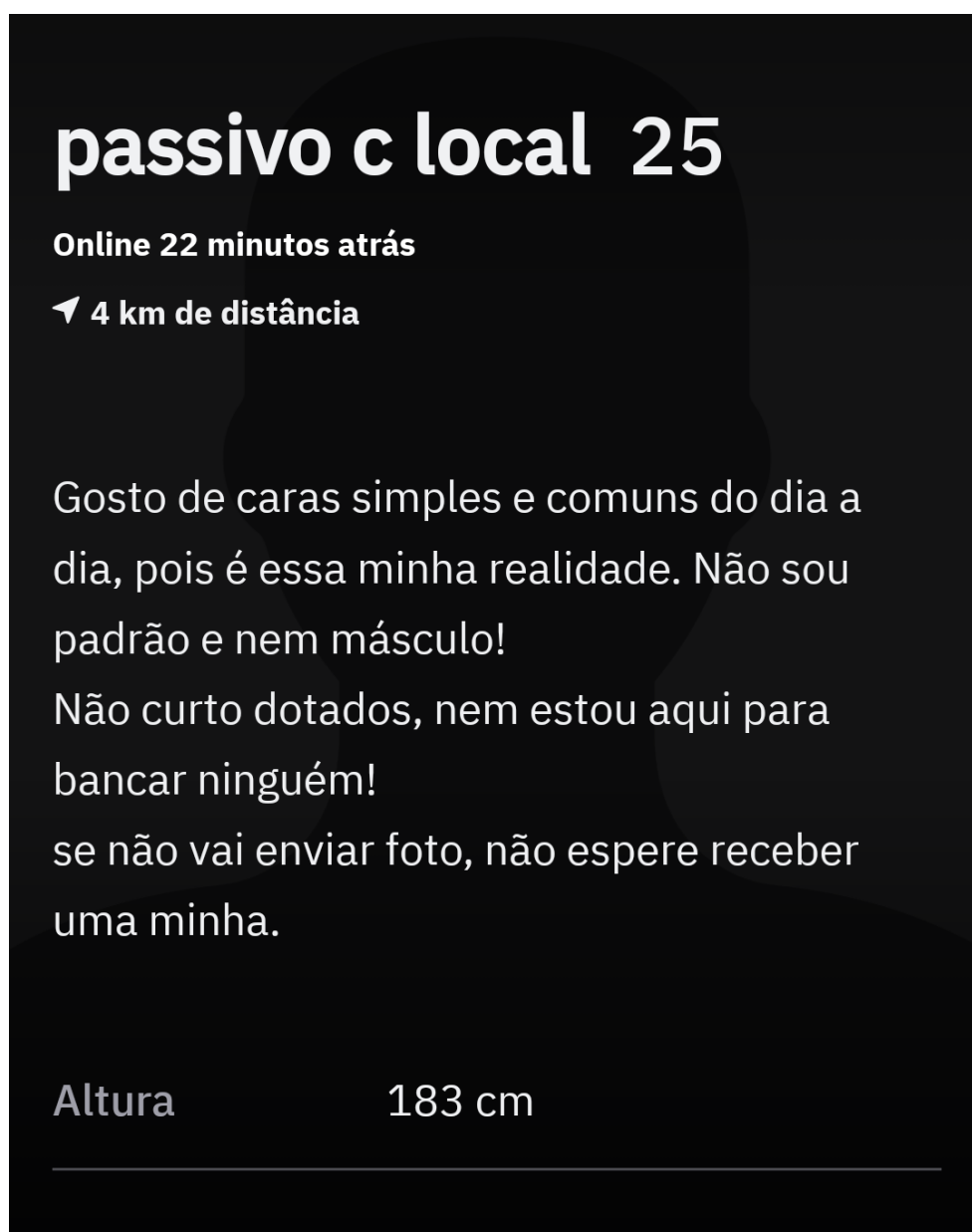
ou seja, uma pessoa aberta para se relacionar com outros corpos fora do núcleo prototípico do considerado homem padrão.

Logo em seguida, ele utiliza o termo “sigilo” para mostrar, em outras palavras, que respeita essa prática. Além de ser não padrão, inclusive por se descrever como negro, o usuário afirma gostar de corpos gordos e de todes. Por usar a linguagem não binária o usuário, deixa claro que também está aberto a se relacionar com pessoas que não se identificam com a classificação binária de gênero, além de não tolerar preconceito e racismo. Justamente por ser um usuário na margem do protótipo de masculinidade, ele parece conhecer a linguagem preconceituosa, que muitas vezes é disfarçada com a palavra “preferência”.

O uso da linguagem não-binária, uma questão polemica na atualidade, é um fenômeno que demonstra que esses corpos existem e devem ocupar seus espaços. Para Butler (1991) talvez a única solução viável para subverter o sistema, ao invés de acabar com a noção de gênero, seria a multiplicidade de gêneros para além do polo binário que a cultura ocidental se retém.

Nosso último dado também afirma não ser padrão e procurar alguém comum, ou seja, uma pessoa do dia a dia e não uma fantasia de gênero paródica.

Figura 25: captura de tela do dado 20



Fonte: Banco de dados do pesquisador

O usuário diz não ser másculo, se colocando fora desse modelo de masculinidade padrão e vai em oposição ainda mais a esse modelo, ao afirmar que não curte dotados, isto é, ele não mede masculinidade pelo tamanho do pênis. As marcas da linguagem em forma de lista demonstram uma clara resposta ao discurso veiculado na plataforma: a exigência de dotados, homens que se colocam na posição de *sugar daddies*, encontros sem fotos e exigência de uma performance de masculinidade heteronormativa.

A exigência de foto mais uma vez se mostra presente, embora o usuário não tenha foto de perfil, o que possivelmente ocorre pelo viés de confronto direto à masculinidade estereotipada, veiculada majoritariamente no aplicativo. Afinal, como já dito, toda subversão

leva a uma rejeição e sanção aos corpos subversivos, mas o fato de esses perfis baterem de frente com a norma de (hetero)sexualidade instituída no aplicativo, de diversas formas, sejam elas mais amenas, sejam mais diretas, como no caso do dado em questão, são marcas de como esses conceitos estereotipados de gênero, sexo e relacionamento são problemáticos para uma comunidade que não é heterossexual, mas segue esse sistema, achando que funciona para sua realidade, quando, na verdade, configura-se como uma paródia de uma paródia de gênero (c.f. BUTLER, 1991), pautada em um modelo fantasioso e inatingível do que configuraria a masculinidade.

5.4 Discussão Comparativa dos Dados

Das duas categorias de análise, os perfis com menção à masculinidade-padrão e os perfis que contestam a masculinidade-padrão, é possível perceber que a primeira possui uma maior padronização dos fenômenos, isto é, há uma maior homogeneização entre os perfis, visto que seguem um Modelo Cognitivo Idealizado de masculinidade bem marcado pelo sistema heterossexual. Por outro lado, toda forma de questionamento ou crítica a um modelo cultural e histórico perpassa níveis de subversão e diferentes questionamentos dos usuários, afinal, as categorias desviantes são muito mais abrangentes e heterogêneas que o protótipo central da categoria masculinidade / homem.

Nesse sentido, podemos reclassificar aqui as categorias, respectivamente, como masculinidade padrão e não-padrão, tomando padrão como sinônimo do centro prototípico do MCI. Enquanto esse primeiro grupo curte semelhantes e exclui afeminados e gordinhos, o segundo grupo não explicita preferências baseadas em características físicas viris: optam por afirmar que buscam “pessoas interessantes”, o que parece ser um guarda-chuva para todas as categorias desviantes, além de uma forma de expandir a experiência sexual para além do modelo prototípico de masculinidade.

Quando Butler (1990) afirma que a divisão social de gênero inviabiliza os sujeitos de viverem sua sexualidade de forma ampla, é justamente nesse sentido: a sexualidade do grupo um está muito pautada nessas normas de gênero, atreladas à heterossexualidade compulsória, e na observação punitiva de atos performativos desviantes, por meio da explicitação do que não curtem: afeminados e gordos, por exemplo, para mencionar duas categorias bem recorrentes. Assim, os perfis deste grupo performam estereótipos de uma masculinidade heterossexual idealizada, que e apresentam forte teor misógino, uma vez que correlacionam o afeminado a atribuições de gênero femininas e, portanto, rechaçadas e tidas como inferiores.

Em relação ao o que os perfis buscam, os perfis da primeira categoria buscam homens dotados sexualmente, enquanto os da segunda categoria buscam parceiros românticos e gentis. A primeira categoria busca sexo para o agora, enquanto a segunda busca um relacionamento ou amizade; a primeira categoria busca por posição sexual, ativo ou passivo, a segunda categoria busca por características de personalidade. Temos, então, dois modelos procurados: um modelo de homem para o sexo e um modelo de homem para um relacionamento. Logo, características diferentes são tomadas para o parceiro sexual e para o parceiro romântico. Um parceiro romântico precisa ter o quê? Ser romântico, fiel, sério etc, enquanto um parceiro sexual precisa ter um pênis grande, força etc.

Ao voltarmos nossa comparação para os *emojis*, é possível constatar que esse recurso, nos dados em que é utilizado, muitas vezes pode aparecer no corpo da descrição aberta ou no título do perfil, não havendo uma padronização. O mesmo acontece com o seu conteúdo semântico: eles podem complementar informações presentes no conteúdo verbal ou aparecerem como informação principal, sendo ou não complementados pelo conteúdo verbal.

Na primeira categoria de análise, referente aos perfis que fazem menção à masculinidade-padrão, os *emojis* são mais recorrentes e têm um sentido mais direto e com objetivos semelhantes, sendo quase sempre relacionados ao corpo e ao sexo, enquanto na segunda categoria, relativa aos perfis que contestam a masculinidade-padrão, a variedade de *emojis* é maior e não ocorre muita repetição de *emojis* entre perfis. Na primeira categoria, o *emoji* de berinjela é o mais recorrente e representa o pênis grande ou o homem ativo, o X vermelho aparece em segundo lugar, para enfatizar que usuário não curte, seguido da palavra “afeminados”.

Esse conteúdo de negação aparece de forma diferente na segunda categoria, com um *emoji* de círculo cortado, usado nas regras de trânsito para representar proibição, mas usado no *Grindr* como forma de mostrar o que o usuário não tolera no *script* de buscas e mesmo de interações no aplicativo, isto é, funciona uma crítica à linguagem e às preferências mobilizadas pelos usuários que aderem às exigências presentes na primeira categoria.

Em relação às *tags*, novamente, a primeira categoria apresenta um conjunto mais restrito que a segunda. Entretanto, podemos comparar as mais recorrentes de cada grupo.

Quadro 3: *Tags recorrentes em ambas as categorias de análise.*

Tags recorrentes na primeira categoria	Tags recorrentes na segunda categoria
DISCRETO	BEIJOS
AGORA	RELACIONAMENTO
SIGILO	DE BOA

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados do pesquisador.

O fato de “beijos” ser uma *tag* recorrente na segunda categoria de perfis é um ponto crucial, já que a maioria dos perfis “discretos” e de brotheragem não aceitam beijos na relação sexual. A *tag* “de boa” também representa uma oposição forte ao padrão, por representar tranquilidade com a própria sexualidade, assim como abertura para se relacionar com outros modelos possíveis de masculinidades.

Já a relação das palavras mais recorrentes nas descrições abertas apresenta “sigilo” na primeira categoria como tendo maior recorrência e “foto” na segunda, que correspondem a uma forte oposição de ideias. Entretanto, a palavra “sigilo” também aparece como a segunda mais recorrente na segunda categoria, seja para afirmar o respeito ao sigilo do outro ou para autodescrever essa prática. Sendo assim, o segundo grupo de perfis apresenta uma contradição em relação à exposição, possivelmente para evitar uma sanção por parte de parceiros em potencial.

Ainda em relação às descrições abertas, na segunda categoria de perfis, não encontramos referência à posição sexual, o que demonstra ser este um ponto pouco importante para essa categoria. Isso nos possibilita afirmar que, na construção do MCI de namorado ou parceiro romântico, realizada por este grupo, há menos exigências de performances sexuais e de gênero estereotipadas como masculinas, ao contrário do que ocorre na primeira categoria.

A categoria de oposição à masculinidade padrão critica, ainda, o próprio discurso da categoria que adere a essa masculinidade, pois alguns perfis chegam a afirmar que não são másculos e padrão ou que são comuns. Todavia, não podemos considerar que essa contestação representa, necessariamente, subversão. Porque, em quesito quantitativo, a categoria que menciona a masculinidade-padrão é muito maior e mais influente, uma vez que a questão do sigilo, por exemplo, cara a esta categoria, acaba sendo pervasiva a ambas, criando até mesmo uma contradição no caso dos perfis que contestam a masculinidade-padrão.

Porém, a existência de perfis que se afirmam como gordos, afeminados ou que curtem pessoas não-binárias, apesar de minoritários em termos de ocorrências, demonstra que é possível encontrar o esboço de um *topos* relativo a uma adesão a um modelo cognitivo de uma

masculinidade que se afirma explicitamente como homoerótica, em lugar de um modelo pautado pela heterossexualidade compulsória.

É relevante destacar que, de maneira geral, nos perfis categorizados como “fazendo menção à masculinidade”, quando é feita alguma menção à feminilidade, na maioria das vezes, possuem a estrutura de negação: “não curto afeminados”, ou outra forma parecida, o que acabava sendo uma alusão indireta à masculinidade, em uma forma de construir o objeto de desejo homoerótico excluindo o que não o é, nesse caso, o corpo feminino. Outra questão digna de nota é a raridade de perfis que afirmam “curtir” (gostar) de afeminados, trans e não-binários, sendo uma clara consequência do discurso de exclusão dessas categorias pelos os usuários do Grindr. Quando há esse tipo de perfil, entretanto, mesmo sendo fora do esperado, eles continuam sendo parte de um mesmo MCI de heterossexualidade, visto que a heterossexualidade reconhece o corpo másculo como o ativo caçador do corpo feminino que não é um corpo sexual, no sentido de ter vontades sexuais próprias, o que acontece principalmente com corpos trans, fetichizados como corpos para saciar o desejo, mas não para uma comunhão erótica como é a prática comum de brotheragem entre dois “machos” ativos.

Nas relações heterossexuais, pode parecer uma afirmação forte, mas debatida por alguns autores, entre eles, Butler (1990), a de que os homens heterossexuais amam os homens (seus amigos) e penetram suas mulheres; de fato, é o que acontece, eles desenvolvem toques, brincadeiras e provocações eróticas e admiração por seus Brothers e penetram corpos femininos. Obviamente, isso passa por toda uma normatividade sociocultural de atos performativos de gênero e atos de correção de comportamentos, quando identificados como realizando performances femininas, na formação do que é ser homem. O que corrobora a questão também no meio homoerótico é o fato quase unânime de que os usuários da primeira categoria de análise, másculos, sigilosos e discretos são muitas vezes casados ou em algum relacionamento com mulheres, mas que vivem uma outra vida no aplicativo, tal como explica Baydoun (2017). Por essa razão, os perfis com menção à feminilidade não chegaram a produzir uma outra categoria com diferenças relevantes e opostas aos perfis que mencionam comportamentos masculinos.

Os perfis desviantes, por outro lado, apresentam uma variedade maior de *tags*, *emojis* e descrições abertas, por serem, na maioria, perfis que de alguma forma questionam os perfis “masculinistas”, como um diálogo ou resposta a um *script* de comportamento marcado naqueles perfis. Tal script é formado pelo uso frequente de frases como “não curto afeminado”, “sou macho másculo e curto o mesmo”, “sigilo sempre”, “não mando foto de rosto”, “curto dotado”, “não curto gordinhos e afeminados” e “sem conversa fora” que são retomados pelos perfis

subversivos de forma a afirmar que curte afeminado e gordo, que não é macho padrão, que respeita sigilo, que manda e exige foto de rosto, que não foca no corpo e que procura uma pessoa interessante.

São perfis subversivos de homens não prototípicos da categoria de masculinidade homossexual, mas que subvertem apenas a norma dos discursos estereotípicos masculinos, uma vez que os perfis desviantes mais radicais, como os de trans, negros, não-binários, bissexuais e afeminados parecem não ter tanta voz na plataforma, uma vez que possuem poucas ocorrências no aplicativo. Ao realizarmos a busca de perfis no aplicativo, notamos que a ocorrência de perfis de fato desviantes, de pessoas trans, negras e não-binárias, teve muito poucas ocorrências.

Parece que os discursos “de macho”, para não dizer misóginos – uma vez que rechaçam o desejo por qualquer versão de masculinidade que se aproxime do que se entende como mulher ou feminino –, apagam e inibem a existência de outros corpos. Fotos de corpos malhados e brancos, descrições de discriminação de características femininas, todos esses atos de policiamento; de vigiar performances, parecem apagar as vozes desses outros corpos, por isso, é relativamente menos comum encontrarmos perfis de corpos negros, gordos e femininos, e, quando esses de fato aparecem, informações como *emojis*, *tags* e descrição aberta são quase inexistentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo percorrido o caminho da categorização da masculinidade no aplicativo de relacionamento *Grindr*, voltado para a comunidade gay e *queer*, cabe apontar algumas contribuições do trabalho e breves considerações que, apesar de serem categorizadas como finais, estão longe de serem definitivas.

Do ponto de vista teórico, acreditamos que a Linguística Cognitiva forneceu uma contribuição potente para o trabalho, por possibilitar um diálogo coeso dessa área da Linguística com a Teoria *Queer*, o que representa também um ganho para a área da Linguística, que se encontra, atualmente, convocada para a discussão calorosa e viva no terreno dos Estudos de Gênero.

Tomando a construção da(e) masculinidade(s) homossexual no *Grindr* como objeto de estudo, estabelecemos uma discussão da categorização como processo cognitivo, que nos levou à tomada do conceito Modelo Cognitivo Idealizado (MCI), balizado, sobretudo, por Lakoff (1987), como ponto teórico central do trabalho, por ser instituído por meio de uma categorização prototípica e um frame social específico, que, como vimos em nossas análises, apresentam metonímias e estereótipos que se tornam cerceadores sociais da construção da masculinidade, ao se considerar a performance de gênero masculinas e as normas sexuais pautadas pela heterossexualidade compulsória.

No âmbito da discussão de teorias de gênero, optamos pela Teoria *Queer*, tomando como eixo principal os trabalhos de Butler (1988, 1990, 1993), como norteadores para uma visão do comportamento sexual instanciado pela performatividade da linguagem e pela corporificação da experiência. Assim, os conceitos de performatividade de gênero, de paródia de gênero, assim como a discussão sobre a construção do corpo generificado foram articulados, para enriquecer a discussão qualitativa sobre os perfis encontrados no *Grindr*. Descrevemos e explicamos, sobretudo, atos performativos categorizados sociocognitivamente como pertencendo a papéis de gênero masculinos: a virilidade, o corpo másculo e a posição ativa de penetrador sexual, que acabam funcionando como estereótipos constitutivos do MCI de masculinidade heterossexual, mesmo nas relações homoeróticas. Além disso, a valorização do corpo como recipiente de gênero foi visualizada de uma maneira nova, a partir da contribuição do conceito de MCI metonímico, da parte pelo todo, e a paródia de gênero foi vista de maneira mais sistematizada, a partir da noção de categorização prototípica, apontando que as categorias pertencentes à periferia do protótipo podem ser subversivas, por criticarem certos elementos

que caracterizam o centro do protótipo, mas ainda se vê em uma relação de medo de fuga do centro ou das sanções consequentes dessa ação.

Do ponto de vista metodológico, a partir da escolha inicial de se analisar perfis do Grindr, optamos por métodos utilizados pela etnografia virtual e, especificamente, pela Linguística Cultural, que combina métodos etnográficos a métodos utilizados em Linguística Cognitiva. Seguindo, então, os princípios da Linguística Cultural, optamos por realizar uma coleta inicial a partir de palavras-chave, que se provou eficiente. Na sequência, foi necessário realizar uma análise etnográfica para interpretar melhor o sentido codificado de emojis e a semântica de estruturas curtas como “curto ativo”, “curto brotheragem” etc. A análise de três elementos de linguagem do aplicativo – os emojis, as tags e as descrições abertas – possibilitou, na maioria dos casos, uma coesão das análises, assim como dos resultados quantitativo-descritivos encontrados, visto que esses três elementos se complementavam linguisticamente.

Em relação à discussão de nossa pergunta de pesquisa, hipóteses e objetivos, iluminados pelas análises e discussões, é possível traçarmos algumas considerações sobre os resultados alcançados. Iniciamos o trabalho com a seguinte pergunta: Qual Modelo Cognitivo Idealizado de masculinidade é construído por homossexuais no *Grindr*? Nossa hipótese foi construída a partir de premissas reunidas dos trabalhos sobre o Grindr, de Baydoun (2017), e sobre masculinidade, de Brito (2018). Aliamos as premissas desses trabalhos a considerações sobre o MCI radial na Linguística Cognitiva. Nesse sentido, a nossa principal hipótese afirma o seguinte:

- a) a masculinidade homossexual é construída a partir de um modelo cognitivo idealizado de homem heterossexual, baseado em performances esperadas de homem ativo, viril e não afeminado.

A partir da análise dos dados, é possível sustentar essa hipótese, afinal, os dados nos mostraram que o MCI de masculinidade ainda está muito pautado numa paródia de homem forte, musculoso, ativo e com portes físicos avantajados e com comportamento de “macho de verdade”, sendo forte princípios desse modelo a vivência do homoerotismo de forma sigilosa, sem penetração anal e eufemismos para o comportamento homossexual pela discrição e pela brotheragem. Mesmo os dados da segunda categoria de análise ainda estão baseados nesse modelo, em um movimento tímido de evacuação para a margem da categoria.

Nossa outra hipótese, atrelada à hipótese principal, foi a seguinte:

- b) Os gays afeminados e gays não-binários representam duas categorias distintas, pertencentes à periferia não-prototípica da categoria radial de masculinidade homossexual, devido às suas performances subversivas e divergentes da heteronorma e, em alguns casos, pelo uso da linguagem de autorreferência pronominal no feminino.

Para além de pertencerem à periferia da categoria, não houve uma distinção clara entre perfis que fazem menção à feminilidade e perfis subversivos – em que os usuários se identificam como trans, não-binários. Sendo assim, criamos uma única categoria que abarcaram os perfis que podem ser considerados como periféricos, uma vez que os perfis que apresentam performances de gênero subversivas são rechaçados e punidos, havendo poucos perfis que se autodescrevem com essas características. Também não encontramos, no aplicativo, a autorreferência pronominal no feminino e nem uso de linguagem não-binária em contexto de autodescrição, o que também pode se caracterizar como um resultado de um ambiente hierarquicamente construído a partir de um padrão de masculinidade pautado pela heteronorma, em que o corpo e o comportamento estereotipicamente masculinos são tidos como os únicos possíveis e desejáveis.

Nosso objetivo geral foi o seguinte:

Analisar os processos de construção categorial do MCI de masculinidade homossexual em perfis do Grindr;

Nossos objetivos específicos foram os seguintes:

- I. Comparar perfis que correspondem ao centro prototípico com diferentes categorias que se afastam desse centro – e constituem-se, portanto, como categorias periféricas;
- II. Comparar a performance de gênero de diferentes subgrupos de homossexuais e os processos de categorização multimodal desses subgrupos.

Em suma, selecionamos e analisamos perfis do *Grindr*, fazendo uma comparação entre os dados multimodais que caracterizam o centro prototípico do MCI de masculinidade homossexual e os dados que criticavam a construção estereotipada desse MCI, sem, necessariamente, praticarem modelos subversivos de masculinidade, como prevíamos a princípio. Quanto à categorização e subdivisões de diferentes subgrupos de homossexuais, isso apareceu de maneira muito rarefeita nos dados. Alguns subgrupos como ursos, ativos, passivos

e *sugar daddies* (papais) demonstraram performances e buscas por parceiros muito parecidas e atreladas ao MCI de masculinidade heterossexual.

Acreditamos que isso se deva à falta de autoafirmação de grupos desviantes, presentes na comunidade gay, mas ausentes no aplicativo. Uma questão que ficou em aberto e pode ser sanada em pesquisas futuras diz respeito à falta de presença assumida de performances desviantes no Grindr.

As descrições abertas, vistas nos dados que criticam o padrão, parecem ir de encontro ao MCI heteronormativo de forma bem leve, o que pode ser justificado pelo fato do discurso cisnormativo ser tão forte no ambiente do aplicativo, a ponto de construir uma atitude de vigília dos perfis que se deslocam do centro prototípico. Os perfis *Queers*, no sentido de estranhos, começam a realizar uma subversão de forma muito lenta, o que nos faz questionar se o sonho de Butler, de quebra da heteronorma e da própria conformação aos gêneros não se configuraria apenas como utópico.

Em suma, podemos afirmar que a pesquisa apresentou, sobretudo, pontos de diálogo entre a Linguística Cognitiva e os Estudos de Gênero, abrindo caminhos para investigações futuras, que, por uma questão de escopo e mesmo de tempo, não foram abordadas, como as metáforas conceituais de gênero. Além disso, também sentimos a necessidade de entrevistas para corroborar as nossas interpretações etnográficas dos dados, realizadas a partir de nossa própria vivência e convivência com membros da comunidade gay usuários do Grindr.

Por ora, esperamos que a pesquisa possa servir ao propósito social de apontar para maneiras de categorizar a comunidade gay de usuários do *Grindr* a partir da construção de um MCI de masculinidade homossexual pautado pelo sistema heteronormativo. Além disso, esperamos ter demonstrado, de maneira mais geral, que o gênero e as relações afetivo-sexuais não são escolhas aleatórias, pois são construções advindas de nossas conceptualizações individuais sobre sexualidade e relacionamento, são também coletivas e históricas, mediadas pela nossa cognição.

REFERÊNCIAS

- ADAM, D. Berry. From Liberation to Transgression and Beyond: Gay, Lesbian and Queer Studies at the turn of the twenty-first century. *In*: RICHARDSON, Raiane; SEIDMAN, Steven. **Handbook of lesbian and gay studies**. London: Sage Publications, 2002.
- AUSTIN, J. **How to do things with words**. Oxford: Claredon Press, 1990 [1962].
- BARRETT, Rusty. Is Queer theory important for sociolinguistic theory? *In*: KIBLER, Kathryn Campbell e col. **Language and sexuality contesting meaning in theory and practice**. CSLI Publications, 2001. p. 25-40.
- BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/10378>. Acesso em: fev. 2020.
- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso), v. 43, p. 441-474, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430441>. Acesso em: fev. 2020.
- BAYDOUN, Mahamoud. “**Não sou nem curto afeminados**”: reflexões viadas sobre a masculinidade hegemônica e a efeminofobia no grindr. Orientador: Melissa Andrea Vieira Medeiros. 2017. 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.
- BRITO, Leandro Teófilo de. **Enunciações de masculinidade em narrativas de jovens atletas: leituras em horizonte queer**. Orientador: Mirian Soares Leite. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay on Phenomenology and Feminist Theory, 2004 [1988]. *In*: BIAL, H., **The Performance Studies Reader**. Nova York, Routledge, p. 154-166, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3703381/mod_resource/content/1/Performative%20Acts%20and%20Gender%20Constitution.pdf. Acesso em: jan. 2020.
- BUTLER, J. **Bodies that matter**. On the discursive limits of "sex". Nova York: Routledge, 1993.
- BUTLER, JUDITH. **Corpos que importam: Os limites discursivos do sexo**. 1. ed. São Paulo Crocodilo Edições, 2019 [1993].
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1990].
- CAMERON, Deborah; KULICK, Don. **Language and Sexuality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CIENKI, A. Frames, Idealized Cognitive Models, and Domains. In: GEERAETS, D.; CUYCKENS, H. (org.) **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. New York: Oxford University Press, p. 170-187, 2007.

EVANS, Vyvyan. **A Glossary of Cognitive Linguistics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

FERRARI, L. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 31-55.

FERRAZ, Cláudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos em redes on-line. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-69, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/44648>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GEERAERTS, Dirk. Prototypes, stereotypes, and semantic norms. In: KRISTIANSEN, Gitte; DIRVEN, René. **Cognitive sociolinguistics: language variation, cultural models, social systems**. Mouton de Gruyter, Berlin, 2008. p. 21-40.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. Londres: SEGE, 2000.

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors We Live By**. Chicago: University of Chicago Press, 2003 [1980].

LIMA, G. A. B. Categorização como um processo cognitivo. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/663/444>. Acesso em: 5 mar. 2021.

MELO, Iran Ferreira de. Linguística Queer Que tiro é esse, viado? In: MELO, Iran Ferreira; AZEVEDO, Natanael Duarte de. **Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama**. Campina Grande: Editora Realize, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65120>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PADILHA, Vitória Braga; PALMA, Yáskara Arrial. Vivências não-binárias na contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11, WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13, 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481481_ARQUIVO_FG2017completovifinal.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

ROSCH, Eleanor. Principles of categorization. In: ROSCHE, E.; LLOYDB. **Cognition and Categorization**. Hillsdale, NJ; NY: Lawrence Erlbaum, 1978. p. 27-48.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1. ed. 6 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SARAIVA, L. A. S., SANTOS, L. T. d., & PEREIRA, J. R. Heteronormatividade, Masculinidade e Preconceito em Aplicativos de Celular: O Caso do Grindr em uma Cidade Brasileira. **BBR**. Brazilian Business Review, v. 17, n. 1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15728/bbr.2020.17.1.6>. Acesso em: fevereiro 2020.

SHARIFIAN, Farzad. Cultural Linguistics. In: Chapelle, C. A. (ed.). **Encyclopedia of Applied Linguistics**, 2012.

SHARIFIAN, Farzad. **Cultural Linguistics**: cultural conceptualizations and language. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2017.

SHARIFIAN, F. **Cultural conceptualisations and language**: theoretical framework and applications. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.

SILVA, Augusto Soares da. O cognitivo e o social nos estudos linguísticos: inimigos íntimos? Textos Seleccionados. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 24, 2009, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: APL, 2009. p. 511-525. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/35-Silva.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

TEIXEIRA, Nuno de Sá. Categorização, cognição e o estilo de vida g0y. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 131-152, abr. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v10n1/a08.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

WAKEFORD, Nina. New Technologies and “cyber-queer” research. In: RICHARDSON, Raiane; SEIDMAN, Steven. **Handbook of lesbian and gay studies**. London: Sage Publications, 2002.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and Other Essays**. Boston: Beacon Press, 1992 [1978].